



Calderano na final da Copa do Mundo Cheong Kam Ka/Xinhua

Endividamento de China e EUA em alta deve pressionar juros globais

Dívida pública norte-americana supera 100% do PIB, e chinesa pode atingir marca neste ano

Estados Unidos e China, as duas maiores economias do mundo, aceleraram a alta de suas dívidas públicas, com impacto global. A norte-americana supera os 100% do PIB (Produto Interno Bruto), e a chinesa caminha para esta marca até o fim do ano.

Em 2019, a dívida pública da China equivalia a 60% do PIB. Hoje, está em 93%. Os débitos ganharam impulso com decisão de estimular a demanda doméstica, reforçada pela guerra comercial de Donald Trump. Outro fator é o déficit dos governos regionais.

Nos EUA, a promessa de Trump de estender cortes de impostos adotados em 2017, em seu primeiro mandato, deve elevar a dívida em 15 pontos percentuais em nove anos, calcula a agência que fornece dados orçamentários ao Congresso.

Para países endividados como o Brasil, o efeito será a pressão para que os bancos centrais mantenham juros altos, atraindo financiadores para suas dívidas, uma vez que os dois gigantes também buscarão dinheiro para seus débitos. **Mercado A15**

entrevista

HUGO CALDERANO

Derrotas de chineses serão mais frequentes

Campeão da Copa do Mundo de tênis de mesa vê atletas do país asiático pressionados **A46**

dia das mães

MÃES LGBTQ+ TÊM DESAFIO EXTRA NO MERCADO

Criar um negócio próprio é alternativa financeira para maternidade dupla **Mercado A23**



Laura Della Negra (esq.) e Daniela Arrais com Martin, de 4 anos; tempo da licença-maternidade é obstáculo a casais de mulheres **Adriano Vizoni/Folhapress**

ilustrada ilustríssima

Carta mostra a atuação de Rubem Fonseca depois do golpe militar **B15**



Livro de José Eli da Veiga questiona os limites do crescimento **B4**

Vinicius Mota

Ansiolítico para a politização da vida cotidiana

A democracia deveria ser chata. Mas há mais de dez anos esse padrão se alterou em vários países. **B13**

Cidade no Peru citada em discurso de Leão 14 quer retribuir carinho ao papa

Nos dias após a eleição de Leão 14, os moradores de Chiclayo, no Peru, resolveram retribuir a citação à cidade feita pelo papa em sua primeira fala e enfeitaram a praça principal com cartazes e um telão com fotos, relata Douglas Gavras. O pontífice ocupou o cargo de bispo da diocese local de 2015 a 2023.

O papa terá sob tutela um patrimônio de cerca de US\$ 5 bilhões, com ao menos 5.000 imóveis. Um de seus desafios será lidar com o alto custo de pensões.

Ontem, o pontífice disse que escolheu seu nome em homenagem a Leão 13, que denunciou a exploração dos trabalhadores no século 19. **Mundo A31 a A33**

Índia e Paquistão fazem acordo para cessar-fogo, mas trocam acusações

Após quatro dias de combate e 66 mortes, Índia e Paquistão anunciaram um cessar-fogo ontem. Poucas horas depois do acordo, os dois países acusaram os rivais de violá-lo. Chefes militares devem se reunir amanhã, disse um secretário indiano. **Mundo A34**

EDITORIAIS A2

Supremo acerta ao derrubar provocação penal da Câmara Sobre processo relativo aos ataques de 8 de janeiro de 2023.

Quem pagará pelos crimes no INSS? Arrependimento de devolução difícil do dinheiro roubado de aposentados e pensionistas.

entrevista

GILBERTO WALLER JÚNIOR
Presidente do INSS

Temos que revisar os procedimentos de todos os benefícios

O presidente do órgão diz que fará um saneamento e que, pelo custo, seria melhor acabar com o consignado dos aposentados via INSS. **Mercado A18**

Em menos de um mês, Lula sofre oito reveses com aliados

Em menos de um mês, o governo Lula sofreu oito reveses vindos de sua base formal de apoio, tendo como capítulos mais recentes o anúncio de rompimento pela bancada de deputados do PDT e a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto que visava suspender ação penal da trama golpista. **Política A13**

JHSF
SURPREENDENTE

FASANO

TENNIS CLUB

EM BREVE

FOTO REAL DO FASANO TENNIS CLUB



ISSN 1414-5715
9771414572018

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Supremo acerta ao derrubar provocação penal da Câmara

Casa legislativa tentou, em manobra juvenil, sustar as ações contra acusados de tramar golpe; Congresso poderia discutir com cautela legislação que puna mais os cabeças e menos os peixes pequenos do 8/1

A desfaçatez, o corporativismo e a irresponsabilidade deram as mãos na Câmara dos Deputados na quarta-feira (7). Numa manobra que não deixa nada a dever para as estudantadas, 315 deputados federais pretenderam derrubar, numa só tacada, toda a ação penal que acusa o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais sete pessoas de conspirarem contra a democracia.

O pretexto foi a avaliação do caso do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramagem, um dos réus nesse processo que corre no Supremo Tribunal Federal. Como Ramagem foi eleito deputado federal no final de 2022, a Constituição faculta ao plenário da Câmara, provocado pelo partido do acusado, suspender a ação penal.

Não é preciso ter estudado direito para concluir que o comando constitucional se aplica tão somente ao parlamentar, não se estendendo aos outros sete réus da ação desprovidos de mandato legislativo. O texto da Carta também é claro ao limitar a proteção ao período que se inicia após a diplomação do candidato eleito, que ocorreu em dezembro.

O escopo da deliberação na Câmara, portanto, se restringia a Ramagem e, mesmo neste caso, não abrangia crimes que porventura tenha cometido antes da diplomação. Porém mais de 300 deputados, à guisa de pregar uma peça na semântica, na compostura institucional e no STF, aprovaram uma ordem que mandava parar tudo na corte constitucional.

Para a surpresa de ninguém,

nem mesmo dos presepeiros, a Primeira Turma do Supremo logo enterrou a brincadeira. Ramagem, e apenas ele, enquanto for deputado não responderá pela parte das imputações ocorridas após receber o diploma, o que o exclui de responder pelos ataques de 8 de janeiro de 2023.

Chegou-se a dizer da fanfarronice que o seu intento seria empurrar mais um desgaste político para o Supremo, que teria o ônus de invalidar mais uma deliberação do Legislativo. A tese carece de sentido, pois quem abusou das suas funções e tentou se imiscuir em questões do Judiciário foi a Casa dos deputados.

O Congresso deveria dedicar suas energias a assuntos bem mais importantes para o país do que pôr-se a reboque das tentati-

Se houve um desgaste político nesse caso, ele recaiu sobre a Casa dos deputados, que pretendeu tomar para si poderes extravagantes em relação aos que a Constituição prescreve para o caso de parlamentares alvos de ações penais no STF

vas desesperadas de um pequeno grupo de se livrar por vias impróprias das garras da Justiça.

Que os acusados tentem provar a sua inocência no tribunal. Que os juízes revejam as penas daqueles que claramente não exerceram papel de liderança e financiamento na intentona autoritária.

Quanto muito, deputados e senadores poderiam formular uma legislação que ajudasse a punir com maior rigor os cabeças de agressões golpistas, enquanto sanções mais leves recairiam sobre os soldados rasos das depredações. Isso seria agir dentro de sua competência de legisladores.

Uma iniciativa nesse sentido, ao que consta, brota pelo patrocínio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Que seja conduzida com cautela.

Quem pagará pelos crimes no INSS?

Ainda sem um plano para a devolução do dinheiro roubado de aposentados e pensionistas, governo Lula estuda tirar mais do bolso dos contribuintes; negligência levou a uma crise que agora será difícil remediar

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não encontrou uma resposta minimamente satisfatória para o escândalo do INSS, o que o impede de controlar a crise.

Está claro que o instituto e o Ministério da Previdência não tomaram providências relevantes a fim de conter o roubo de parte dos benefícios de aposentados e pensionistas, mesmo depois de anos de alertas de instituições de controle e investigação e da disparada dos descontos na administração petista.

Houve titubeio na demissão do presidente do INSS. Lula demorou a exonerar o ministro. Diante de evidências de ineficácia e ne-

gligência, a providência maior se resumiu a promover a titular da pasta o número 2 de Carlos Lupi.

Agora, o governo se mostra desorientado quanto à medida mais elementar: a devolução do dinheiro às vítimas das fraudes.

Como noticiou a **Folha**, o governo estuda fazer o ressarcimento com recursos orçamentários — ou, em bom português, tirando mais dinheiro dos contribuintes, entre os quais estão os próprios lesados sob a guarda do INSS. Mas nem sobre isso existe clareza até o momento.

Não se sabe qual foi a dimensão precisa do roubo, como definir quais beneficiários têm direito à devolução nem o proce-

dimento para levá-la a cabo. Está em estudo, sem detalhes conhecidos, um acordo judicial.

É óbvio que o caminho mais correto é fazer com que os sindicatos e as entidades favorecidas pelo esquema arquem com os pagamentos, começando com os recursos já bloqueados dos suspeitos. Entretanto tal opção está cercada de dúvidas, já que não há decisão da Justiça ou certeza sobre os responsáveis pelo esbulho.

O desconto das parcelas de empréstimos consignados para beneficiários do INSS também foi bloqueado, aparentemente por suspeita de irregularidades, dadas as milhares de queixas de aposentados e pensionistas.

O caminho mais correto é fazer com que os sindicatos e entidades beneficiadas pelo esquema arquem com os pagamentos, começando com os recursos já bloqueados. Mas tal opção está cercada de dúvidas

Não à toa, o caso passou a ter repercussão maior nas redes sociais. O Congresso, omissão também por anos, ameaça interferir na questão ou instalar uma CPI.

O chefe da Casa Civil, Rui Costa, acusou o titular da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Carvalho, de não passar informações, "em nível de ministro", que pudessem permitir uma ação preventiva. Espantosamente, criticou-se em público a autoridade de governo que mais se ocupou de conter o crime.

Foi por omissão e falta de espírito reformista que o governo Lula deixou o problema explodir no seu colo. Toda a sociedade parece fadada a pagar os prejuízos.

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)

862.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024

Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.

Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Jean Galvão

DIA DAS MÃES



jeangalvão

COLUNISTAS

SÃO PAULO

Mobilidade urbana anda de lado em SP

Cesar Camasão

Do alto de seus 3,4 km de extensão e 54 anos de existência, o Minhocão segue uma ferida aberta a cortar o centro de São Paulo, uma via expressa de cizânias e polêmicas sobre sua utilidade e futuro.

Derrubá-lo por inteiro ou parcialmente; transformá-lo em um parque suspenso, como o High Line de Nova York; reduzir seus horários de operação; criar um plebiscito para consultar os paulistanos. As propostas variam, mas uma ação atabalhoada ilustra bem o raso planejamento da mobilidade urbana na metrópole.

Num arroubo empreendedor, o vice-prefeito Mello Araújo (PL) aproveitou a ausência do titular, Ricardo Nunes (MDB), para implantar há poucos dias um "projeto-piloto" nos baixios do elevador.

De uma hora para outra e sem debate público, destruí-se um trecho de 100 metros do passeio, que havia sido reformado pelo antecessor de Nunes, Bruno Covas.

O motivo soa insólito: criar algumas vagas de estacionamento gratuito. E isso em meio a uma via arterial, ou seja, para deslocamentos de grandes distâncias, onde estacionar não é prioridade. Há de se observar ainda riscos consideráveis para o trânsito com a entrada e saída dos automóveis e a precarização da ciclovias.

Os alertas, ignorados, partiram de documento da própria Companhia de Engenharia de Tráfego, que por sinal padece de vigoroso processo de sucateamento.

Mello justificou-se: combater o acúmulo de lixo e objetos em ra-

zão da presença de moradores de rua —um viés higienista, portanto, não pode ser descartado.

Da árvore para a floresta, recente relatório oficial apontou que os ônibus estão circulando mais devagar, inclusive em corredores e faixas exclusivas, com frota reduzida e mais espera nos pontos.

Trata-se de um estímulo ao uso de carros e motocicletas por aplicativos —enquanto isso, a expansão do metrô (este, estadual) avança lentamente há décadas.

Seja por cima, por baixo ou no subterrâneo, o transporte coletivo como fiador do ir e vir sustentável continua mal das pernas.

Editor adjunto de Opinião

Hélio Schwartzman

O colunista está em férias

BRASÍLIA

Ilegal, e daí?

Dora Kramer

Como não está de brincadeira, o Congresso só pode estar de provocação com essa história da Câmara de aprovar a suspensão da ação contra os golpistas e a ideia do Senado de patrocinar a revisão de penas dos já condenados.

À luz da legislação vigente, fazem isso ao arrepio da Constituição e do Código Penal. Neste caso, a despeito do casuismo, ao menos os congressistas exercem sua prerrogativa de mudar leis. Naquele, o da anulação de ato do Supremo Tribunal Federal a partir da condição de um deputado, invadem competência do Judiciário. E sabem perfeitamente disso.

Além da clareza do texto constitucional, foram avisados pelo ministro Cristiano Zanin da impossibilidade de se sustar o pro-

cesso, à exceção das acusações relativas ao período posterior à diplomação de Alexandre Ramagem (PL) como deputado.

Ainda assim, cientes da ilegalidade, deram curso a um projeto de redação genérica ao qual atribuíram o poder de beneficiar todos os 34 denunciados, dos quais 21 já são réus incluindo a estrela da companhia, Jair Bolsonaro (PL).

O presidente da Câmara mandou tocar o barco do jeito que estava sabendo que naufragaria adiante. Hugo Motta (Republicanos) dispensou o compromisso institucional em nome da necessidade de bater na ferradura depois de ter pregado o cravo na recusa da CPI do INSS e na urgência do projeto de anistia.

Na ciência do caráter ardiloso da malfetoria reside a provocação, no intuito de passar ao Supremo uma mensagem de hostilidade. Com a exibição da robustez de 315 votos a favor da artimanha, mostraram os dentes e deixaram ao tribunal o trabalho de repor as coisas no lugar.

Ocorre, porém, que não há no horizonte concerto para o desarranjo entre os dois Poderes. A intenção parece ter sido criar precedente para aplicar o mesmo estratagema em outras decisões judiciais que desagradem os parlamentares.

Um exemplo está nos cerca de 80 casos de uso indevido de emendas sob investigação no âmbito do STF sob o olho vivo e o faro fino do ministro Flávio Dino.

Quando o diabo faz política

Espanto diante dos comportamentos exibidos a olhos públicos decorre de quem tenta buscar racionalidade

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

“Para obter o seu objetivo, o diabo é capaz até de citar as Escrituras” (Shakespeare em “O Mercador de Veneza”). Um filme a que se pode assistir como paráfrase desse pensamento é “O Diabo de Cada Dia” (2020), de Antonio Campos, sobre uma corrente do mal perpetuada em pequena cidade de Ohio (EUA). Vê-se como a religião molda trajetórias de vida, desenhando personagens com linhas distorcidas, desvirtuando o que se entende por fé. A ignorância total da realidade é aprofundada pela interpretação enviesada da Bíblia a cargo de um duvidoso pastor.

Um vilarejo desses é uma espécie de quintal de grande metrópole, assim como os sul-americanos foram chamados de “quintal” da América pelo neofascismo instalado em Washington. O que transcorre no filme é modelo da obtusidade dos protocolos populares da fé entre nós. Uma infra-teologia, raspa do atraso americano, molda o espaço de onde parte a crença para abraçar o destino humano em suas relações com o invisível. Mas o espanto diante dos comportamentos bizarros exibidos a olhos públicos decorre de quem tenta buscar um mínimo de racionalidade para o que acontece, quando as causas se localizam no mundo equivocado criado pela imaginação mítica do rebanho.

Pouco tempo atrás, pareciam ligadas a um clima alucinatório orações coletivas a pneus de caminhão,

indivíduos em marcha como autômatos descontrolados, multidões com celulares acima das cabeças em aparente apelo por uma intervenção dos céus. Amenizado o clima, porém, o fenômeno se reedita nas redes e em frente ao hospital do internamento de Bolsonaro. Numa postagem, dizia um fiel que, abaixo de Deus na Terra, só o numinoso capitão.

Esses eventos fanáticos resultam da exasperação de uma das subculturas oligofrênicas, plenas de analfabetos funcionais (68 milhões de brasileiros acima de 18

anos, segundo o recente indicador de várias fundações, institutos, Unesco e Unicef), que coabitam com o sistema público de costumes e crenças. É síndrome de doença epidêmica da alma coletiva. O movimento antivacina, fortalecido durante a pandemia da Covid, faz parte de uma latência dessa natureza não só entre nós, como em outros países. Em 1966, numa epidemia de poliomielite, um pastor holandês proibiu os paroquianos de vacinar seus filhos, sob o pretexto de uma “punição de Deus”. Numa antiga concepção judaico-cristã, qualquer calamidade seria interpretada como castigo de Deus a pecadores. Para espíritos mais obscuros, “coisa do diabo”.

Daí ao salto no mundo da política é apenas circunstância, quando profecias bíblicas se tornam políticas de Estado. Diabo, outro nome para terror existencial, é matéria de neofascismo com Trump. Ao modo de Lúcifer, ele forjou uma foto em trajes papais e tem oficiado ritos cristãos. Eventos desrespeitosos, principalmente agora com um novo papa. A amplitude dessa efervescência fake não tem escala geográfica. Tanto faz país, metrópole, vilarejo, as quatro paredes de um templo suburbano ou uma “church” (o inglês marca a diferença de uma instalação de ricos), pastos para o pior do ser humano. Com ou sem inferno: não à toa, já se disse que “o diabo é um otimista se acredita que pode piorar as pessoas” (Karl Kraus).

RIO DE JANEIRO

Viver com R\$ 154 no Brasil

Leonardo Vieceli

Dados publicados pelo IBGE na quinta (8) indicam que o abismo entre ricos e pobres ficou menor no país em 2024. A desigualdade de renda atingiu o patamar mínimo de uma série iniciada em 2012.

O contexto está associado a avanços maiores no rendimento de quem ganha menos, mas não é suficiente para afastar uma característica histórica. O Brasil continua sendo um país desigual.

Entre os 5% mais pobres da população, a renda média domiciliar per capita mais que triplicou nos últimos três anos, ao sair de módicos R\$ 47 por mês em 2021, menor patamar da série, para o recorde de R\$ 154 em 2024. O valor mais recente correspondeu a menos de 1% do rendimento médio da parcela 1% mais rica, estima-

do em quase R\$ 21,8 mil. A renda per capita é calculada pelo IBGE a partir da divisão dos ganhos totais dos domicílios pelo número de moradores. Entram nessa conta diferentes fontes de recursos, como trabalho, programas sociais e aposentadorias.

Viver com R\$ 154 por mês é uma tarefa ainda mais dura em tempos de carestia dos alimentos. O mesmo IBGE indicou na sexta (9) que os preços da comida até subiram menos em abril, mas seguiram pressionando a inflação.

Na capital paulista, o valor da cesta básica de alimentos foi de R\$ 909,25 no mês passado, conforme o Dicec. A alta foi de 10,5% em 12 meses. Florianópolis (R\$ 858,20) e Rio (R\$ 849,70) vieram na sequência do ranking

de preços. A manutenção de programas sociais e a valorização do salário mínimo tendem a ajudar novamente na redução da desigualdade em 2025. A questão, segundo especialistas, é entender o quão aquecido permanecerá o mercado de trabalho em um cenário de possível desaceleração da economia com os juros altos.

A geração de emprego e renda deu grande contribuição para a queda da desigualdade no ano passado. Em 2025, o desafio é maior. Por ora, há quem aposte em uma nova queda da disparidade, mas em um ritmo mais fraco do que em 2024.

Repórter da Folha

Ruy Castro

O colunista está em férias

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Fundo Garantidor de Créditos: confiança e concorrência

Sempre é possível discutir critérios de contribuição, desde que não tenham como objetivo oculto promover nova concentração no mercado bancário

Vicente Braga

Mestre e doutor em direito, é sócio do FAS Advogados in cooperation with CMS e conselheiro do CRSFN (Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Ministério da Economia)

O FGC (Fundo Garantidor de Créditos) é uma entidade privada que estimula a poupança ao proteger pequenos investidores, garantindo o recebimento de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, caso ocorram problemas de solvência da instituição financeira depositária. É uma espécie de "garantidor de depósitos", modelo que se tornou comum na rede de segurança dos sistemas financeiros mundo afora a partir da década de 1960.

Nesse sentido, longe de ser vanguardista, o Brasil apenas logrou criar o FGC por meio de circunstâncias específicas, oportunizadas pela crise bancária que tomou conta do país em 1995 com a quebra dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus. A partir de 2008, o FGC expandiu seu mandato de atuação, passando a atuar também preventivamente, a fim de evitar que

instituições financeiras entrassem em situação de insolvência. E, em 2013, o fundo reforçou sua estrutura e governança, passando a ser a entidade bem organizada e gerida que é hoje.

Desde sua criação, portanto, o FGC fortaleceu a confiança no sistema financeiro, atuando de forma proativa e evitando quebras de bancos e seus impactos para pequenos poupadores e depositantes em geral. Um dos principais efeitos da criação do FGC foi fomentar a concorrência no setor bancário, ao permitir que bancos de todos os portes pudessem captar depósitos junto a pequenos depositantes. Afinal, esses pequenos depositantes passaram a aceitar o risco teórico representando por instituições de menor porte justamente por conta da existência da garantia do FGC.

Embora a concentração bancária ainda seja um problema sério

no país (no Relatório de Estabilidade Financeira, recém-divulgado pelo Banco Central, quatro grandes bancos ainda concentram 57,9% dos depósitos totais), não há dúvidas de que a existência do FGC contribuiu, junto a outras medidas implementadas pelo BC a partir de 2013, para a popularização de novas instituições financeiras.

Impulsionadas pelo uso da tecnologia, essas instituições passaram a ofertar melhores serviços, taxas, preços e condições de retorno, favorecendo especialmente os milhões de brasileiros antes desbancarizados e que foram recentemente inseridos no mercado financeiro. Ou seja, um verdadeiro processo de democratização financeira no Brasil.

As instituições financeiras que ofertam no mercado diferentes taxas de retornos a investimentos aportam mensalmente no FGC, hoje com patrimônio de

Para um assunto importante como esse, são imprescindíveis estudos aprofundados sobre o impacto de eventuais mudanças no mercado de emissão de dívida e no ambiente competitivo. São fundamentais, ainda, discussões amplas envolvendo todos os atores envolvidos

R\$ 140,4 bilhões. Os critérios de cálculo para os aportes são diretamente proporcionais ao volume captado por cada emissor, ajustados por um indexador que leva em conta a emissão de dívida coberta pelo FGC versus os passivos totais da instituição.

No entanto, de tempos em tempos, em razão de algum episódio específico (como o caso atual do Banco Master), alguns agentes aproveitam a oportunidade para reacender a proposta de alterar os critérios de contribuição do FGC — e não necessariamente de forma isonômica. Sempre se pode discutir critérios e propor aperfeiçoamentos de fórmulas, desde que essa iniciativa não tenha como objetivo oculto promover nova concentração no mercado. Os interesses do consumidor e da sociedade devem ser preservados, sempre. As medidas devem ser no caminho de impulsionar a competição, jamais de reduzi-la.

Exercícios para o aperfeiçoamento dos critérios atuais podem, por exemplo, incluir métricas de solidez das instituições, tais como o Índice de Basileia, rating de risco e indicadores de liquidez. Para um assunto importante como esse, são imprescindíveis estudos aprofundados sobre o impacto de eventuais mudanças no mercado de emissão de dívida e no ambiente competitivo. São fundamentais, ainda, discussões amplas envolvendo todos os atores envolvidos.

Se é machista, não é esquerda

Como explicar inúmeros casos recentes de assédio envolvendo intelectuais progressistas ou declarações ofensivas de lideranças como Lula?

Rudá Ricci

Cientista político, é presidente do Instituto Cultiva

Não existe esquerda machista ou racista. Se é machista, não é esquerda. A razão é simples: a esquerda se define pela defesa da igualdade social, e o machismo, por sua vez, é estruturado na desigualdade entre gêneros. Assédio, piadas sexistas ou divisão de tarefas com base no sexo não fazem parte do projeto de esquerda — nem deveriam ser relativizados como "erros de percurso".

Diante disso, como explicar os inúmeros casos recentes de assédio envolvendo intelectuais progressistas? Ou declarações machistas de lideranças como Lula? A explicação não está em meros deslizamentos, mas na contradição entre discurso e prática. Há quem use o rótulo de esquerda como grife, mas incorpore um comportamento político deforma-

do e incoerente.

O descontrole das pulsões é parte dessa equação. Freud identificou que sublimar o desejo é essencial para a saúde psíquica. Viver em sociedade requer autocontrole e empatia. As redes sociais, no entanto, estimulam o oposto: o culto à liberdade sem limites, à impulsividade, ao individualismo. Esse ambiente favorece a perversão — e a extrema direita o alimenta diariamente. A esquerda precisa enfrentar esse debate de forma direta, com firmeza e sem concessões.

Outro ponto central é a crise do processo civilizatório. A esquerda sempre teve como missão propor uma convivência mais justa e integradora. Mas hoje se vê capturada por uma lógica de celebridades: figuras que buscam popularidade imediata e não li-

derança com raízes sociais. Como lembra o filósofo Zygmunt Bauman, a celebridade mobiliza, mas é passageira. A liderança é orgânica, exige projeto, coerência e compromisso.

Também vivemos uma crise de virilidade. Com a ascensão das mulheres nas lutas sociais e no mercado de trabalho, muitos homens reagiram tentando reafirmar um papel perdido. Tornaram-se mais conservadores. O fenômeno dos "incels", jovens misóginos e ressentidos, é um exemplo extremo. Dados recentes mostram: os jovens homens são, em geral, mais conservadores que as mulheres. A esquerda precisa enfrentar esse quadro, sem relativizar os danos.

Trata-se, no fundo, de compreender o poder. Desejar algo e realizá-lo, apesar da oposição, é

Há na esquerda hoje uma tendência de culto à personalidade, que reforça o descontrole ético. Isso abre espaço para comportamentos abusivos normalizados no interior da própria militância

exercício de poder. E ele pode ser simbólico ou material. O projeto da esquerda sempre foi socializar o poder, ampliar a participação. Mas hoje há uma tendência de culto à personalidade, que reforça a concentração de poder e o descontrole ético. Isso abre espaço para comportamentos abusivos normalizados no interior da própria militância.

O desafio final é distinguir entre ser popular e defender um projeto popular. A busca pela popularidade fácil reduz a política ao nível da conversa de bar. Já um projeto popular exige conflito, debate e coragem para remar contra a maré. A esquerda brasileira já foi capaz disso. Hoje, parece disposta a ceder tudo — até sua identidade.

Por fim, não cabe dizer que apenas mulheres podem liderar o feminismo. Isso seria esvaziar o feminismo como projeto coletivo de igualdade. A esquerda é feminista, independentemente do gênero.

O que existe hoje é uma esquerda que já não é mais esquerda. Personalidades narcisistas, que tudo justificam com "compensações". Pessoas que talvez já tenham sido de esquerda, mas que hoje atuam sob uma lógica individualista, descolada do projeto igualitário. Cabe à verdadeira esquerda reagir — e não ter medo de dizer seu nome.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Relações com a Rússia
"Deferência de Lula a Putin constrange o Brasil" (Opinião, 9/5). O encontro de Lula com Putin não só constrange. Envergonha, rebaixa, agride o Brasil.
Cristina Reggiani (São Paulo, SP)

Apoio
"Lula sofre 8 reveses de sua base aliada em menos de um mês" (Política, 10/5). Lula miraculosamente, com sua articulação política, está conseguindo governar com um Congresso hostil. Produz bons indicadores econômicos em um ambiente adverso.
Fernando Palhares (Belo Horizonte, MG)

Ala radical
"Ascensão de Leão 14 frustra ultradireita nos EUA, que chama o papa de marxista" (Mundo, 9/5). Não conheço as ideias desse papa, mas se o trumpismo está criticando, então ele deve ser boa pessoa.
Chico Neto (Uberlândia, MG)

*
Não é somente o catolicismo que tem grupos mais progressistas e outros mais conservadores, assim como grupos que se encontram entre essas duas posições. O grande erro é polarizar.
Guilherme Zambrana Toledo (São Bernardo do Campo, SP)



Lula e Vladimir Putin durante reunião no Kremlin Maxim Shemetov/Reuters

Acréscimo
"Reajuste de planos coletivos de saúde começa a valer em maio; veja o aumento por operadora" (Mercado, 10/5). Já que o que podemos pagar é a internação da enfermaria, melhor ficar com SUS.
Mônica Casarin Fernandes Elsen (Armação dos Búzios, RJ)

*
Sorte dos políticos! Planos custeados pelos contribuintes.
Neli Faria (São Paulo, SP)

Destruição da Amazônia
"Mega-ação do Ibama contra desmatamento revolta ruralistas, e Helder aciona Planalto" (Ambiente, 9/5). Tolerância zero para desmatamentos ou qualquer outra forma de agressão ao meio ambiente. O planeta agradece!
Luiz Carlos Santana (Salvador, BA)

*
A COP30 nasceu morta. E os ruralistas não vão parar até a última árvore ser derrubada.
Pierre Laville (Salvador, BA)

Assunto Prefeituras devem investir em megashows?

Esses shows, como os de Madonna e Lady Gaga no Rio, tiveram grandes patrocinadores e a prefeitura e governo do Estado como participação minoritária. Neste modelo, acredito que sim, o retorno é substancial e justifica o investimento. Além disso, a logística desses shows é fundamental. O retorno para a cidade é enorme: a economia de uma forma geral, além de promover o turismo e a imagem do Brasil.
Renata Leite Falcão (Rio de Janeiro, RJ)

*
Penso que só grandes cidades deveriam investir nisso. Realmente traz muitos turistas e movimenta o comércio.
Marcia Souza Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

*
Gasto exorbitante e desnecessário que deveria ser feito com políticas públicas.
Elba Katiane Santos Borges (Brasília, DF)

O Brasil tem altos índices de analfabetismo. Esse dinheiro deveria ser investido em coisas mais importantes do que o turismo.
Thais Queiroz dos Santos (São Paulo, SP)

*
Não. As culturas americanas são más influências, sendo que temos excelentes artistas nacionais.
Juliana Siqueira (São Paulo, SP)

*
Devem investir porque o retorno com o turismo compensa o gasto. Além de proporcionar para a grande massa a possibilidade de ver espetáculos que não poderiam pagar para assistir nem parcelando o ingresso.
Carlos Roberto Cabral Jr. (São Paulo, SP)

*
Vale a pena! Porque as pessoas precisam viver e brasileiros amam festejar. Nem tudo é sobre dinheiro.
Camila Fares (São Paulo, SP)

Ao mesmo tempo em que me revolta ver tamanho investimento em um show, enquanto saúde e educação são precarizadas, há um lado positivo: esse tipo de evento oferece uma oportunidade rara para quem nunca teria condições de assistir a um espetáculo com essa estrutura. É preferível que o dinheiro volte ao povo dessa forma do que se perca na corrupção.
Heloisa Gomes (Hortolândia, SP)

*
Sim. Põe a cultura no centro metafórico da cidade, coloca o Rio no mapa mundial sem falar sobre violência. É inclusivo e ainda tem retorno financeiro.
Luísa Maria Calbucci Renaux (São Paulo, SP)

*
Não é só um show. É turismo, geração de empregos e fortalecimento cultural. Além disso, eventos desse porte levam milhares a usar o transporte coletivo, devolvendo receita para a prefeitura e o Estado.
Eliton Souza (Juiz de Fora, MG)

ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

FEIRA DO MST
A 5ª edição da Feira Nacional da Reforma Agrária termina neste domingo (11)
O QUÊ O evento oferece, além de alimentos in natura e ingredientes regionais, uma programação com shows, debates no Café Literário e um espaço com gastronomia típica do país, o Culinária da Terra. O festival também vai fazer a distribuição e mudas e sementes de plantas durante o último dia.
Pela manhã, ocorre o lançamento da Jornada de Alfabetização das Periferias de São Paulo. Às 11h, acontece uma oficina que junta a cozinha com apresentações musicais. Encerrando o evento, o Festival por Terra, Arte e Pão reunirá artistas de diferentes estilos no Palco Arena, a partir das 19h.

ONDE No parque da Água Branca - av. Francisco Matarazzo, 455, na zona oeste de São Paulo.

QUANDO Das 8h às 21h.

INGRESSOS Gratuito.

BLOQUEIO DE RUAS

Vias exclusivas para pedestres em São Paulo

ONDE No bairro da Bela Vista, a avenida Paulista; no bairro da Liberdade, as ruas dos Estudantes, Américo de Campos, Galvão Bueno e dos Afritos.

QUANDO Neste domingo (11), das 9h às 16h.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 11.MAI.1925



Santos x Palestra Italia tem confusão e briga depois do jogo

Depois do jogo do Campeonato Paulista de futebol entre Santos e Palestra Italia neste domingo (10), na Vila Belmiro, torcedores dos dois times protagonizaram momentos desagradáveis. Alguns fãs do Santos, descontentes com a derrota de 3 a 0, procuraram agredir o árbitro quando ele se retirava de campo. Porém, alguns sócios do clube intervieram e impediram que a agressão se consumasse. Em outra confusão, alguns torcedores exaltados do Palestra foram ao barracão dos jogadores santistas e chamaram de peixeiro o atacante Camarão. Os torcedores do time da casa fecharam o tempo, e houve pancadaria grossa, com os alviverdes levando a pior.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R\$ 29,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R\$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA	ASSINATURA MENSAL*	
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
SP	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 204,90
MG, PR e RJ	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 209,90
DF e SC	R\$ 8,90	R\$ 11	R\$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R\$ 9,90	R\$ 12	R\$ 314,90
AL, BA, PE, SE e TO	R\$ 14,90	R\$ 15,50	R\$ 361,90
Outros estados	R\$ 15,90	R\$ 16,50	R\$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elísios | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Insaciável

Após ter atraído dois governadores tucanos nos últimos meses — Raquel Lyra (PR) e Eduardo Leite (RS) —, o PSD de Gilberto Kassab planeja os próximos lances. O objetivo é “pedir música no Fantástico”, trazendo o terceiro e último chefe de Executivo do PSDB, Eduardo Riedel (MS). As conversas para sua filiação estão bastante adiantadas. Outro alvo é Paulo Dantas (MDB-AL), que dá sinais de que toparia a mudança. Na semana passada, um aliado dele, o deputado federal Luciano Amaral, juntou-se ao PSD.

XERIFES Dois governadores pré-candidatos à Presidência defendem mudança radical na legislação criminal, com a possibilidade de que a atribuição de penas seja delegada aos estados. “Se eu mandar uma legislação de que um criminoso que mata um trabalhador vai ficar 40 anos na cadeia, minha Assembleia aprova”, disse Ratinho Jr. (PSD-PR) na terça (6), em palestra em SP. Foi apoiado por Ronaldo Caiado (União-GO), que já apresentou proposta nesse sentido.

CONTRAPONTO A modificação precisaria ser feita por emenda constitucional e é apresentada pelos governadores presidenciais como resposta à PEC da Segurança Pública, enviada ao Congresso pelo governo Lula.

MANUAL A Defensoria Pública da União encaminhou ao comandante do Exército, general Tomás Paiva, recomendação para que seja elaborado um protocolo específico para atendimento a pessoas trans que quiserem se alistar no serviço militar obrigatório. A Força tem 15 dias para se manifestar.

CONSTRANGIMENTO A medida cita relatos de uma pessoa trans em Maceió (AL) que disse ter passado por situações discriminatórias durante o alistamento. O candidato afirmou que foi levado com quatro jovens a uma sala para passar pela avaliação física. Lá, foi obrigado a tirar a roupa, mesmo depois de informar ser homem trans e de sinalizar que se sentia desconfortável em se despir com as outras pessoas presentes. Em resposta, ouviu que esse era o protocolo regular do Exército.

GÊNESIS Representantes leigos da ala conservadora da Igreja Católica deram um voto de confiança ao papa Leão 14. Em live, o Centro Dom Bosco, contrário à modernização da igreja, disse esperar que o americano “seja um bom papa, que restaure a missa tradicional”. Um dos participantes o elogiou por não ser tão progressista como Francisco, “um bom sinal”. Já o influenciador católico Bernardo Kuster, também conservador, pediu que o pontífice seja recebido “com coração aberto, amor filial e oração constante”.

TRÊS PODERES

VENCEDOR DA SEMANA

O presidente do PSD, **Gilberto Kassab**, que filiou mais um governador, Eduardo Leite (RS), e agora tem dois pré-candidatos à Presidência.

PERDEDORA DA SEMANA

A ex-ministra das Mulheres **Cida Gonçalves**, demitida por Lula após queixas de baixo desempenho.

FIQUE DE OLHO

Lula viaja à China, enquanto grande parte da República se desloca a NY para diversos eventos promovidos por grupos brasileiros; governo busca acelerar devolução de valores descontados do INSS.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Redução de penas do 8/1 sinaliza intrincado debate sobre influência de multidão

Punição menor para quem foi influenciado pelo grupo invasor seria analisada caso a caso no STF se texto em discussão adotar essa linha

Renata Galf

SÃO PAULO Uma eventual aprovação de proposta pelo Congresso abrandando a punição para crimes contra o Estado democrático de Direito “influenciados por uma multidão” pode na prática se desdobrar em intrincado debate no STF (Supremo Tribunal Federal) para avaliar a quais acusados pelos ataques do 8 de janeiro a condição mais benéfica se aplicaria.

Como mostrou a Folha, alterações na Lei de Defesa do Estado democrático de Direito nessa direção estão sendo discutidas pela cúpula do Congresso, com objetivo de diminuir as penas daqueles que não tiveram papel de planejamento ou financiamento naqueles atos. A articulação ocorre em meio a ofensiva bolsonarista para aprovação de uma anistia ampla.

Especialistas consultados pela Folha têm opiniões distintas sobre a adoção desse tipo de proposta, mas explicam que essa análise seria complexa e pode levar praticamente a um novo julgamento.

Isso porque, apesar de a lei mais benéfica ao réu poder retroagir, a decisão sobre a quais dos réus ela se enquadraria ou não seria tomada pelo tribunal, caso a caso, a partir das provas em cada processo. Uma dos aspectos que pode gerar controvérsia, por exemplo, seria a de quem cometeu os crimes meramente influenciado pela multidão e quem teve papel de influenciar.

Diego Nunes, professor de história do direito penal da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e organizador do livro “Crimes Contra o Estado Democrático de Direito”, considera que, a partir dos casos já julgados, o STF parece entender que todos contribuíram em algum grau para influenciar uns aos outros.

“Por isso me parece que colocar no tipo penal a questão da influência da multidão não traria de forma automática a redução para os envolvidos no 8/1”, diz.

Nunes avalia que alteração na lei nessa linha pode ser positiva, por descrever a participação no crime de forma mais detalhada.

A advogada Tatiana Stoco, que é professora de direito e processo penal do Insper, faz a ressalva de que alterar a lei para diminuir as penas poderia servir como um incentivo a atos do tipo no futuro. Ela também minimiza a importância da alteração, apontando que hoje existe no Código Penal uma atenuante da pena para crime cometido “sob a influência de multidão em tumulto, se [a pessoa] não o provocou”.

No caso de Aécio Lúcio Pereira, primeiro a ser condenado pelo 8 de janeiro, com pena de 17 anos,



Invasores ao redor da estátua da Justiça, na praça dos Três Poderes, em Brasília, nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Sérgio Lima - 8 jan.23/AFIP

sua defesa chegou a pedir que ela fosse aplicada. O voto do relator Alexandre de Moraes, que foi seguido pela maioria, considerou a inexistência de atenuantes.

Também no processo da ré que pichou a estátua “A Justiça”, Débora Rodrigues, e que tem sido usado pelos bolsonaristas como símbolo do pedido de anistia, o voto de Moraes seguiu a mesma linha.

Ainda sem um texto público apresentado, o projeto de alteração na lei ainda está em debate de bastidores e passará pelo presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). No fim de março, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou uma proposta de lógica semelhante à que está sendo negociada.

Um segundo ponto em comum discutido para reduzir penas do 8/1 seria impedir que a condenação em duplicidade pelos crimes de golpe de Estado e de abolição do Estado democrático de Direito.

A maioria dos especialistas consultados pela reportagem entende, porém, que não caberia a uma lei definir, por exemplo, que um crime poderia “absorver” o outro, como defendeu o ministro Luís Roberto Barroso em seu voto. Eles apontam que esse tipo de análise deve ser feita pelo juiz no caso concreto.

O professor de direito penal da

497

réus foram condenados pelos ataques de 8 de janeiro até março deste ano

1.586

ações penais relativas ao caso foram abertas no Supremo

PUC-RS e autor do livro “Crime Político, Segurança Nacional e Terrorismo”, Alexandre Wunderlich, diz que o debate de aprimoramento da Lei de Defesa da Democracia, que foi aprovada em 2021, não pode se dar no calor dos fatos. “Legislações de emergência para atender determinadas situações pontuais não funcionam.”

Para ele, houve excesso de punitivismo em condenações do 8 de janeiro, e o problema não está na lei, mas em como ela foi aplicada.

Francisco Monteiro Rocha, advogado e professor de direito penal da Universidade Federal do Paraná, avalia que o caminho de alterar as penas, para haver maior proporcionalidade nos casos de quem teve uma contribuição menor, pode ser adequado.

Ele aponta, porém, que o que ocorre no julgamento no 8/1 é um aspecto estrutural na cultura jurídica do país, que não aplicaria o aparato penal já existente para fazer a diferenciação entre quem tem maior ou menor culpabilidade.

O advogado diz que, se uma nova lei for aprovada, nas ações transitadas em julgado, cabe à defesa pleitear uma revisão criminal, tendo que provar que a pena menor se aplicaria a seu cliente, enquanto nos casos ainda em curso, o tribunal poderia atuar por iniciativa própria.

A Folha o senador Alessandro Vieira afirmou que o projeto que ele apresentou teve a preocupação de se alinhar ao que historicamente já seria feito no direito brasileiro. Ele disse ainda que cada caso vai exigir uma análise — frisando que, por isso, a conduta de cada acusado tem de ser individualizada — e que acredita que ela seria feita com brevidade.

Cuidado adequado, e no tempo certo, pode salvar pacientes com câncer de mama

Brasil tem leis e protocolos que determinam celeridade nos cuidados com a doença; mas muitas conquistas ainda não estão acessíveis para todas as pacientes

O câncer de mama afeta mulheres de todas as classes sociais — mas nem todas têm a mesma chance de cura no Brasil. A demora para receber o diagnóstico e para começar a tratar, além da falta de acesso aos cuidados adequados, podem tornar a jornada ainda mais desafiadora para as pacientes.

Um estudo que acompanhou mais de 1.500 brasileiras com câncer de mama deixou claro como as desigualdades no atendimento impactam a vida das pacientes. Segundo a pesquisa, publicada em 2023 na revista científica "Frontiers in Oncology", a taxa de sobrevivência global após 10 anos foi de 91,9% para as pacientes do sistema privado de saúde, ante 65,4% para as atendidas pelo SUS.

A legislação garante a pacientes do sistema público o direito a um atendimento rápido em casos de câncer. A "lei dos 30 dias", de 2019, determina que pessoas com suspeita da doença façam um exame diagnóstico em até um mês, enquanto a "lei dos 60 dias", sancionada há mais de uma década, estabelece que o tratamento comece em até 60 dias após a detecção.

Na prática, porém, essas garantias não são sempre respeitadas. Segundo levantamento da Folha com base em dados do DataSUS de 2024, quatro em cada dez pacientes com câncer de mama foram diagnosticadas após os 30 dias determinados em lei. O tratamento também não começa no tempo que deveria: dados do Ministério da Saúde⁹ mostram que metade dos pacientes com câncer iniciam o tratamento com atraso.

Lançado pelo governo em dezembro de 2024, o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas do câncer de mama é outra norma com potencial de trazer avanços importantes para as pacientes. Conhecido como PCDT Rosa, esse guia norteador do tratamento da doença incorporou tecnologias inovadoras, mas que ainda não estão disponíveis para as pacientes do SUS.

"A comissão responsável pela incorporação de tecnologia ao SUS [Conitec] já reconheceu a eficácia e a viabilidade dessas tecnologias. O próximo passo é precificar e organizar o financiamento, mas isso não está acontecendo", explica Angélica Nogueira, presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. "Há um descompasso entre a aprovação e a disponibilização dessas melhorias para a população, que precisa ser corrigido."

Entretanto, desde 2018, 76 medicamentos e procedimentos incorporados à rede pública ainda não estão disponíveis aos pacientes, o que representa quase um terço (31,4%) de todos os medicamentos e procedimentos incorporados entre 2018 e 2024, segundo levantamento da Folha. Por lei, o Governo Federal tem 180 dias para o fornecimento de medicamentos após a incorporação, que ocorre a partir da publicação de portaria do Ministério da Saúde no Diário Oficial da União (DOU). A lista abrange tratamentos contra câncer, diabetes, hepatites, doenças ginecológicas, além de exames e outros procedimentos⁴.

O atraso na disponibilização dos cuidados adequados para o câncer de mama tem feito com que muitas mulheres, mesmo quando diagnosticadas em estágio inicial, tenham menores chances de cura. Segundo Nogueira, a paciente do sistema público chega com a doença mais avançada, demora mais para iniciar o tratamento e tem acesso a tecnologias mais defasadas. "Então, o desfecho vai ser pior", resume.

Ela lembra que o tratamento ágil e especializado é decisivo no caso de tumores mais agressivos, como o HER2 positivo — um subtipo molecular presente em 15% a 20% dos casos⁵, que faz com que as células cancerígenas se multipliquem mais rápido.

Todos os dias, aproximadamente sete novas pacientes chegam ao SUS com o diagnóstico de câncer de mama HER2 positivo, em estágio inicial e com alto risco de recorrência da doença, de acordo com cruzamento de dados disponíveis no DataSUS.

"É um tumor muito agressivo se não for tratado com drogas específicas, mas, com o tratamento adequado, tornou-se o subtipo mais curável de câncer de mama hoje", afirma a oncologista, que defende uma coordenação de esforços entre sociedades médicas, associações de pacientes e governo: "A gente entende que os recursos públicos são finitos, mas é preciso priorizar as tecnologias que são fundamentais".

Para a mastologista Rosemar Rahal, professora da UFG (Universidade Federal de Goiás), políticas como o PCDT são necessárias porque trazem uma visão global da abordagem do câncer: "É um passo importante, mas a preocupação que a gente tem é o quanto disso vai se converter em benefício na ponta, para as pacientes", diz.

Ela considera o fluxograma do SUS adequado. "O problema é que,

por entraves burocráticos e de organização, a paciente não consegue caminhar com celeridade dentro desse sistema", diz.

Segundo a mastologista, tumores de mama em estágio inicial, além de terem 95% de chance de cura, costumam ser tratados com procedimentos menos invasivos, o que faz a diferença para a qualidade de vida das pacientes. "Em muitas situações, não é preciso retirar toda a mama na cirurgia, por exemplo. E o tratamento com medicação também tende a ser menos agressivo", afirma Rosemar.

Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia, chama a atenção para o impacto emocional da doença e para a necessidade de um atendimento integral às pacientes. "É essencial que elas não apenas sobrevivam, mas tenham dignidade, autonomia e esperança ao longo do tratamento", afirma.

Para Holtz, "a espera, a desinformação e a desorganização do sistema" agravam ainda mais a dor dessas mulheres. "Cada dia de atraso compromete o prognóstico, impacta o emocional da paciente e reforça desigualdades. O câncer não espera", afirma.

Referências: 1. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37411430/> 2. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2024/10/brazil-descumpra-lei-dos-30-dias-faz-biopsia-de-cancer-de-mama-fora-do-prazo.shtml> 3. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2024/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-do-cancer-de-mama-pcdt.pdf> 4. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2025/01/sus-nao-entrega-ao-menos-76-medicamentos-e-procedimentos-incorporados-a-rede-publica-desde-2018.shtml> 5. <https://examiesbio.fiocruz.br/index.php/en-us/cancer-de-mama-sintomas-sinais-e-tratamento> 6. Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/novo-protocolo-incorpora-cinco> 7. Ina (Instituto Nacional de Câncer) 2024, <https://mininca.gov.br/pt-br/assuntos/2024/10/123456789/17002> 8. Folha de S.Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2024/10/brazil-descumpra-lei-dos-30-dias-faz-biopsia-de-cancer-de-mama-fora-do-prazo.shtml> 9. Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/novo-protocolo-incorpora-cinco-procedimentos-para-cancer-de-mama-em-sus> 10. "Disparities in breast cancer's oncology outcomes between public and private institutions in the southeast region of Brazil: a retrospective cohort study", <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37411430/>

DIREITOS DAS PACIENTES

LEI DOS 30 DIAS

A lei 13.896/2019 garante que pacientes do SUS com suspeita de câncer tenham acesso a exames diagnósticos em até 30 dias, a partir da solicitação médica

LEI DOS 60 DIAS

Pela lei 12.732/2012, pacientes com câncer no SUS têm direito de iniciar o tratamento (cirurgia, quimioterapia ou radioterapia, dependendo da indicação) em até 60 dias após o diagnóstico

PCDT ROSA
Lançado pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2024, mas ainda não implementado completamente, o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Câncer de Mama apresenta procedimentos e terapias que precisam estar disponíveis pelo SUS para essas pacientes⁶

Converse com um especialista ou procure associações de pacientes para saber quais os seus direitos

NÚMEROS DO CâNCER DE MAMA

73 mil

novos casos de câncer de mama são registrados por ano no Brasil⁷

16,5%

do total de mortes de mulheres por câncer no país são causadas por tumores de mama⁸

24,2%

das mulheres de 50 a 69 anos (população-alvo para rastreamento) nunca fizeram mamografia⁹

39%

dos casos de câncer de mama foram diagnosticados após o prazo de 30 dias determinado em lei, segundo levantamento da Folha com base em dados do DataSUS de 2024¹⁰

15%

dos pacientes atrasam o início do tratamento entre 30 e 60 dias, o que representa aumento de 6% a 8% na mortalidade e 35% atrasam em mais de 60 dias, representando 12% a 16% de aumento na mortalidade na fila⁹

65,4%

é a taxa de sobrevivência global, após dez anos, de pacientes com câncer de mama atendidas pelo SUS. No sistema privado, esse índice é de 91,9%¹⁰

15º FÓRUM NACIONAL ONCOGUIA

ATRASO NA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS LEGAIS AFETA PACIENTES COM CÂNCER

15º Fórum Nacional Oncoguia discute desafios e prioridades dos pacientes; leis para acelerar diagnóstico e tratamento não são cumpridas



Representantes do Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais, Inca e especialistas discutem a política nacional de enfrentamento do câncer

Masao Goto Filho/Estúdio Folha

No Brasil, pacientes com câncer esperam até 200 dias para conseguir um diagnóstico no Sistema Único de Saúde (SUS), embora a lei 13.890 estabeleça até 30 dias para a realização de exames. Por conta desse atraso, 62% desses pacientes recebem diagnóstico em estágios avançados.

Embora a lei 12.732 determine 60 dias como prazo máximo para início do tratamento, a ser contado a partir do diagnóstico, isso é descumprido em mais de 60% dos casos.

"Temos direitos, temos leis e temos políticas para atender as pessoas com câncer, como a Política Nacional de Navegação de Pacientes e a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, mas também temos omissão e problemas de gestão, pois os prazos são descumpridos e muita coisa não sai do papel", afirmou Luciana Holtz, fundadora e presidente do Instituto Oncoguia, ONG de apoio, informação e defesa dos direitos dos pacientes e familiares com câncer.

Os desafios e prioridades do paciente com câncer foram discutidos no 15º Fórum Nacional Oncoguia, que reuniu especialistas de vários Estados do Brasil, pacientes e representantes da sociedade nos dias 23 e 24 de abril, em São Paulo. "Em 2022, cerca de 20 milhões de pessoas tiveram o diagnóstico de câncer e quase 10 milhões morreram da doença", disse Janainny Fernandes, consultora nacional de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis da Organização Pan-Americana da Saúde. Ela afirmou que o câncer é democrático na incidência, mas não na mortalidade. "77% das incidências estão nos países mais desenvolvidos. E 70% das mortes ocorrem nos países menos desenvolvidos."

As Américas ficam no nível intermediário, com alta incidência da doença e alta mortalidade. "Estamos avançando para detecção precoce, diagnóstico preciso, mas os mecanismos de tratamento ainda não são tão eficazes para reduzir a mortalidade,

45% das mortes ocorrem prematuramente. São pessoas que não deveriam morrer por isso."

DESIGUALDADE NO SUS

Durante o fórum foi apresentada a segunda edição da pesquisa Men SUS é Diferente do Seu SUS. A primeira edição do estudo científico inédito e pioneiro do Oncoguia, em 2017, identificou padrões e diferenças no tratamento ofertado pelos hospitais oncológicos do SUS para pacientes em todo o país.

Oito anos depois, pouca coisa mudou. Nesta segunda edição do estudo, dos 268 hospitais questionados (há 318 habilitados em oncologia no país), 95 responderam a questões como protocolos utilizados no cuidado oncológico e lista dos medicamentos usados em cinco tipos de câncer mais incidentes no Brasil: mama, próstata, pulmão, colorretal e melanoma.

Conclusão: a ausência de protocolos unificados e atualizados para o câncer em hospitais do SUS gera enormes disparidades regionais, com cada hospital adotando suas próprias condutas. Alguns não oferecem nem o que está preconizado pelo Ministério da Saúde. Há também diretrizes oncológicas desatualizadas e que não levam em conta medicamentos aprovados pela Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde). "O estudo mostra que a desigualdade persiste dentro do SUS. O paciente tem acesso a tratamentos distintos dependendo do CEP e da instituição. Isso não é equidade: é abandono institucionalizado", disse Luciana.

Existe um consenso entre os especialistas de que o atual modelo de cuidado oncológico não atende às necessidades dos pacientes. A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, regulamentada neste ano, instituiu a necessidade de criação de protocolos que definirão o mínimo a ser ofertado em cada hospital. Mas, de acordo com o estudo, esses protocolos

MANIFESTO DO ONCOGUIA PELA GARANTIA DOS DIREITOS DOS PACIENTES COM CÂNCER

- ▶ Uma gestão de filas que funcione
- ▶ Diagnóstico em até 30 dias e tratamento em até 60, com exames, consultas e biópsias de qualidade
- ▶ Compromisso nacional pelo diagnóstico precoce
- ▶ Acesso equitativo ao tratamento mais efetivo, no tempo certo, em todos os hospitais oncológicos
- ▶ Que tecnologias aprovadas pela Conitec estejam disponíveis no prazo legal
- ▶ Que toda pessoa com câncer tenha acesso à equipe multiprofissional, com cuidados paliativos e foco em qualidade de vida

los ainda não estão disponíveis.

Para os palestrantes, há uma necessidade urgente de protocolos nacionais, atualizados, obrigatórios e vinculados a financiamento, com diretrizes que orientem e sustentem de fato o cuidado em todos os hospitais oncológicos.

PREVENÇÃO E CONTROLE

A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer prevê o acesso ao cuidado integral da pessoa com a doença, englobando prevenção, detecção precoce, tratamento e cuidados paliativos.

"Identificamos problemas na gestão da nova PNCC: o Governo Federal trabalha a implementação de modo tripartite, com o gestor estadual e com o gestor municipal, mas é preciso delimitar o que é responsabilidade de cada ente federativo. Então, criamos um plano operativo, para tentar organizar a linha de cuidados do paciente, da prevenção aos cuidados paliativos, de forma que a pessoa tenha um atendimento digno em qualquer momento que chegar a algum serviço público", afirmou Aline Leal Creder, assessora técnica da coordenação-geral do câncer do Ministério da Saúde.

Segundo Aline, o PNCC vai

novo protocolo inclui medicamentos e novos procedimentos que foram incorporados pela Conitec e, para a efetivação, é preciso garantir o repasse de verba para os hospitais."

GESTÃO TRIPARTITE

Rodrigo Lacerda, assessor técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), afirma que a instituição tem discutido junto com o Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Saúde (Conass) e o Ministério da Saúde de forma tripartite as diversas estratégias e ações para minimizar o impacto do câncer em todos os territórios. Mas os desafios são enormes.

"Se fala muito de incorporação de tecnologia, mas gastamos quase 2/3 dos recursos com quimioterapia. Nós não estamos conseguindo fazer o básico. Gastamos muito em quimioterapia porque não estamos conseguindo que os pacientes cheguem no atendimento precoce para poder tratar e ter respostas melhores. Já partimos para ações intervencionistas e muitas vezes sem perspectiva nenhuma de salvar vidas", disse.

E completou: "Nós, todas as instituições, precisamos correr atrás das dificuldades práticas, de financiamento, de acesso, de provimento. Junto com o Congresso e ONGs como o Oncoguia."

Luciana Vieira, assessora técnica do Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Saúde (Conass), afirmou que o órgão vem trabalhando com o conceito de que só vai ser possível tratar o câncer se trabalhar como rede de atenção à saúde.

"O SUS começou, em 2010, a trabalhar com a lógica de cuidado integral. O atendimento não deve acontecer só no hospital, numa policlínica ou na unidade de atenção primária. Ele precisa acontecer de forma integrada e integral. Temos diversos serviços, diversos pontos de atenção, diversos níveis de complexidade que precisam conversar entre si. E agora vamos estabelecer esse mesmo conceito para prevenção e controle do câncer", afirmou.

Ela reforça que os serviços de oncologia do SUS estão concentrados em grandes centros: as pessoas precisam percorrer uma distância rodoviária imensa para conseguir se tratar. Diante desse cenário, considera que só será possível vencer o câncer se houver reforço na prevenção, na promoção de saúde, no rastreamento e no diagnóstico precoce. "Estamos construindo o que está determinado na portaria: um plano operativo para entender como vamos resolver cada um desses gargalos. Não conseguiremos resolver todos de uma vez só, mas é preciso definir por onde começar."



Escaneie o QR Code acima para acessar a íntegra do manifesto

contar com o apoio do Programa Mais Acesso a Especialistas, lançado em 2024 com o objetivo de reduzir filas de espera e aumentar o acesso a consultas e exames especializados no SUS. "Esse programa foi criado para tentar viabilizar a implantação das leis dos 30 dias e dos 60 dias."

Sobre a questão dos protocolos e diretrizes para os principais tipos de câncer, a representante do governo afirma que eles estão sendo revistos e elaborados. "Temos uma lista de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) em andamento. O primeiro publicado foi o do câncer de mama. Na sequência teremos o protocolo do câncer de útero e de ovário. Mas existem barreiras de financiamento. O

LABORATÓRIO DA FIOCRUZ FARÁ TESTES GENÉTICOS PARA O SUS

Testagem molecular indica características do câncer e é essencial para definir melhor tratamento; acesso a exames e medicamentos de ponta é desafio

Os avanços na oncologia revolucionaram o tratamento do câncer nas últimas décadas. Novas abordagens não focam apenas o órgão afetado, mas se baseiam em testes moleculares e no rastreamento dos genes, buscando detectar a presença de determinados defeitos nas células, ou seja, a origem do tumor.

A partir da identificação da alteração celular é definido o tipo de tratamento para frear o crescimento desordenado dessas células. Resultado: maior assertividade no combate ao câncer. É a oncologia de precisão, que caminha lado a lado com a medicina personalizada. O grande desafio é ter acesso a esse diagnóstico mais preciso e aos medicamentos de última geração. Essa discussão permeou vários debates do 15º Fórum Nacional Oncoguia.

"A testagem molecular é o sobrenome do câncer e é essencial para definir o melhor tratamento", afirmou o oncologista Fernando Moura, membro do comitê científico do Oncoguia. Um exemplo: em 2002, o único tratamento do câncer de pulmão metastático (quando a doença atinge outros órgãos) de células não pequenas era a quimioterapia. E o tempo médio de sobrevivência global era de oito meses. A partir dos testes genéticos foi identificada uma mutação molecular chamada EGFR e desenvolvido um medicamento que atua diretamente nessa mutação. "Um estudo feito entre 2018 e 2020 mostrou que, com essa terapia-alvo, a sobrevivência média global saltou para 38 meses."

Esse tipo de teste molecular, o sequenciamento de nova geração (NGS, Next Generation Sequencing) não é oferecido no Sistema Único de Saúde. Mas foi apresentada no fórum uma luz no fim do túnel. A Unadig, Unidade de Apoio ao Diagnóstico, laboratório de inovação da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, vai começar a realizar esse tipo de teste em parceria com o Inca (Instituto Nacional do Câncer).

"A Unadig foi construída durante a pandemia para a ampliação da testagem da Covid. A unidade conta com dois grandes laboratórios de autoprocessoamento, para diagnóstico clínico e diagnóstico molecular. A proposta é usar o know how conquistado na pandemia para o câncer", afirma Erika Martins de Carvalho, coordenadora geral da Unadig.

Ela afirmou que o laboratório



Erika Martins de Carvalho, coordenadora geral da Unadig, fala sobre o laboratório de diagnóstico molecular da Fiocruz

de sequenciamento genético está implantado. "Adquirimos dois sequenciadores de DNA para fazer análise de painéis com 72 genes, abrangendo os principais tipos de câncer hereditário: mama, ovário, colorretal e próstata, e um sequenciador de nova geração para fazer o sequenciamento total completo."

O laboratório de diagnóstico clínico atende as áreas de bioquímica, coagulação, hematologia e hormônios, com portfólio de 24 exames. O de diagnóstico molecu-

lar trabalha com biologia molecular, RT-PCR e sequenciamento genético, com portfólio abrangente.

"Podemos auxiliar o SUS em todos os níveis de cuidado à saúde, desde a atenção e prevenção primária, com exames de sangue, urina e RT-PCR, como na secundária, apoiando os centros especializados com diagnóstico por NGS, acompanhamento do paciente oncológico e em hospitais de grande porte, onde o NGS pode auxiliar nas escolhas de tratamento", concluiu Erika.

Iniciativas regionais trazem bons exemplos

As dimensões continentais do Brasil revelam desafios específicos em cada região. Mas não faltam iniciativas de sucesso para diminuir as desigualdades no atendimento e ampliar o acesso. Em uma mesa sobre o tema foram apresentados exemplos da Bahia, Paraíba, Pará e Amazonas que merecem ser estudados e podem ser replicados em outros estados.

"Temos uma concentração de serviços de maior complexidade ao longo do litoral e um vazio assistencial importante no meio do estado, área de semiárido com o menor IDH da Bahia", disse Maria Alcina Romero Boullosa, diretora da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

Para definir por onde começar, a secretaria definiu um indicador que considerava um dos maiores problemas: o estágio avançado da doença nos pacientes que iniciavam tratamento. "A virada de chave foi a ampliação do acesso ao diagnóstico com as Policlínicas Regionais de Saúde. Nos inspiramos no modelo de Policlínicas Consorciadas do Ceará, com gestão e financiamento do município e do estado. Hoje, cada uma das 28 regiões de saúde do estado tem uma policlínica no mesmo padrão."

Marianna Nogueira Gadelha de Oliveira, coordenadora da Oncologia do Estado da Paraíba, destacou pontos que fizeram a diferença para a ampliação do acesso a exames e tratamentos no estado. São eles: a implantação de um novo fluxo de cuidados no programa de combate ao câncer, com monitoramento ativo dos prazos por um enfermeiro navegador (que acompanha toda a jornada do paciente, desde a suspeita de câncer até o pós-tratamento); contratos com serviços privados para a realização do tratamento em tempo hábil; estabelecimento de fluxo para a realização de teleconsultas com oncologistas, para melhorar o acesso ao especialista principalmente nas áreas mais remotas; e criação de uma Central Estadual de Regulação, responsável pelo agendamento de todos os exames.

Temos direitos, temos leis e temos políticas para atender as pessoas com câncer, mas também temos omissão e problemas de gestão

LUCIANA HOLTZ,
FUNDADORA E PRESIDENTE
DO ONCOGUIA



6 de 10 remédios judicializados deveriam estar no SUS

Os gastos do Ministério da Saúde com a judicialização de medicamentos têm aumentado exponencialmente. Em 2019, por exemplo, esses gastos atingiram R\$ 1,3 bilhão. Estudos indicam que as despesas do SUS com a judicialização de remédios cresceram mais de 1.000% nos últimos anos.

Diante desse quadro, decisão

do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2024 definiu que medicamentos não incorporados ao SUS, em regra, não podem ser concedidos judicialmente. A decisão busca estabelecer parâmetros mais claros para o fornecimento de medicamentos, evitando a sobrecarga do Judiciário e garantindo que os recursos do SUS sejam utilizados

de forma mais eficiente.

"Com essa decisão, o STF reforça o papel da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde), mas o Ministério da Saúde tem o dever de mostrar que a política pública de incorporação de medicamentos é eficaz, e a Conitec precisa mostrar que é

capaz de fazer o medicamento chegar ao paciente", afirmou Raquel Guimarães, diretora de Public Affairs e Market Access da Prospectiva Public Affairs Latam.

O prazo legal para que os medicamentos e tecnologias aprovados pela Conitec sejam incorporados ao SUS e disponibilizados aos pacientes é de 180

dias. Mas a realidade é outra: muitos medicamentos com incorporação aprovada não estão disponíveis, e o prazo de 180 dias é frequentemente desrespeitado. "Dos 10 medicamentos judicializados que representam os maiores gastos para o Ministério da Saúde, seis já estavam incorporados pela Conitec, sendo que só um deles ainda estava no prazo definido pela legislação para disponibilização", afirmou Raquel.

política

O conclave do capeta

Bolsonaro cria aliança entre golpistas e ladrões para atacar o Supremo

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

Enquanto os católicos esperavam que o Espírito Santo se manifestasse em Roma, no Congresso Brasileiro Jair e a ladroagem do Congresso desenhavam seus pentagramas para fugir da cadeia e trazer o golpe de volta do inferno. Foi o conclave do capeta.

Na última quarta, a Câmara aprovou uma sacanagem para interromper a ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), acusado (e obviamente culpado) no inquérito do golpe. O plano era aproveitar para interromper o julgamento dos outros réus no mesmo inquérito, como Bolsonaro e Braga Netto.

A manobra Ramagem serviu para provar que nada naquele papo de anistia era sobre a Débora do batom, sobre o pipoqueiro, sobre o sorveteiro. Assim que começou a conversa de anistiar só as Déboras da vida, os líderes do golpe bolaram a manobra Ramagem. Ela salva os líderes do golpe, mas não faz nada por Débora, pelo pipoqueiro ou pelo sorveteiro.

Dois dias depois, o STF decidiu o óbvio: a suspensão só vale para os crimes que Ramagem cometeu depois de se tornar deputado. E só vale para Ramagem.

O inquérito do golpe não vai parar, mas o escândalo é o seguinte: a manobra Ramagem foi aprovada pela totalidade da direita brasileira e pela ampla maioria dos deputados. Essa gente toda topou continuar tensionando as instituições democráticas em nome dos piores interesses.

Além das organizações extremistas "Partido Liberal" (91%) e "Partido Novo" (100%), 89% dos deputados do PP, 83% dos deputados do União Brasil, 90% do Republicanos, 72% do MDB e 57% do PSD votaram a favor da manobra Ramagem.

O conclave do capeta consagrou uma aliança poderosíssima: a federação entre os direitistas que temem o STF porque tentaram golpe de Estado, os direitistas que temem o STF porque roubaram dinheiro público e a facção majoritária dos direitistas que temem o STF porque tentaram golpe de Estado e porque roubaram dinheiro público.

Por que os ladrõezinhos de sempre do Congresso Brasileiro se aliam aos bolsonaristas contra o STF? Não tenho dúvida de que todos eles teriam apoiado um golpe bem-sucedido. Essa é a natureza deles, essa é sua origem histórica. Mas por que brigar com o STF para puxar o saco de um golpe que fracassou?

É verdade: o centrão, no fundo, são as ruínas da Arena, partido criado pela ditadura militar. Sim, Bolsonaro e Aras mataram a Lava Jato e desmontaram o combate à corrupção no Brasil. É claro, ninguém no Congresso esqueceu que foi durante o governo Bolsonaro que foi criado o orçamento secreto.

Mas, até aí, gratidão não é o ponto forte dessa turma. Na verdade, há uma comunhão de interesses entre ladrões e golpistas. No STF há vários processos contra deputados que roubaram dinheiro público, especialmente no orçamento secreto. Para os ladrões do Congresso, a turma do Jair é um instrumento conveniente para pressionar o STF a parar outros inquéritos além do inquérito do golpe.

E assim o golpismo bolsonarista vai sobreviver, graças a essas transfusões de sangue do centrão.

Era o que faltava para a direita voltar a ser a Arena: juntar golpe e ladroagem. Ainda falta um nome para a aliança, mas isso deve ser resolvido ano que vem: lá pelo mês de junho devem passar a se chamar "Movimento Tarcísio Presidente".

POM, Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros

SEG. **Camila Rocha** / Lara Mesquita TER. Joel Pinheiro da Fonseca

QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes

SEX. Marcos Augusto Gonçalves SAB. Demétrio Magnoli



A mesa da Câmara com presidente da Casa, Hugo Motta, no centro Kayo Magalhães - 8.mai.25 / Divulgação Câmara dos Deputados

Líderes de centro na Câmara tentam evitar crise com STF, mas oposição cobra resposta

Deputados falam em cautela, mas líder do PL questiona se Hugo Motta vai 'defender soberania ou assistir calado' às ações da corte

Marianna Holanda

BRASÍLIA Líderes de partidos de centro e de esquerda querem evitar uma nova crise com o STF (Supremo Tribunal Federal) por causa da manobra da Câmara a favor do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) que poderia beneficiar Jair Bolsonaro (PL).

O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse em entrevista ao jornal Valor Econômico nesta sexta (9) que esperava que o STF mantivesse a decisão da Câmara —o que não ocorreu, diante de um placar de 5 a 0 na Primeira Turma da corte para derrubar a medida.

Apesar disso, lideranças dizem, reservadamente, que não veem espaço para uma resposta sem que pareça um novo capítulo de crise entre os Poderes. Avaliam ainda que é suficiente trancar parte da ação penal resguardando apenas Ramagem.

O tom ainda é de cautela. Um líder do centrão disse que, se Motta for sensato, vai evitar a escalada da crise. Mas, da forma como conduziu até aqui, dá brecha para ser amplamente cobrado pela oposição.

A aprovação do relatório foi vista como um gesto de Motta para a oposição, que amargou derrota com o engavetamento do projeto de lei que concede anistia aos presos pelos ataques golpistas de 8 de janeiro. Sobre tudo pela forma como ocorreu, numa votação rápida em plenário e sem instrumentos que pudessem adiar a discussão.

Deputados bolsonaristas, por sua vez, se queixaram do entendimento da corte, ainda que estivesse precificada. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), foi às redes sociais para cobrar Motta.

"Acaba de ser formada a maioria na Primeira Turma do STF para derrubar parte da sustação aprovada por 315 deputados em plenário. Um ministro está se sobrepondo à vontade de toda a Câmara. Com a palavra, o presidente Hugo Motta. Vai defender a soberania do Parlamento ou assistir calado?", questionou no X, antes do fim do julgamento.

Já o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), comemorou o resultado da corte. "STF forma maioria e derruba 'trem da anistia'. Bolsonaro e seus generais terão que responder por seus crimes. A Câmara não pode trancar a totalidade da ação penal. É ilegal", disse.

Aliados de Motta dizem que é preciso aguardar os desdobramentos políticos do episódio, mas apostam que ele não terá interesse em uma nova crise com o Supremo. A Câmara pode recorrer com embargos de declaração, o que ainda não estava decidido.

Quando assumiu a Presidência da Casa, no início do ano, uma de suas prioridades foi o distensio-

namento entre os Poderes, sobretudo a resolução da crise das emendas parlamentares.

Da forma como foi aprovado na Câmara, o relatório poderia trancar a ação penal beneficiando outros réus, além de Ramagem, como Walter Braga Netto e Bolsonaro. O STF já havia dito à Casa que não havia previsão constitucional para um entendimento tão amplo.

A Primeira Turma do STF decidiu pela derrubada da manobra da Câmara, em julgamento iniciado nesta sexta (9) no plenário virtual. A posição do Supremo confronta a decisão dos deputados de sustar toda a ação penal contra Ramagem e confirma que a ação dos congressistas não tem poder de paralisar o processo contra os demais réus.

"Os requisitos do caráter pessoalíssimo e temporal, previstos no texto constitucional, são claros e expressos, no sentido da impossibilidade de aplicação dessa imunidade a corréus não parlamentares e a infrações penais praticadas antes da diplomação", disse o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, em seu voto. Ele foi acompanhado por Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux. Falta o voto de Cármen Lúcia.

Moraes afirma que a Constituição não prevê outra situação em que o Poder Legislativo pode suspender a atividade jurisdicional do STF. Por isso, a atribuição da Câmara no caso Ramagem é limitada.

Aliados de Motta viram o voto de Flávio Dino como o mais duro. Ele diz que a Câmara, ao tentar suspender todo o processo, ultrapassa suas atribuições constitucionais e tenta promover "intervida ingerência em um processo judicial de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal".



Com a palavra, o presidente Hugo Motta. Vai defender a soberania do Parlamento ou assistir calado?

Sóstenes Cavalcante
líder do PL na Câmara,
em rede social

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman da Folha tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000

Clicai e multiplicai-vos

Jornalismo sofre com especulação demais e informação de menos na troca de comando na Santa Sé

Alexandra Moraes

“O momento em que morre um papa é o momento em que a grande mídia mais se volta para a Igreja Católica. Se você quiser evitar o escândalo, a rivalidade (ou, na língua comum, passar raiva, sentir-se injustiçado), melhor não ler”, recomendava o tradutor e professor Pedro Sette-Câmara, que é católico, em seu Instagram.

Coberturas complexas como as da morte do papa Francisco e da escolha de Leão 14 são tão fundamentais quanto potencialmente irritantes. A ubiquidade do assunto e a necessidade de atrair e multiplicar os cliques da audiência permitem que quase tudo se diga sobre o tema e muito pouco disso seja realmente relevante.

Se há um alto custo para a paciência dos leitores, o peso para os jornalistas não é muito menor. Redações laicas e sobrecarregadas lançam olhares apenas bissexto para a Igreja, cuja dinâmica interna é críptica por natureza. O resultado é complicado.

“Não tá bom não, Folha”, escreveu um leitor ainda na semana da morte de Francisco. “Passando pelas 3 milhões de matérias sobre o papa, duas coisas são constantes: os títulos repetindo o mantra do ‘papa transformador’ com variações ‘progressista’, ‘mudou a igreja’, ‘perdoou’, ‘acolheu’, ‘dialogou’ etc... São sempre platitudes. Mas o que ele de fato fez?”

O fascínio pelo ritual, o momento de caos ideológico, as mudanças na demografia religiosa e a popularidade de Francisco fize-



Carvall

ram da sucessão na Santa Sé um evento de torcidas. Mas é preciso não esquecer que é da milenar Igreja Católica que se trata. O conteúdo editorial priorizou questionamentos que animam o mundo secular, como ordenação de mulheres e casamento LGBTQIA+, mas cujo andamento eclesástico vai em outro passo.

Um aspecto dessa desconexão se manifestou de maneira peculiar nas “listas de papáveis”. Não chega a ser surpresa que o nome de Robert Prevost não integrasse a lista apresentada pela Folha.

O rol de candidatos e de suas opiniões sobre “temas-chave” da Igreja era baseado no site do jornalista Edward Pentin com um nome que soava oficial, The College of Cardinals Report, ou relatório do colégio dos cardeais. Só faltou especificar do que se tratava a iniciativa, também focada em questões “progressistas”, mas com sinal inverso.

A CNN cuidava de informar que o site pertencia a “grupos que se opõem profundamente ao pontificado de Francisco” e deixava claro que o relatório era “uma tentativa de influenciar o conclave”. No obituário de Francisco, Pentin descreve um “pontificado tumultuado e desagregador”.

Ainda que isso não necessariamente invalidasse os dados da lista, seria elementar evidenciar seus vieses. Olhando muito para um lado só, o jornal deixou passar um perfil de Robert Prevost que o The New York Times publicara seis dias antes de sua escolha como sumo pontífice.

Havia, ainda, uma previsão certa nas apostas dos papáveis. Era a de Steve Bannon, o ideólogo do trumpismo que chamou a mídia de “burra”. Na sexta (9), a Folha deu uma notinha sobre o fato de ele ter qualificado a escolha de Prevost como a “pior possível”.

“Bannon havia previsto a elei-

Redações laicas e sobrecarregadas lançam olhares apenas bissexto para a Igreja Católica, cuja dinâmica é críptica por natureza. O resultado da cobertura papal é complicado. ‘Não tá bom não, Folha’, disse um leitor ainda na semana da morte de Francisco

ção de Prevost ao cargo de bispo de Roma uma semana atrás, quando disse ao jornalista britânico Piers Morgan que o bispo americano naturalizado peruano seria a escolha das ‘forças ocultas’ que comandariam a Igreja Católica com o objetivo de ‘aprofundar o globalismo’.

Seu efeito potencial na ultradireita americana, já desgostosa desde que Jorge Mario Bergoglio virou Francisco, e por tabela nos bolsonaristas brasileiros não deveria ser subestimado.

A obsessão, não só da Folha mas muito forte na Folha, com a ideia de uma bússola de “progressismo” papal nubla a cobertura. Ao falar com cardeais brasileiros, o jornal destacou o testemunho de que Leão 14 estaria “aberto a debater papel de mulheres e bênção a homossexuais, mas com cautela”. O arcebispo de Manaus, dom Leonardo Steiner, teria dito: “Tenho certeza de que o papa Leão não vai tolher o diálogo. Pelo contrário”.

Já o presidente da CNBB afirmava, no relato do jornal, que “a Igreja sempre deu a bênção a quem se aproxima pedindo a bênção. A bênção não é sinônimo de sacramento”. A chave estava no “não é sinônimo”, mas para o jornal o tom não era “assertivo”.

Há questões formais menores. Uma leitora reclamou do fato de a Folha grafar “Leão 14” em vez de “Leão XIV”, mas o uso de algarismos romanos é proibido pelo Manual desde ao menos João Paulo 2º. Outro leitor achou preguiçosa a manchete “Leão 14, 1º papa dos EUA”. Mas aqui também é preciso fazer uma concessão ao jornal: eventos históricos costumam ganhar enunciados enxutos.

Aos poucos, a cobertura se esvai como a fumaça da chaminé da Capela Sistina — para retornar de supetão sabe-se lá quando.

Por ministério, Boulos fala em desistir de eleição

Lula sondou deputado do PSOL sobre permanência no governo até fim de 2026, mas não formalizou convite

Catia Seabra

BRASÍLIA O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) admitiu a aliados mais próximos que abriria mão de concorrer à reeleição à Câmara para integrar o governo Lula (PT) até o fim de 2026, caso convidado pelo presidente.

Nessas conversas, Boulos afirmou que sua prioridade é trabalhar pela reeleição de Lula. Ele pondera que, apesar da votação expressiva em 2022, o PSOL não depende da candidatura dele para atingir exigências que garantam ao partido acesso ao fundo partidário e à propaganda política.

A expectativa é que Lula tome sua decisão na volta da viagem oficial à China. Como antecipou a Folha, o presidente avalia o nome de Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência no lugar de Márcio Macêdo (PT). Segundo seus colaboradores, o petista cogita convidar Boulos para o pos-

to desde o início do ano, quando traçou sua reforma ministerial.

Uma eventual candidatura de Boulos a um novo mandato de deputado federal é apontada como um obstáculo para essa articulação. Há cerca de um mês, Lula sondou o psolista sobre a possibilidade de não disputar em 2026 para permanecer no governo até o fim de seu mandato.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo presidente na reforma ministerial é a necessidade de desincompatibilização. Por lei, os ministros que forem concorrer devem deixar o cargo até seis meses antes do primeiro turno.

Hoje, a estimativa é de que cerca de 20 ministros saiam do governo para a disputa. Diante disso, Lula tem reforçado a aliados que não gostaria de nomear novos ministros que planejem deixar os postos em abril de 2026.

Lula não formalizou um convite a Boulos. Ainda assim, segundo

relatos, o parlamentar teria concordado com essa condição para se engajar no projeto do petista.

Só que uma série de percalços, como as quedas dos ex-ministros Juscelino Filho (União Brasil) e Carlos Lupi (PDT), tem adiado o desfecho da reforma.

Liderança do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Boulos poderá reforçar a articulação com movimentos sociais e a defesa do governo nas redes.

Na corrida pela Prefeitura de São Paulo, Lula se empenhou pessoalmente para que o PT apoiasse a candidatura de Boulos, tendo idealizado a composição da chapa que teve Marta Suplicy na vice. Em meio às negociações com seu partido, o presidente chegou a dizer que considerava Boulos mais petista do que alguns filiados ao PT.

Sob influência de Lula, o PT abriu mão de candidatura na maior cidade do país para apoiá-lo. Boulos chegou ao segundo tur-



O deputado Guilherme Boulos Marlene Bergamo - 1.nov.24/Folhapress

no, mas foi derrotado por Ricardo Nunes (MDB).

Lula tem confiança e apreço por Boulos. No ano passado, fez campanha por ele, uma das poucas em que o presidente efetivamente se engajou — mas na reta final não foi a São Paulo. Aliados citaram seu quadro de saúde na época, quando ele caiu no banheiro do Palácio do Alvorada.

Em 2022, Boulos esteve cotado para assumir algum ministério, tendo participado do grupo de trabalho de Cidades. Mas isso não ocorreu, uma vez que ele já era pré-candidato à prefeitura.

No esboço da reforma ministerial, o nome cogitado para a Secretaria-Geral era o da ex-presidente do PT Gleisi Hoffmann. Mas, com sua nomeação para a articulação política, Lula passou a considerar Boulos para a vaga. Segundo aliados, sua intenção é reanimar o eleitorado de esquerda.

política

Representatividade seguirá falha entre os estados mesmo com mais deputados

Análise

Projeto que foi aprovado na Câmara na última semana propõe uma metodologia para calcular vagas, mas não a aplica à sua redistribuição inicial

Lucas Gelape e Lara Mesquita

Gelape é doutor em ciência política (USP), é pesquisador de pós-doutorado no FGV-Cepesp; Mesquita é professora na Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP), pesquisadora do Cepesp e doutora em ciência política pelo IESP UERJ.

Na noite de 6 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 177 de 2023, que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531. A proposta é uma resposta à decisão do STF em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 38, apresentada pelo Pará, com intuito de corrigir a proporção entre a população dos estados e o tamanho das bancadas de acordo com o Censo de 2022 e evitar que a omissão se perpetue.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a representação na Câmara deve ser proporcional à população de cada estado, respeitado o limite mínimo de 8 e máximo de 70 deputados por unidade federativa. O número final de cadeiras e as regras de atualização ficaram a cargo de legislação complementar.

A regra atual define que o número de deputados federais não ultrapasse 513 e que as bancadas sejam proporcionais à população dos estados e atualizadas no ano anterior às eleições, com base em dados do IBGE. Essa atualização, porém, nunca foi feita — o que motivou a intervenção do Judiciário.

Com base em estudos sobre o tema, ou comparativamente a outras democracias liberais, não há anomalia relevante no novo tamanho proposto para a Câmara. Todavia, o problema maior, da proporcionalidade da distribuição das cadeiras, não foi claramente enfrentado na distribuição proposta pelo projeto aprovado.

Não há resposta única sobre como medir a proporcionalidade, e a maior desproporção se dá pelos limites constitucionais de deputados. É por isso que São Paulo

tem 21,9% da população, segundo o Censo 2022, e 13,7% dos deputados, enquanto Roraima tem 0,3% dos habitantes e 1,5% dos representantes da Câmara.

Os máximos e mínimos, contudo, não estão em discussão neste momento, e existem formas de tornar a distribuição mais justa mesmo respeitando esses limites.

Embora o PLP 177/2023 proponha uma metodologia de atualização periódica, ela não foi aplicada à sua redistribuição inicial. O resultado é que a composição das bancadas estaduais ali sugerida torna o Legislativo brasileiro mais desproporcional do que se se aplicasse a fórmula de atualização prevista no mesmo projeto, seja com as 513 cadeiras atuais, seja com o aumento para 531 cadeiras, tomando por base a população indicada no Censo de 2022. Apresentamos dados e resultados de simulações com base em diferentes números de cadeiras e parâmetros populacionais no link folha.com/projecaocepesp.

Reconhecemos que o aumento de cadeiras não é imprescindível para corrigir a distorção. Porém, ele parece ser a saída politicamente mais viável para os deputados, pois minimiza os riscos para os atuais detentores de mandato, que temem maiores dificuldades em 2026, caso suas bancadas estaduais sejam reduzidas.

Nossa simulação, considerando 531 deputados e a fórmula indicada no projeto aprovado, aponta que as perdas absolutas de alguns estados seriam mitigadas em relação ao proposto pelo STF no caso de a omissão do Congresso persistir: o Rio de Janeiro perderia apenas dois deputados (não quatro), Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul perderiam um (e não dois), e Pernambuco e Bahia manteriam suas bancadas sem nenhuma perda.

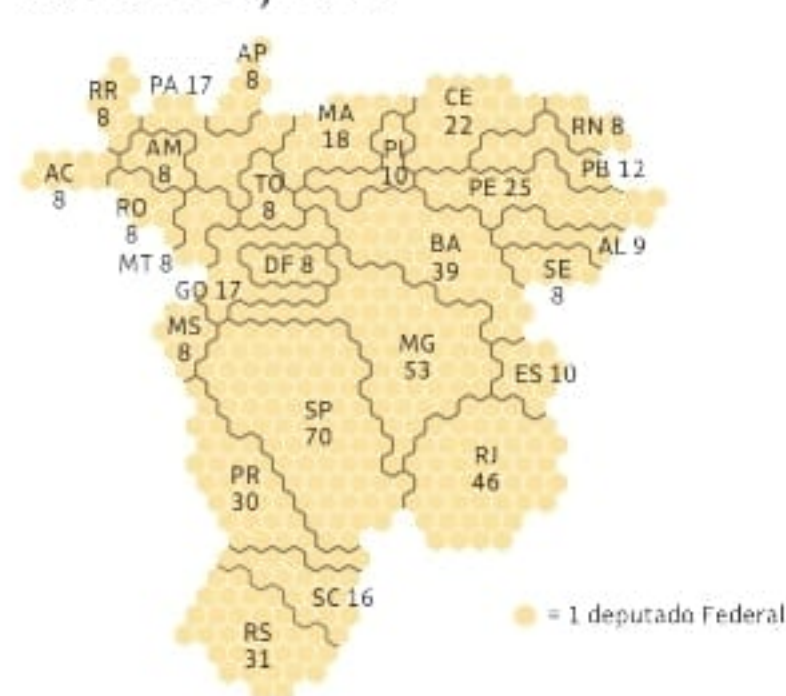
O que não está claro é se a sociedade brasileira, que demonstra baixos níveis de confiança no Congresso Nacional, apoia esse aumento. O impacto orçamentário — estimado em cerca de 1% do orçamento anual atual da Câmara dos Deputados — é relativamente pequeno, sobretudo diante da importância do princípio da representatividade. Ainda assim, trata-se de uma escolha que exige justificativa pública clara, sob pena de ampliar o fosso entre representantes e representados.

Aumento de vagas não resolve problema de representatividade

Quantos deputados cada UF ganharia ou perderia

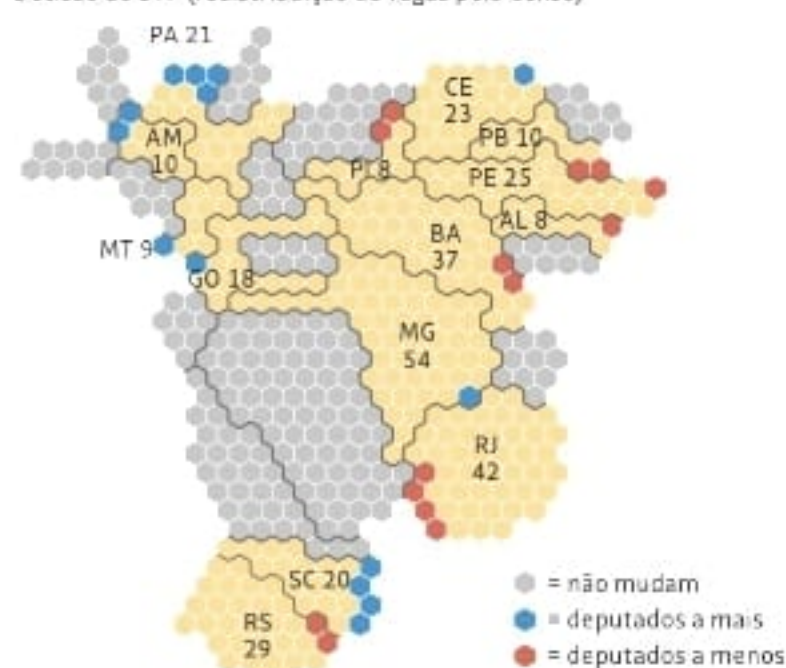
Deputados por UF

Como é hoje 513



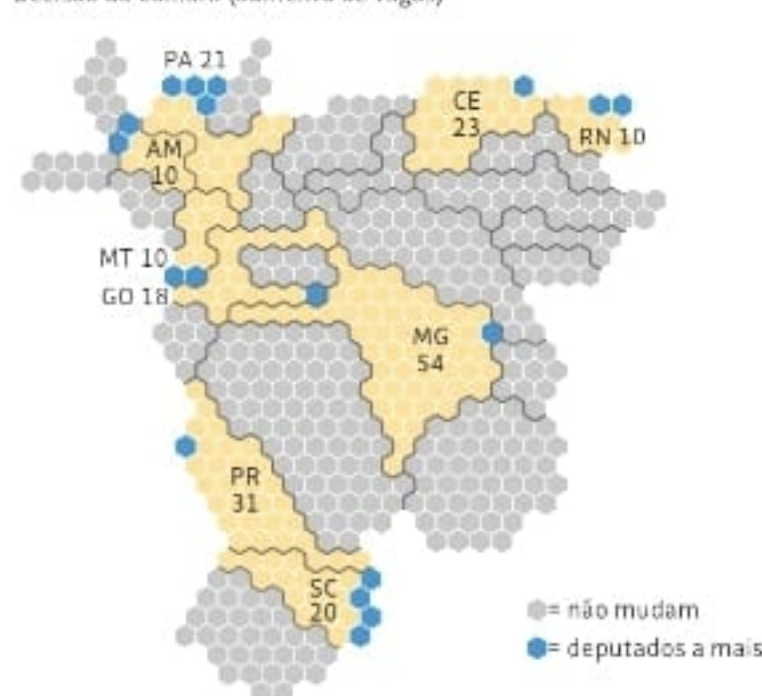
Cenário 2: STF 513

Decisão do STF (redistribuição de vagas pelo Censo)



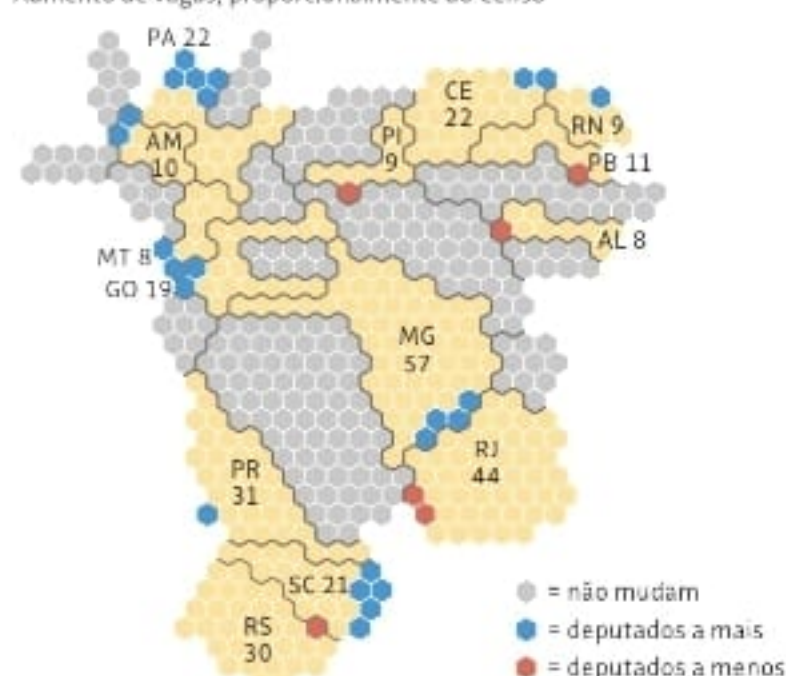
Cenário 3: Câmara 531

Decisão da Câmara (aumento de vagas)



Cenário 4: Censo 531

Aumento de vagas, proporcionalmente ao Censo

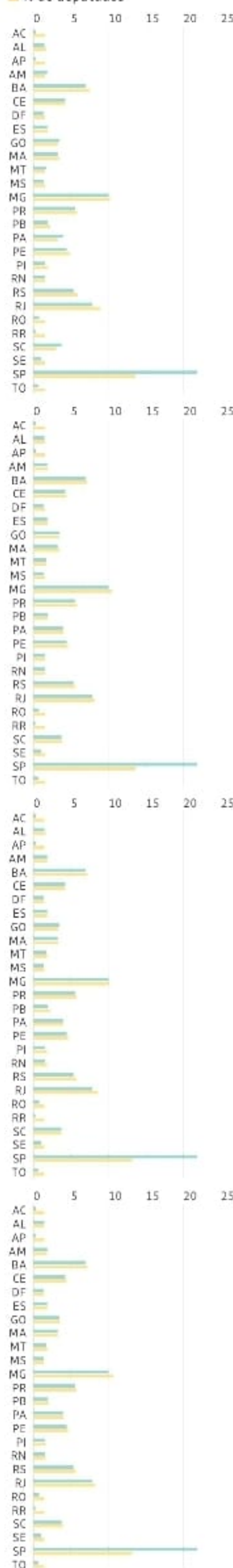


Fontes: IBGE e cálculo de Lara Mesquita e Lucas Gelape (FGV)

População

Em milhões

% da população do Brasil
% de deputados



O problema maior, da proporcionalidade da distribuição das cadeiras, não foi claramente enfrentado na distribuição proposta pelo projeto aprovado

Lula sofre sequência de 8 revezes em sua base aliada em menos de um mês

Lista de tropeços do governo inclui apoio de partidos aliados à anistia e à CPI do INSS, troca conturbada de ministros e lançamento de federação com discurso oposicionista

Ranier Bragon

BRASÍLIA Em menos de um mês, o governo Lula (PT) sofreu oito revezes vindos de sua base formal de apoio, tendo como capítulos mais recentes o anúncio de rompimento pela bancada de deputados do PDT, na última terça-feira (6), e a aprovação pela Câmara, no dia seguinte, de projeto que visava suspender ação penal da trama golpista.

Repetindo um placar que não tem sido raro em Lula 3, o centrão se uniu à oposição e marcou 315 votos a 143 no caso relativo ao deputado Alexandre Ramagem (PL), deixando o PT e demais partidos da esquerda isolados.

Embora o recado nesse caso seja mais ao STF (Supremo Tribunal Federal) — que entende que só eventuais crimes cometidos pelo deputado após a diplomação poderiam ser objeto da análise da Câmara —, não deixa de ser mais uma derrota do governo.

Em relação à troca de titulares no Ministério da Previdência, comandado pelo modesto PDT, o porte da legenda de Carlos Lupi — com 17 deputados e três senadores — pode sugerir que a possível rebelião tem menor importância. Ainda assim, trata-se do primeiro abalo à esquerda em uma base que, à direita, já tem sido marcada por instabilidade, como no caso Ramagem.

O mais recente inferno astral da grande base volúvel de Lula — folgada no papel, oscilante na prática — começou no dia 14 de abril, quando a oposição bolsonarista conseguiu protocolar um requerimento de urgência para a votação do projeto de anistia aos condenados pelo 8 de janeiro de 2023.

Na lista dos 185 deputados que colocaram sua assinatura, 81 eram do União Brasil, PP, PSD, MDB e Republicanos, siglas de centro e de direita que comandam, ao todo, 11 ministérios. Uma semana depois, no dia 22, o líder da bancada do União, Pedro Lucas Fernandes (MA), recusou o convite para ser ministro das Comunicações dias após de ter aceito.

A ida do parlamentar para a vaga de Juscelino Filho, — denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob acusação de desviar emendas parlamentares — resultou em um motim interno no partido, rachado entre apoiadores de Lula e opositores.

Integrantes do Palácio do Planalto chegaram a ventilar a ameaça de retirar espaço do partido, mas o governo não tem força para prescindir do apoio da sigla, uma das maiores da Câmara e do Senado.

Na última semana de abril, chegou do Congresso mais uma saia-rodada de notícias contrárias aos interesses palacianos. No dia 29, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara rejeitou o recurso do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) contra a cassação do seu mandato.



O presidente Lula, durante agenda oficial na Rússia. Maxim Shemetov/9.mai.2025/AFP

✚ Vitória em 2022 veio sem maioria no Congresso

Lula foi eleito por uma estreita margem em 2022, com 50,9% dos votos válidos contra 49,1% do ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL) e, além disso, viu a maior parte das cadeiras de Câmara e Senado serem conquistadas pelos partidos de centro e de direita. Com isso, ainda na transição firmou uma aliança com o centrão pelas mãos de Arthur Lira (PP-AL), então presidente da Câmara dos Deputados que, dias antes, estava no palanque de Bolsonaro. Apesar de distribuir nove ministérios a PP, União Brasil, Republicanos, MDB e PSD, e depois expandir o lote para 11 pastas, há um histórico recheado de traições desde o começo de seu terceiro mandato, em 2023.

O governo diz não ter posição sobre o tema, mas Glauber recebeu a visita de nove ministros quando estava fazendo greve de fome nas dependências da Câmara, entre eles Gleisi Hoffmann (PT), chefe da articulação política.

Naquele mesmo dia, União e PP anunciaram sua federação — compromisso de atuação conjunta pelos próximos quatro anos — no Congresso em clima de comício de oposição, apesar de comandarem quatro ministérios.

O governo Lula não foi citado nominalmente em nenhum momento, mas as críticas nortearam o evento. Os ministros do Esporte, André Fufuca (PP), e do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), estavam presentes, mas, em atitude incomum nesse tipo de evento, não discursaram. Diferentemente disso, tiveram papel de destaque no evento figuras como o governador Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) e os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Tereza Cristina (PP-MS), todos críticos a Lula.

No dia seguinte, a oposição na Câmara conseguiu novamente reunir assinaturas necessárias para requerer outra dor de cabeça para o Planalto, a CPI para investigar a suspeita de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Mais uma vez, o documento contou com o apoio de dezenas de deputados de União Brasil, PSD, MDB, Republicanos e PP.

No feriado de 1º de Maio — em que Lula deixou de comparecer aos atos das centrais sindicais por receio de eventos esvaziados —, foi a vez de o presidente do PSD, Gilberto Kassab, reiterar suas projeções políticas em um tom muito mais de oposição do que de governo.

Crítico do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), Kassab dessa vez disse na Agrishow, principal feira agrícola do país, que, se Tarcísio de Freitas (Republicanos) se lançar à Presidência, a direita toda se unirá em torno dele.

Dizendo-se ainda convencido de que o governador de São Paulo e ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) vá tentar na verdade a reeleição, ele acrescentou não ver problema nesse caso, avaliando que toda a centro-direita deve lançar candidatos, mas que, no segundo turno, "todos se encontram". Segundo turno, no caso, contra Lula.

Kassab talvez seja o exemplo mais ilustrativo da base instável do governo. O ex-prefeito de São Paulo comanda um partido com três ministérios e, ao mesmo tempo, é secretário de Governo de Tarcísio, apontado como possível rival do petista em 2026.

Dias depois, Kassab repetiu a promessa de lealdade a Tarcísio em visita ao Congresso, acrescentando não ver contradição em comandar um partido com ministérios no governo Lula e que defende outro nome para 2026.

Diferentemente de outras épocas, em que governos do PT contavam com maior popularidade e mecanismos mais persuasivos de retaliação em caso de infidelidade, desta vez Lula enfrenta não só a esquerda minoritária, mas popularidade preocupante e o Congresso empoderado com emendas impositivas.

✚ Derrotas do governo Lula na Câmara e no Senado nas últimas semanas

Anistia ao 8 de janeiro Em 14 de abril, a oposição protocolou requerimento para que tramite com urgência proposta de anistia aos condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023. Na lista de 185 deputados, 81 eram de deputados do União Brasil, PP, PSD, MDB e Republicanos, siglas que comandam 11 ministérios de Lula. O requerimento, no entanto, até agora ainda não foi pautado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos).

O quase ministro Em 22 de abril, o líder da bancada do União Brasil, Pedro Lucas Fernandes (MA), recusou o convite para ser ministro das Comunicações dias depois de ser anunciado como novo ministro. O recuo se deu após motim interno no partido, que é rachado entre apoiadores de Lula e opositores.

Glauber Braga No dia 29 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara rejeitou o recurso do deputado do PSOL contra a cassação do seu mandato. PT e governistas, que saíram em defesa do parlamentar, foram derrotados.

Comício da oposição Nesse mesmo dia, União Brasil e PP anunciaram sua federação no Congresso em clima antigoverno e com holofotes sobre críticos de Lula. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que quer se lançar a presidente em 2026, foi um dos que compareceram.

INSS No dia seguinte, 30 de abril, a oposição na Câmara conseguiu novamente apoio no centrão para reunir as assinaturas necessárias para requerer outra dor de cabeça para o Palácio do Planalto, a CPI para investigar a suspeita de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Gilberto Kassab O presidente do PSD, que controla três ministérios, repetiu em declarações em 1º de maio e no dia 8 a lealdade a Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), de quem é secretário, e a intenção de lançar candidatos para concorrer contra Lula em 2026.

PDT O partido na Câmara anunciou rompimento com Lula no último dia 6 após a queda de Carlos Lupi da Previdência, em meio ao escândalo do INSS, caso que começou com uma operação da PF.

Ramagem A Câmara aprovou, no dia 7, por 315 a 143 votos, projeto que visa suspender toda a ação penal da trama golpista sob o argumento de que entre os réus há um deputado, Alexandre Ramagem (PL-RJ). O PT e governistas foram derrotados na votação — a Primeira Turma do Supremo, no entanto, decidiu em julgamento virtual derrubar a medida dos parlamentares, com placar de 5 votos a 0.

Elio Gaspari

O colunista está em férias

política

Extrema direita é ultraidentitária, diz autor de livro sobre identitarismo

Trump e Bolsonaro são efeitos colaterais da gestão das identidades pelo Estado, argumenta psicanalista Douglas Barros

ENTREVISTA DOUGLAS BARROS

Ana Luiza Albuquerque

SÃO PAULO Em "O Que É Identitarismo?", livro lançado pela editora Boitempo no ano passado, o psicanalista Douglas Barros se debruça sobre um dos temas mais nebulosos, disputados e debatidos pelo meio político e pela sociedade civil.

Barros defende uma tese original: o identitarismo não é uma escolha, mas uma imposição do Estado neoliberal. O desenho de políticas públicas para minorias excluídas do capitalismo pós-fordista teria, segundo ele, o intuito de gerir essas identidades e impedir a ebulição de conflitos sociais que poderiam ameaçar o próprio sistema.

A solidificação de identidades fixas, porém, abre espaço para que o conflito entre por outra porta. É o que vemos, argumenta o psicanalista, com a ascensão de líderes como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Viktor Orbán, que exploram o ressentimento dos que acreditam que grupos minoritários estão "furando a fila" ao acessar mais direitos.

Para Barros, a extrema direita contemporânea, apesar de criticar o identitarismo, é em si ultraidentitária. "Os valores universais proclamados pela extrema direita são universais para um pequeno grupo. O grupo branco, patriarcal, heteronormativo", diz ele em entrevista à Folha.

*

Na esquerda há quem diga que o identitarismo não existe — que é apenas um espantalho construído pela extrema direita. Ele existe, afinal? Existe, né? Tanto que se fala dele. A minha tese é que ele não existe como uma escolha, mas como uma forma impositiva de gestão dos conflitos sociais. Só que aí vem algo complicado: essa forma organiza identidades que aparecem como sólidas, fechadas e muito definidas. A identidade se marca por exclusão.

Quando cria uma gestão baseada na organização de identidades, você cria condições para que essas identidades acessem direitos em detrimento de outras.

Na tentativa de evitar o conflito social, ele entra por outra porta — com o ressentimento diante do acesso aos direitos. É o que vemos na fala da extrema direi-

ta. Como se as pessoas excluídas do processo de modernização, de renda básica, de riqueza, estivessem agora furando a fila.

O sr. defende que o neoliberalismo produziu o identitarismo do século 21. De que forma? Sobretudo por uma mudança no mundo do trabalho. Você sai de uma estrutura rígida, com horários fixos e organizada por leis trabalhistas. O neoliberalismo vai por outra premissa, que é a flexibilização, a competição e a busca por satisfação.

Isso tem como resultado uma substituição do espaço da solidariedade. O fato de que você trabalhava a vida toda num único lugar também gerava uma solidariedade entre seus pares. A flexibilização do trabalho vai ter outros impactos. Um deles é uma relação de mobilidade e competitividade baseada na ideia de meritocracia.

Só que precisa ter um acerto de contas com a dimensão histórica. Ficou muito visível, com a ruptura do mundo do trabalho fordista, que grupos excluídos estavam em desvantagem competitiva.

Essa transformação do modo de gerir consolidou formas de garantir também a competitividade desses grupos. Além de serem consumidores em potencial, também são fontes de conflitos políticos e sociais. A tentativa é sempre dirimir qualquer possibilidade de conflito. Daí a necessidade de criar categorias engessadas para organizar esses grupos no mercado.

Mas como se criaram essas identidades fixas? A internet teve um papel revolucionário. Tem algo de formação de grupos e de pertencimento radicalmente novo.

De certo modo, havia algo estável em uma sociedade capitalista que não há mais. Tinha um pertencimento de classe que fazia com que essas identidades ficassem nubladas. Muitas vezes você não questionava qual sua posição na sociedade.

O que a gente assiste é uma mudança na nossa relação de ver o mundo, uma busca de ultraidentificação. Todo mundo quer uma identidade. É muito curioso como mesmo um laudo médico se torna hoje uma identidade. Talvez tenha sido o que nos restou.

Mesmo aqueles que se julgam fora de uma identidade estão se reivindicando como héteros, patriarcas, que devem defender os valores cristãos.



Mateus Rodrigues/Divulgação

Douglas Barros, 38

Psicanalista e doutor em filosofia pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Autor de "O Que É Identitarismo?" (2024), "Guy Debord: Antimanual de leitura" (2022) e "Lugar de Negro, Lugar de Branco?" (2019)

“

Quem impõe a política hoje é a extrema direita. Eles impõem o conflito, forçam os limites da institucionalidade. A esquerda se rendeu a essa institucionalidade

“

À medida que eles [direita radical] evocam a ideia de universalidade, eles dizem: 'Mas essa universalidade é para nós, os brancos'. A primeira medida de Trump foi ultraidentitária, que é excluir todos os diferentes do território

Ao mesmo tempo, ao afirmar a minha identidade, eu me contraponho à sua. A sua nega a minha, portanto, evitamos falar, discutir. Há algo também de um narcisismo que opera uma guerra de todos contra todos.

A direita radical de Bolsonaro, Trump ou Orbán é também identitária? Sem dúvida. À medida que eles evocam a ideia de universalidade, eles dizem: "Mas essa universalidade é para nós, os brancos". A primeira medida de Trump foi ultraidentitária, que é excluir todos os diferentes do território. Não é à toa que você vê bandeiras do lado branco da Guerra Civil. Eles estão imersos nessa lógica ultraidentitária, uma lógica protofascista.

Orbán pede uma limpeza étnica, uma consolidação de fronteiras. O diferente tem que ficar no lugar de fora. Elon Musk não estava dando tchauzinho — foi um aceno para as bases identitárias da extrema direita. Esses valores universais proclamados por eles são universais para um pequeno grupo. O grupo branco, patriarcal, heteronormativo.

Os partidos políticos também abraçaram essa lógica? Candidatos que representam minorias se tornaram um produto na prateleira? Se você quer o espaço de poder no interior desse sistema, você vai rezar conforme a cartilha. Os partidos terão que se render de certo modo. É exatamente isso, um produto na prateleira. Por outro lado, isso não

quer dizer que eles precisem se render [totalmente].

Quem impõe a política hoje é a extrema direita. Eles impõem o conflito, forçam os limites da institucionalidade.

A esquerda se rendeu a essa institucionalidade. Talvez uma saída seja a desconfiar com a institucionalidade tal como está posta. Voltar a repensar sua legitimidade. Isso parece que sumiu do horizonte da esquerda, mas seria importante para retomar o campo da política.

Há saída da bolha do identitarismo? No horizonte ser realista é não enxergar saídas. Qual a resposta para o fracasso do neoliberalismo? Me parece ser o recrudescimento ao fascismo e às guerras.

Mas a história é muito mais dinâmica do que as formas que temos de avaliá-la e interpretá-la. Talvez uma boa resposta seja voltar a entender a política como conflito. Não o que a extrema direita impõe: um conflito de disputa de ideias e de visão de mundo.

Me acendeu uma esperança imensa a ideia do fim da escala 6x1, porque é também uma desmistificação da visão de mundo neoliberal. As pessoas estão morrendo no trabalho. Dizer que a vida não precisa ser só isso talvez seja uma das formas de recolocar o nosso campo no horizonte da política, no horizonte social e no horizonte das pessoas comuns. São essas pessoas que importam. Apesar de dizerem que meu livro é muito difícil e que elas não vão ler [ri].



O presidente Donald Trump e o dirigente chinês, Xi Jinping, no 1º mandato do republicano

Endividamento chinês se iguala ao dos EUA e cria problema para o Brasil

As duas maiores economias do mundo têm trajetórias explosivas para aumento de suas dívidas públicas e pressionarão juros globais

Fernando Canzian

SÃO PAULO EUA e China, as duas maiores economias do mundo, mantêm trajetórias explosivas para o aumento de suas dívidas públicas. Os norte-americanos superam os 100% em relação ao PIB, e os chineses chegarão a esta marca no final deste ano. Em ambos, houve forte aceleração recente, com tendência de alta.

Para o resto do mundo e países muito endividados como o Brasil, haverá pressão para os bancos centrais manterem juros elevados a fim de atrair financiadores de suas dívidas —à medida em que os dois gigantes sugarão dinheiro do mundo para rolar débitos.

Em abril, a Fitch Ratings rebai-xou de “A+” para “A” (numa escala até “AAA”) a classificação para dívidas chinesas em moeda estrangeira, o que deve encarecer o custo de rolagem dos débitos.

A China vem se endividando rapidamente. No primeiro quadri-mestre, a dívida total dos emer-gentes (governos, empresas e famílias) aumentou US\$ 3,5 trilhões. A China respondeu por US\$ 2 trilhões, segundo o IIF (Ins-tituto de Finanças Internacio-nais). Em 2019, a dívida pública chinesa equivalia a 60% do PIB —agora está em 93%.

Os débitos chineses ganharam ímpeto com a decisão, há alguns anos, de estimular a demanda do-méstica. Isso foi reforçado com a guerra comercial, que pode li-mitar o acesso da China aos EUA —destino de 15% das exporta-ções. Outro fator foi o déficit cres-cente dos governos regionais.

Cerca de 80% das receitas das administrações locais vêm do alu-guel de terrenos para empreci-dimentos imobiliários, que min-guaram com uma superoferta de moradias. Para contornar, as au-toridades permitiram que gover-nos regionais emitissem títulos, ampliando o endividamento.

A China também tem déficit fiscal (receitas menos despesas) crescente. Deve chegar a 8,5% do PIB neste ano —acima dos 6,5% da média entre 2020 e 2024 e mais que o dobro dos 3% entre 2015 e 2019. Isso significa que o país, além de endividado, terá rombos maiores que ampliarão a dívida.

Nos EUA, a situação não é me-lhor. A promessa recém-reafirma-da de Donald Trump de estender cortes de impostos adotados em 2017 (no primeiro governo) pode elevar a dívida pública em 15 pon-tos percentuais nos próximos no-ve anos, projeta o Congressional Budget Office —que estima cená-rios até piores caso o presidente não consiga compensar a perda de arrecadação com mais tarifas e outras medidas.

Cálculos do IIF e da Tax Foun-dation sustentam que as estima-tivas do governo Trump para ar-recadar mais com tarifas e gas-tar menos com o Doge (com Elon Musk à frente) são irrealistas pa-ra compensar a perda de arrec-ação com os cortes de impostos.

Para financiar a perda de recei-tas, os EUA teriam de emitir cada vez mais títulos, elevando os juros pelo mundo —pois muitas econo-mias têm de pagar um prêmio aci-ma dos chamados T-Bonds ame-ricanos para atrair investidores a fim de rolar suas dívidas. Caso

contrário, haveria preferência pa-ra os títulos americanos.

O crescimento dos EUA tam-bém está em xeque. Como o PIB é o denominador para o cálculo da relação dívida/PIB, o endivida-mento sobe se o país não cresce, elevando o nível da dívida em re-lação ao tamanho da economia.

“Teremos sorte se os EUA che-garem ao final do ano melhores do que em uma recessão. Todos serão prejudicados pela guerra tarifária, mas os EUA são os mai-ores perdedores”, afirma Isabelle Mateos y Lago, economista-che-fe do banco francês BNP Paribas.

Ela diz que o chamado “excep-cionalismo americano” —o privi-légio de se financiar a custo bai-xo no mundo e de ter a principal moeda reserva de valor, o dólar —também está ameaçado com as políticas de Trump para tar-ifas e a diplomacia internacional.

“Isso trará uma dinâmica mais desconfortável para os EUA, à medida que haverá mais questio-namentos se seus títulos ainda são um porto seguro.”

Ed Parker, diretor da Fitch Ra-tings, diz que o mundo está en-trando em uma “nova era de en-dividamento global”, com pressão de gastos para defesa, aposenta-dos e saúde. Já o crescimento dos EUA será menor, acredita, e a in-flação, maior —com o impacto dos importados tarifados.

“Isso deve levar a um aumen-to das taxas de juros que os EUA pagam para se financiar”, afirma. Como consequência, países co-mo o Brasil (terceiro maior juro real do mundo) terão de manter taxas elevadas para atrair inves-tidores que poderiam aplicar nos EUA, com risco menor.

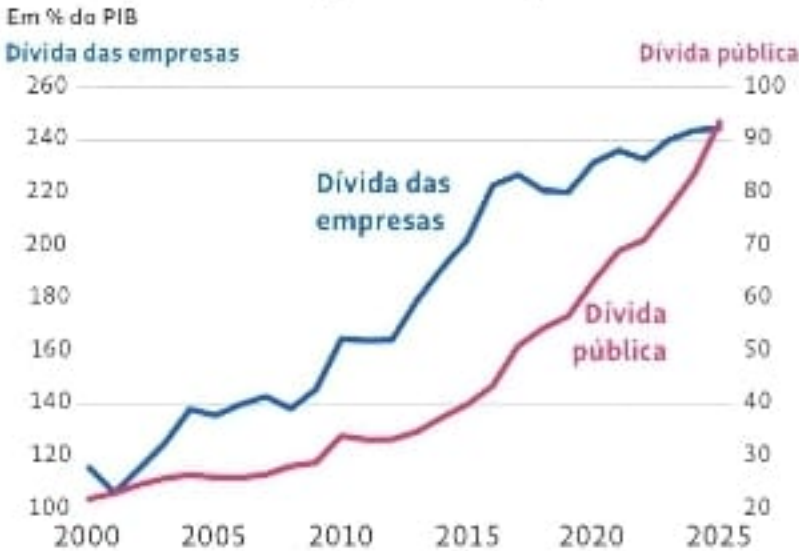
Cathy Hepworth, diretora-ge-ral da PGIM Fixed Income, que administra US\$ 1,3 trilhão em in-vestimentos, diz que a mudança em curso na economia global, com EUA e China à frente, trará mudanças significativas.

“Teremos sorte se os EUA chegarem ao final do ano melhores do que em uma recessão. Todos serão prejudicados pela guerra tarifária, mas os EUA são os maiores perdedores”

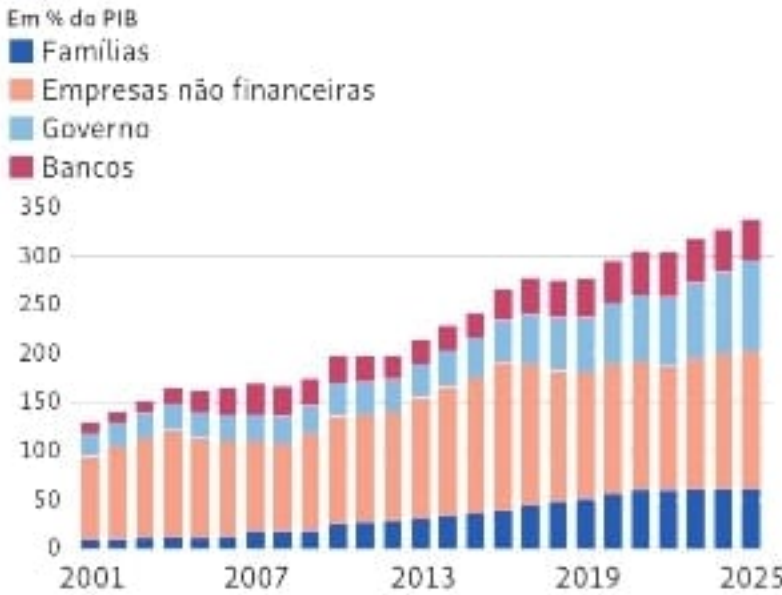
Isabelle Mateos y Lago
economista-chefe do banco francês BNP Paribas

Dívidas públicas de China e EUA têm forte alta

Dívida pública e empresarial dispara na China

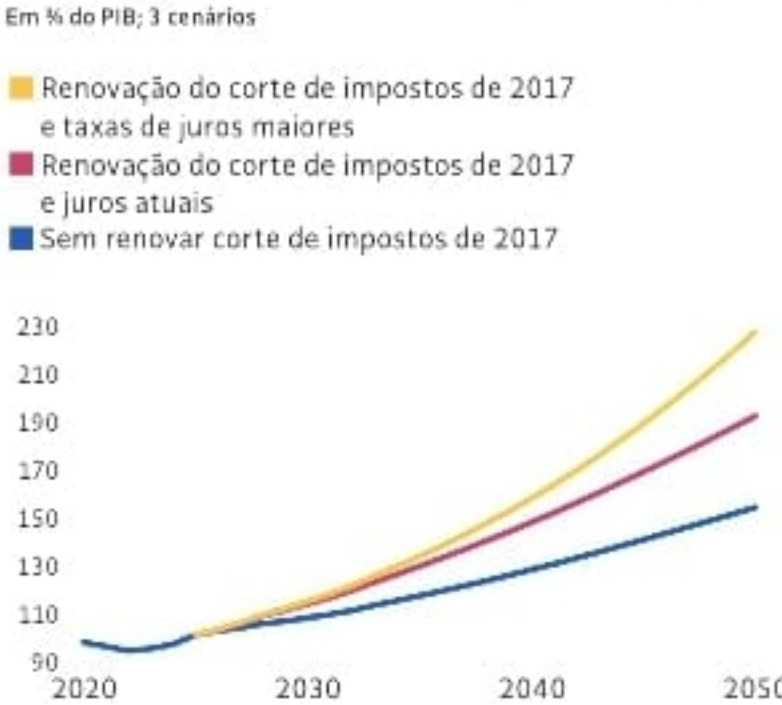


Endividamento chinês cresce em todas as áreas



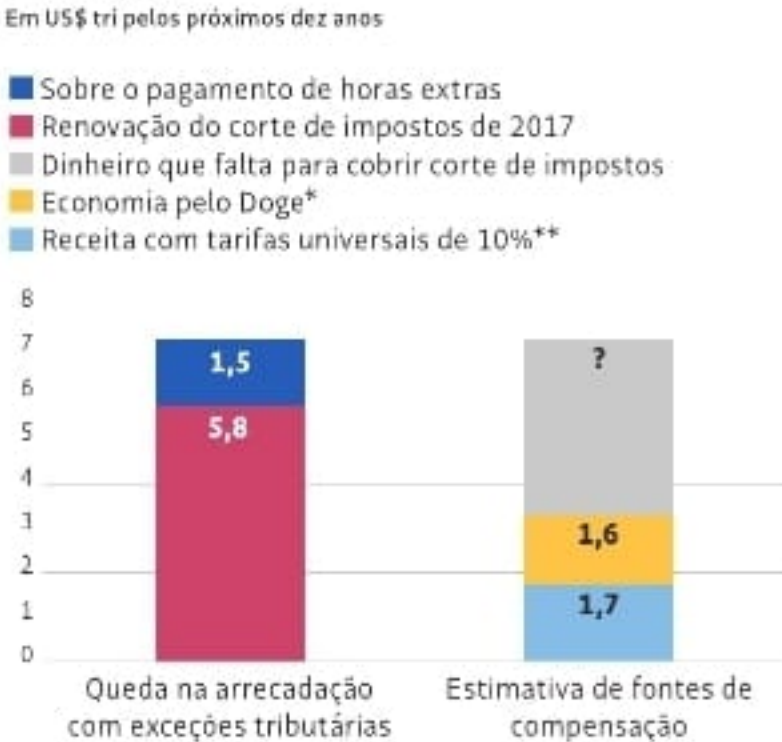
Fonte: Global Debt Monitor

Dívida pública dos EUA tem trajetória explosiva



Fonte: Congressional Budget Office e IIF

Medidas atuais não compensam corte de impostos



* Departamento de Eficiência Governamental, tocado por Elon Musk
** Supondo que não haja retaliações de países

Fonte: IIF, Doge e Tax Foundation

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack

painelsa@grupofolha.com.br

CAIO FARAH RODRIGUEZ

Advogado e professor

Empresas acertam leniência preventiva

Pressão do mercado por boas práticas pós-Lava Jato leva companhias a firmarem acordos por crédito

Stéfanie Rigamonti

Figura central nas negociações de leniência (espécie de delação premiada corporativa) da Odebrecht, o advogado Caio Farah Rodriguez viu surgir um novo movimento de empresas envolvidas em corrupção que, preventivamente, buscam sua ajuda por acordos similares, mesmo sem investigação policial em curso. Segundo ele, após a Lava Jato, instituições financeiras passaram a exigir declaração de inexistência de corrupção (tanto no passado como no presente). Por isso, companhias que descobrem esquemas buscam fazer esses pactos para destravar negócios e conseguir crédito.

*

Esses acordos têm relação com a Operação Lava Jato? Esses acordos se tornaram uma prática institucionalizada, empresarialmente admitida, como parte de um processo de valorização do compliance [departamento de controle interno], de um lado, e, de outro, do cumprimen-

to de regras impostas por parceiros comerciais, como os bancos.

Isso é algo que as empresas buscam voluntariamente? Sim, várias delas têm interesse em, preventivamente, buscar esses acordos, independentemente da eventual existência de uma investigação externa sobre elas.

Por que preventivamente? Qual a motivação, afinal? Um aspecto sutil e pouquíssimo mencionado, mas que é decisivo, é a importância do acesso a mercados de crédito e de capital. Quando uma empresa tem interesse em obter crédito ou negociar valores no mercado, precisa fazer declarações e assumir compromissos que, sem o acordo, talvez não conseguisse. Isso também vale para negociações de compra e venda. Eu mesmo participei de diversas negociações pós-Lava Jato cujas motivações eram exatamente essas.

As empresas estão expondo crimes cometidos internamente como forma de destravar negó-

cios?! Sim. Mas preciso esclarecer: empresa, exceto no caso de crime ambiental, não comete crime. São as pessoas físicas! O que a empresa pode cometer é uma irregularidade, mas, em casos de ato ilícito praticado por um representante [da companhia], ela também acaba respondendo objetivamente [como ressarcimentos em casos de contratos públicos]. Nesses casos, a empresa que precisa emitir uma dívida, por exemplo, e tem que declarar que não cometeu irregularidades, consegue essa garantia fazendo uma leniência [preventiva] sem a preocupação de estar violando algo. Isso porque o acordo é, justamente, o reconhecimento de que ela está deixando a irregularidade para trás e assumindo o compromisso de implantar práticas que fortaleçam o controle interno.

Quais tipos de atos ilícitos estão em jogo nas novas pactuações? Atos ilícitos de troca de dinheiro por algum tipo de vantagem, ou, em casos mais antigos, de transferência de recursos pa-



Caio Farah Rodriguez, 51

1973, Campinas
Doutor em Direito pela USP, onde se formou como bacharel, é também mestre pela Universidade de Harvard. Atualmente, é professor do Insper e sócio do escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez. Fundou a Escola de Direito do Rio de Janeiro da FGV

ra campanha política que não foram contabilizados.

O sr. descreve as mesmas ilicitudes investigadas pela Lava Jato. Sim, mas os acordos atuais não ocorrem só no setor de construção pesada ou de infraestrutura, como foi na Lava Jato. É possível ver pelas listas publicadas pela CGU [Controladoria-Geral da União] e pelo MPF [Ministério Público Federal] que há vários setores assinando esses acordos, como na saúde, indústria alimentícia, tecnologia e empresas de commodities. São setores que têm uma característica de proximidade com o poder público ou com recursos públicos.

Ok, mas esses acordos não acabam abafando os atos irregulares das empresas? Me parece o contrário. O acordo de leniência implica o fornecimento às autoridades competentes de informações e elementos de provas, sobre atos da empresa e, mais importante ainda, de terceiros, que elas dificilmente teriam acesso se não fosse pelo próprio acordo. Além disso, o Estado recebe valores com esses acordos, seja de indenização pelos atos que ocorreram, multa ou penalidade. E, muito importante, impõem medidas de integridade às empresas.

China vê 'passo importante' em 1º dia de negociação sobre tarifas com EUA

Secretário do Tesouro e representante do comércio de Trump voltam a se reunir neste domingo (11), em Genebra, com vice-primeiro-ministro do país asiático

WASHINGTON E HONG KONG | THE NEW YORK TIMES Altos funcionários econômicos dos Estados Unidos e da China concluíram seu primeiro dia de discussões em Genebra (Suíça) na tarde deste sábado (10) e marcaram para este domingo (11) mais uma rodada de negociações que poderão determinar o destino de uma economia global abalada pela guerra comercial do presidente Donald Trump.

Nenhum dos lados forneceu informações sobre como foram as negociações. A China apenas classificou as reuniões como "um passo importante".

As reuniões foram as primeiras desde que Trump aumentou as tarifas sobre importações chinesas para 145% e Pequim retaliou com suas próprias taxas de 125% sobre produtos americanos. Essa retaliação mútua efetivamente interrompeu o comércio entre as maiores economias do mundo, aumentando a possibilidade de uma recessão econômica global.

O que está em jogo nessas reuniões é de grande importância, mas as expectativas de um avanço que resulte em uma redução significativa das tarifas são baixas. Foram necessárias semanas para que a China e os EUA concordassem em conversar, e muitos analistas esperam que as dis-



He Lifeng, vice-premiê chinês, dá carta a Karin Keller-Sutter, presidente da Suíça Zhao Dingzhe/Xinhua

cussões deste fim de semana giram em torno da determinação do que cada lado deseja e como as negociações poderiam avançar.

Ainda assim, o fato de Pequim e Washington finalmente estarem conversando levantou esperanças de que a tensão entre eles possa ser amenizada e que as tarifas possam ser reduzidas. O impacto das taxas já está se espalhando pela economia global, reorientando cadeias de suprimentos e fazendo com que empresas repassem custos adicio-

nais aos consumidores.

As negociações são observadas atentamente por economistas e investidores, que temem que uma guerra econômica entre EUA e China leve a um crescimento mais lento e preços mais altos em todo o mundo. Empresas, especialmente as dependentes de importações chinesas, estão em alerta máximo sobre as negociações enquanto lidam com as novas taxas e a incerteza sobre se elas permanecerão em vigor.

"Tanto os EUA quanto a China

têm fortes interesses econômicos e financeiros em desescalar suas hostilidades comerciais, mas um alívio duradouro dificilmente está próximo", disse Eswar Prasad, ex-diretor do FMI.

"No entanto", acrescentou, "representa um progresso significativo que os dois lados estejam pelo menos iniciando negociações de alto nível, oferecendo a esperança de que moderem sua retórica e recuem de novas hostilidades abertas no comércio e outros aspectos de seu relacionamento econômico."

Os negociadores da administração Trump são liderados pelo secretário do Tesouro, Scott Bessent, ex-gestor de fundos de hedge que disse que os níveis atuais de tarifas são insustentáveis. Ele está acompanhado por Jamieson Greer, representante comercial dos EUA que ajudou a projetar a agenda comercial do primeiro mandato de Trump.

He Lifeng, vice-primeiro-ministro chinês para política econômica, lidera as negociações em nome de Pequim.

A disputa comercial começou a ter um impacto nas maiores economias do mundo. Na sexta (9), a China informou que suas exportações para os EUA caíram 21% em abril em relação ao ano anterior. Algumas das maiores empresas dos EUA disseram que terão de aumentar os preços para lidar com as tarifas, contrariando a promessa de Trump de "acabar" com a inflação.

Ainda na sexta, Trump sinalizou que estava preparado para começar a reduzir as tarifas, sugerindo que uma taxa de 80% sobre importações chinesas parecia apropriada.

145%

é a tarifa que Donald Trump impôs sobre importações chinesas

125%

é quanto Pequim aplicou aos produtos americanos, em retaliação

Avacalhação tramita bem no Congresso

Ano não começou após Carnaval, Páscoa, e logo tem festa junina

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Passou o Carnaval, passou a Páscoa, passou o feriado do Trabalho e o ano no Congresso não começa. Logo virão as folgas das festas juninas e, para o descanso da fuzarca, férias em julho. O governo viaja. Mas os parlamentares estiveram ocupados. Primeiro, em reaver dinheiros maiores, aqueles R\$ 50 bilhões em emendas. Segundo, ao menos no caso de centrões e direitões, a sovar a massa podre da pizza de anistias.

É o caso da anistia para Jair Bolsonaro e outros golpistas. Experimentam livrar deputados acusados de golpe, como na tentativa de sustar o processo contra Alexandre Ramagem (PL-RJ), mas não apenas. Essa resolução, votada na semana passada pela Câmara, parece um laboratório de arranjos para salvar parlamentares acusados de roubanças, como no caso de emendas. Serve também para ameaçar o STF.

O Supremo tem telhado de vidro. Faz mais de década extrapola seus poderes. Passou ainda a fazer parte na administração de acordões que desde 2016 regulam a política federal e o comando do Executivo, com auxílio do TSE (foi assim com Dilma Rousseff, Michel Temer, Luiz Inácio Lula da Silva e Bolsonaro). O Congresso, claro, não está preocupado com o papel constitucional do STF. Mas a politização do Supremo serve de pretexto para ameaças de retaliação.

Ainda é improvável que passe a anistia para Bolsonaro. Para a maioria dos líderes partidários, não é bom o custo-benefício de comprar essa briga com governo e Supremo e de quebrar lidar com um Bolsonaro ressuscitado. Em 2027, pode interessar.

Estamos longe de saber dos candidatos a presidente no ano que vem. Mas o próximo Congresso deve ser praticamente o mesmo. Isto é, do centrão e do direitão, dinheirista ao extremo, dono do que sobra do Orçamento, na supermaioria disposto a qualquer negócio por emendas, anistia de comparsas e jabutis rendos para empresas.

Emendas, além de fundos partidários e eleitorais gordos, facilitam a reeleição, a eleição dinástica de parlamentares ou a de amigos do curral, como se viu em 2022. A grande vitória do centrão e do direitão na eleição municipal de 2024 criou mais cabos eleitorais. As leis favorecem o crescimento dos partidos médios para grandes, ora do centrão-direitão. Emendas impositivas tornam esse Congresso mais indiferente ao Executivo.

Em termos ideológicos, é o Congresso mais distante de um presidente (de centro-esquerda) desde a redemocratização, como se vê pelos dados de um trabalho de César Zucco e Timothy Power ("The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress", de fevereiro de 2024). Seria de novo dura a vida de um presidente mais à esquerda em 2027, ainda mais porque haverá crise fiscal para domar.

A popularidade de Lula deve estar baixa em 2026, com o que não haverá nem o efeito marginal da melhora de votação parlamentar de PT e agregados — presidentes mais bem cotados ou que lideram viradas, como Lula 2002 ou Bolsonaro 2018, engordam um pouco suas bancadas.

A esquerda não tem líderes e ideias novas. Não criou estratégia de se capilarizar no Brasil profundo (na verdade, diminuiu o que havia de atividade missionária no interior). Continua derrotada nas redes sociais.

O governo está desnortado; o rumo do país parece por ora o do atraso desse semipresidencialismo de avacalhação do centrão-direitão ou da esquerda velha.

Próximo Congresso deve ser o mesmo, de centrão e direitão, dinheirista, dono do que sobra do Orçamento, na supermaioria disposto a qualquer negócio por emendas, anistias e jabutis para empresas



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que discute modelo para o vale-gás Gabriela Biló - 20.mar.25/Folhapress

Governo planeja pagar vale-gás com voucher da Caixa e calcula custo em R\$ 5 bilhões ao ano

Plano é finalizar medidas até o fim do mês para que Lula anuncie pacote de ações que visam baratear energia em meio à queda de popularidade

Fábio Pupo e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O governo calcula que o novo programa para subsidiar a compra de gás por famílias de baixa renda demande R\$ 5 bilhões anuais do Orçamento. Os recursos serão repassados ao público-alvo por meio de um voucher da Caixa.

O valor deve ser disponibilizado por meio de aplicativo do banco estatal e será equivalente ao valor do botijão de 13 quilos de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), de acordo com relatos feitos à Folha sobre as discussões mais recentes. Além disso, é debatida a criação de um cartão físico voltado ao programa.

O valor repassado será calculado com base na pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), atualmente em quase R\$ 110 na média nacional. A taxa de entrega não estará incluída no voucher. Caso o beneficiário queira receber o produto em casa, terá de pagar à parte.

Somente vendas autorizadas pela ANP vão poder participar e terão de vender com base no preço-teto definido para cada unidade da Federação. Com isso, o beneficiário não vai precisar completar o valor do botijão.

O governo quer contemplar 1,2 milhão de famílias até dezembro. Já foi incluída uma verba de R\$ 3 bilhões no Orçamento de 2025 com essa finalidade, embora a nova modalidade do programa ainda não tenha entrado em vigor. Para o ano que vem, seriam 17 milhões de famílias ao custo total dos R\$ 5 bilhões.

O plano é que o atual modelo, desenvolvido na gestão Bolsonaro (PL), seja totalmente substi-

tuído pela nova versão em 2026. Atualmente, é feita uma complementação ao Bolsa Família para a compra de gás. O novo programa, que será batizado de Gás para Todos, terá um recorte por tamanho da família.

Outra discussão a respeito do gás é a possibilidade de revendedoras (que são as milhares de empresas responsáveis por entregar o produto ao consumidor final) serem autorizadas legalmente a encher os botijões. Isso hoje só pode ser feito pelas distribuidoras, que estão na etapa anterior da cadeia e participam de um segmento com alta concentração de mercado.

A possibilidade de as revendedoras poderem fazer os envases diminuiria a dependência que o mercado nacional tem das distribuidoras — que têm se posicionado contra a mudança, de acordo com participantes dos debates.

Além disso, é estudada a possibilidade de o preenchimento do botijão ser feito de maneira fracionada. O consumidor poderia pedir o enchimento equivalente a apenas R\$ 50, por exemplo — como é possível fazer com tanques de combustível de automóveis.

De acordo com os defensores da ideia, isso complementaria a política de voucher para a população mais carente e ampliaria ainda mais o acesso ao gás ao flexibilizar o consumo e tirar a obrigação de a família comprar um botijão inteiro. O fracionamento atenderia quem não conseguir entrar no programa, por exemplo, ou quem for contemplado e precisa de mais gás do que o contido no botijão subsidiado.

A Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia se reuniram na quinta (8) com representantes do

setor de gás para discutir o novo modelo do programa e mudanças regulatórias. Há possibilidade de que sejam encaminhados por MP (medida provisória), embora um projeto de lei sobre isso já tramite na Câmara dos Deputados.

O governo corre para tentar finalizar as medidas até o fim do mês, para que o presidente Lula (PT) anuncie em evento no Palácio do Planalto um pacote de ações para baratear o preço da energia para a população de baixa renda, como forma de reagir à perda de popularidade por causa do aumento da inflação.

Além do redesenho no vale-gás, Lula também quer anunciar a isenção da conta de luz para 60 milhões de pessoas.

PSICÓLOGO CORONEL EDSON FERRARINI



CONTRATE A PALESTRA PARA SUA EMPRESA, SIPAT E EVENTOS NA CAPITAL DE SP

SUCESSO NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL COM SAÚDE MENTAL

(11) 98525-4156 @coroneledsonferrarini

mercado

Gilberto Waller Júnior Temos que revisar processos de concessão de todos os benefícios pagos pelo INSS

Novo presidente da autarquia diz que, pelo custo que existe hoje, seria melhor acabar com o crédito consignado dos aposentados via instituto e que, a partir de agora, as nomeações de coordenadores serão apenas de técnicos

ENTREVISTA

Adriana Fernandes
e Julianna Sofia

BRASÍLIA O novo presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Gilberto Waller Júnior, disse à *Folha* que chegou para fazer um saneamento no órgão e antecipa que fará uma revisão dos processos de concessão de todos os benefícios pagos pelo órgão. "A gente precisa olhar começo, meio e fim."

A partir de agora, as nomeações de coordenadores para a autarquia serão apenas de técnicos, segundo ele. "Estamos comprando briga com Deus e o mundo. Se tiver alguém com algum problema, alguma suspeita, alguém por indicação política, é o momento adequado para fazer esse saneamento."

Sobre o empréstimo do consignado via INSS, declarou que a ideia é fazer um grande debate sobre a sua continuidade, mas admite que pelo valor que o órgão recebe dos bancos hoje é melhor não ter. "Para receber R\$ 117 milhões por ano e ter toda hora dizendo que a fraude do consignado é do INSS? É melhor acabar."

✱

Está um clima muito ruim no INSS, o que se ouve é que os "nervos estão a flor da pele". Creio que o clima seja péssimo mesmo. O INSS tem de ser o lugar em que o segurado se sinta em casa, não nas páginas policiais, com operação da PF, escândalo, propina, mala de dinheiro, dirigentes com milhões de reais na conta. Estamos no olho do furacão. Ao mesmo tempo que há uma mudança de gestão, precisamos dar uma resposta rápida para a sociedade.

Existe um processo de descentralizar o instituto? Na primeira conversa que tive com o ministro Wolney Queiroz [da Previdência], falei da dificuldade que o INSS tinha de nomear, exonerar, de contratar. Na gestão anterior, o INSS não podia nomear ou exonerar um cargo mais simples da sua estrutura. Tudo tinha que passar pelo crivo da Previdência. Isso trouxe um atraso enorme para mudar a equipe.

Ele já delegou em portaria ao presidente do INSS a nomeação para cargos de até coordenador-geral. Não combina com uma autarquia com o tamanho do INSS ficar dependendo de um crivo ministerial para nomear o seu chefe de agência. Autarquias têm que ser dirigidas por técnicos. A par-



Pedro Ladeira/Folhapress

Gilberto Waller Júnior, 51

Taubaté (SP) Formado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade de Taubaté, é especialista no combate à lavagem dinheiro e corrupção. Procurador federal desde 1998, foi corregedor-geral da União entre 2019 e 2023. Foi ouvidor-geral da União

tir do momento em que se coloca um crivo de ministério para escolher quais são os chefes, você fragiliza a autonomia da autarquia.

Abre espaço para nomeações políticas, seria isso? Quem está mais próximo sabe aquele técnico que presta melhor serviço ou não, se a pessoa é adequada para aquele cargo. Cada vez que você sobe mais o nível para a escolha daquele cargo, mais difícil é para o ministro saber se aquela pessoa é adequada ou não para ser chefe de agência.

O INSS tem cargos muito técnicos ocupados por indicações políticas? Eu não sei. O que o presidente Lula me falou foi: "Você tem carta branca para sanear o INSS, para colocar as pessoas mais adequadas". As nomeações e exonerações que estou fazendo, eu não pergunto de quem que ele foi indicado. Simplesmente estão sendo exonerados e nomeados novos técnicos. Essa pergunta, de quem te assegura, não é feita.

A ação da AGU contra 12 entidades que seriam o núcleo da fraude excluiu várias associações que estão na investigação. A Contag, a Conafer, o Sindnapi. Por que isso aconteceu? Tem responsabilização de pessoas físicas, mas as empresas que cometem corrupção respondem a

um processo específico previsto na lei anticorrupção, quando paga propina ou é fantasma.

Todas as 12 pagaram propina ou não tinham condições nenhuma de funcionar. O único objetivo era fraudar. As outras empresas que estão no relatório até hoje não há comprovação. Se uma ou outra aparecer com pagamento de propina, provavelmente vai abrir processo contra as demais. A situação é diferente. O que temos hoje para abrir processo são aquelas que a PF detectou.

Numa delas, o irmão do presidente Lula é um dirigente. Outra é uma entidade da área rural, que é base de sustentação do PT. Pareceu algo arbitrário e não houve uma explicação... Essa situação foi decidida tecnicamente. Eu não tenho como enquadrar na lei anticorrupção outras condutas.

O presidente da Câmara falou que pode adotar medidas legislativas. Ele sugere acabar com o INSS intermediando os descontos associativos. É o caminho? Cabe ao INSS ser essa ponte numa relação privada? É uma discussão. Se vale o modelo de uma relação privada, que emite boletos, e desconta no seu cartão de crédito, e não cabe ao INSS interferir. Ou o INSS precisa ser um garantidor, uma primeira porta para barrar a fraude. Vejo pontos positivos dos dois lados.



Pelo custo, é melhor acabar [com o consignado via INSS]. Para receber R\$ 117 milhões por ano e ter toda hora dizendo que a fraude do consignado é do INSS? É melhor acabar. O INSS não faz parte dessa cadeia de empréstimo. O INSS não lucra

As nomeações e exonerações que estou fazendo, eu não pergunto de quem que ele foi indicado. Simplesmente estão sendo exonerados e nomeados novos técnicos

O consignado parece ser um problema contratado, que envolve muito mais dinheiro? Pode chegar a 40% do valor do benefício. O INSS não tem essa natureza. O INSS tem por função conceder e manter benefícios previdenciários. Não é uma instituição financeira, não faz empréstimos. Verificamos vulnerabilidades, não permitimos que a instituição financeira não tão proba, correspondentes bancários, tenham acesso ao nosso aposentado sem autorização dele. Vamos criar uma frente ampla para discutir o futuro do consignado dos aposentados e pensionistas.

Mas acha melhor acabar com o consignado via INSS? Estamos pensando. Pelo custo, é melhor acabar. Para receber R\$ 117 milhões por ano e ter toda hora dizendo que a fraude do consignado é do INSS? É melhor acabar. O INSS não faz parte dessa cadeia de empréstimo. O INSS não lucra. O valor do contrato é muito baixo.

Esse escândalo mostra que os controles precisam ser alterados. O que o sr. vai mudar nas regras de fiscalização sobre a gestão da folha, que soma mais de R\$ 1 trilhão por ano? Começamos a passar um pente-fino no que é descontado diretamente no contracheque. E a gente verificou três formas de desconto. A primeira, a associativa, fizemos bloqueio. O consignado, o que a gente podia fazer de imediato, a gente já fez e vai fazer mais. E a terceira foi do programa Meu INSS Vale +, que é um programa, mas até agora só a PicPay ofertou.

A Febraban foi a primeira a denunciar [problemas no Meu INSS Vale +], mas temos inúmeras denúncias de cidadão. Tenho sérias dúvidas sobre a sua legalidade.

Por que o senhor acha que o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, adotou a medida? O programa PicPay foi criado inicialmente com valor de R\$ 100, que era um adiantamento. E, na véspera do Carnaval, passou para R\$ 450. Em um mês a folha era R\$ 280 milhões para a gente descontar dos aposentados. A gente não descontou. Avisamos: não desconto se você não provar que está correto.

A gente está agindo, a gente está sentando com órgãos de controle o tempo inteiro e com a nossa área jurídica verificando o que é risco jurídico, o que é risco para o nosso segurado. Estamos comprando briga com Deus e o mundo. Quando você bloqueia consignado, bloqueia pagamento, não está comprando briga pequena.

Tudo que precisamos assinar agora verificamos se tem alguma recomendação do TCU, do MPF e, principalmente, da CGU. Para termos várias visões dentro de todos os programas do INSS e verificar onde a gente vai atuar. BPC, seguro-defeso, temos que mudar todos os nossos procedimentos.

Uma faxina? A gente está revisando todos os processos. Não, eu não quero revisão de custo com aposentado. Eu não quero revisão de gasto com aposentadoria. Eu quero que quem tem direito receba o que tem direito.



TODAS AS EMOÇÕES DO UNIVERSO EM UM SÓ LUGAR

- Agora você pode aproveitar com o UOL Play todo o conteúdo do Universal+.

As melhores séries e filmes, do drama à comédia, da ação à aventura, no UOL Play você encontra tudo isso e muito mais.

**Assine com o UOL Play
e descubra o bom de ser adulto**

UOL.COM.BR/UNIVERSAL



mercado

Em Moscou, Lula joga conta da crise do INSS no governo Bolsonaro

Presidente diz que esquema de fraude começou em 2019 e que sua gestão evitou fazer pirotecnia com investigação

José Henrique Mariante

MOSCOU Em entrevista a jornalistas na manhã deste sábado (10), em Moscou, o presidente Lula (PT) antecipou que lhe fariam perguntas sobre a crise do INSS. “Graças a Deus, a CGU e a nossa Polícia Federal, no processo de investigação, com muita inteligência, sem nenhum alarde, conseguiram desmontar uma quadrilha que estava montada desde 2019.”

Logo depois, a pergunta veio. E a parte sobre 2019 ganhou força e complemento. “Vocês sabem quem governava o Brasil em 2019. Vocês sabem quem era ministro da Previdência em 2019. Vocês sabem quem era chefe da Casa Civil em 2019.”

Em 2019 o presidente era Jair Bolsonaro, e Onyx Lorenzoni, o ministro encarregado pela Casa Civil. “A gente poderia ter feito um show de pirotecnia, mas a gente não quer uma manchete criminal, a gente quer apurar. As entidades que roubaram vão ter seus bens congelados... para que a gente possa pagar as pessoas.”

Ao jogar a conta para a administração anterior, Lula tenta tirar o foco de seu próprio governo, pressionado pelo tamanho da fraude que desviava dinheiro de aposentados e a disputa interna que o caso gerou.

O atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, fez críticas ao chefe da CGU, Vinicius de Carvalho, para emplacar o discurso de que a culpa não é do governo Lula, enquanto a própria Casa Civil ignorou um processo de improbidade administrativa contra o ex-diretor de Benefícios do INSS, André Fidelis, ao avaliar a sua indicação para o cargo, em 2023. Fidelis é um dos investigados na operação.

Em Moscou, onde participou da celebração dos 80 anos do fim da Segunda Guerra e prestigiou o esforço diplomático de Vladimir Putin, a despeito do conflito na Ucrânia, Lula declarou que o caso tinha uma gravidade maior por afetar diretamente os aposentados. “Não foi dinheiro dos cofres públicos [que foi desviado], foi dinheiro do salário dos aposentados.”

“Eles não foram no cofre do INSS, eles foram no bolso do povo. É isso que nos deixa mais revoltados. É por isso que vamos a fundo para sa-



O presidente Lula durante entrevista em Moscou
Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

ber quem é quem nesse jogo; e se tinha alguém do governo passado envolvido nisso.”

Os descontos indevidos teriam começado em 2019, e a maioria das entidades fraudadoras foi criada e assinou convênios com o INSS na gestão Bolsonaro. Os descontos, no entanto, dispararam e atingiram patamares bilionários após 2022.

“O que eu posso dizer para vocês escreverem para o povo brasileiro é que as vítimas não serão prejudicadas. Quem vai ser prejudicado são aqueles que um dia ousaram explorar o aposentado e o pessimista brasileiro”, disse Lula.

Logo após a entrevista, Lula embarcou para Pequim. Leia mais sobre a viagem de Lula na pág. A35

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 144, com escritório à Rua Minas Geraes, 316 – C/62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, designamos para esta sede Credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 06.556.802/0001-74, situada à Avenida Sara de Selenburgo, nº 4.781, Sobre Loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, Curriculo Avaliador nº 503.387-A/5036-2022, de 11/05/2022, e as Re-Ratificações, de 31/05/2022, no qual figuram como Fiduciante, **CLAUDINEI GALVAO DE FRANÇA**, brasileiro, administrador, portador do RG nº 26.702.129-SSP/SP, inscrito no CPF nº 250.087.099-00, e sua cônjuge **AMANDA CAROLINE CALDEIRA BRANT DE FRANÇA**, brasileira, cabeleireira, portadora do RG nº 46.137.534-X-SSP/SP, inscrita no CPF nº 382.774.168-07, casados no regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados Guarapuetas/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo Online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, no dia 23 de maio de 2025, às 14:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portatjuk.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 267.336,28 (duzentas e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos)**, o imóvel objeto do leilão, com a propriedade, à qual data em nome da credora Fiduciária, constituído por Casa e terreno, sob nº 39 da Rua Olavo Bilac, tendo o terreno frente para a referida rua, onde mede 7,40m, igual metragem de largura na linha dos fundos, por 6,90m de frente aos fundos, citando-se um sítio com Antônio Oliveira Silvestre, de outro com Teresinha Vieira e nos fundos com Rosário Antônio da Silva, tendo a casa 43,90m de área construída. **Imóvel objeto da matrícula nº 19.129 do Oficial de Registro de Imóveis de Guarapuetas/SP. Observação:** Descontados por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da Lei 9.514/97. Caso não haja leilante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 30 de maio de 2025, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 222.285,00 (duzentas e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar no site www.portatjuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, o cando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após este prazo. O envio de lances online se dará exclusivamente através do www.portatjuk.com.br, respeitando o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter “ad corpus” e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de reconstrução de construção, ampliação ou reforma, será objeto da regulamentação e condições para os créditos compromissos, conforme por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leilão, correspondente a 5%, sobre o valor de arrematação. A Ata de arrematação será firmada em até 16 dias da data da publicação da Escritura Pública de Compra e Venda, sendo lavrada em até 60 dias, em facilições de Notas a ser indicadas pela Credora Fiduciária. O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leilão, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação da homologação da venda, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leilão (5% - tanto por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arrematação no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leilão ou o Zuk emitir título de crédito (Cota) para a cobertura de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 35, do Decreto nº 21.911/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer eventual valor do arremato, a comissão do leilão, antes da finalização da escritura do instrumento particular, poderá ser paga pelo vendedor, o equivalente a 20% (vinte por cento) do montante dos valores já pagos até o momento da desistência, e 5% referente a comissão devido esse valor ser pago no prazo de 2 (dois) dias, após a comunicação de desistência. Essa penalidade se aplica independentemente do motivo alegado para o rompimento do negócio e a venda destina-se a restituir o vendedor pelos prejuízos decorrentes da disponibilidade do imóvel para o Arrematante/Comprador durante a vigência do contrato. O Arrematante/Comprador perderá todos os direitos relacionados à compra, alienação e o imóvel ficará liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda. O horário mencionado neste edital, no site do leilão, terá vigor ou em qualquer outro veículo de comunicação, considerando o horário oficial de Brasília/DF. Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciários: **CLAUDINEI GALVAO DE FRANÇA** e **AMANDA CAROLINE CALDEIRA BRANT DE FRANÇA**, a qualificação, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido certificados. Essa intimação está sujeita à legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. As demais condições estabelecidas no que rege o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Para mais informações: Whatsapp: (11) 93614-7467, ou pelo e-mail contato@portatjuk.com.br**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES DE SÃO PAULO – COOPER PAM – “EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL”

CNPJ Nº 02.295.874/0001-49

As 25 e as 26 de maio de agosto de 2024, às 15h30min, na CDC Lourenço Cabreira, situada na Avenida Lourenço Cabreira, 594 - Jardim Ana Lúcia, São Paulo - SP, CEP 04812-210, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa dos Trabalhadores em Transportes de São Paulo - COOPER PAM - em liquidação extrajudicial, convocada conforme o estatuto social e com o seguinte ordem do dia: 1. Abertura e Verificação de Quórum; 2. 1ª convocação: quórum às 13:00h; 2ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 3ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 4ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 5ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 6ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 7ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 8ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 9ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 10ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 11ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 12ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 13ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 14ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 15ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 16ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 17ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 18ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 19ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 20ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 21ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 22ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 23ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 24ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 25ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 26ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 27ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 28ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 29ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 30ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 31ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 32ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 33ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 34ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 35ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 36ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 37ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 38ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 39ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 40ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 41ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 42ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 43ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 44ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 45ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 46ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 47ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 48ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 49ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 50ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 51ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 52ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 53ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 54ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 55ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 56ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 57ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 58ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 59ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 60ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 61ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 62ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 63ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 64ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 65ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 66ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 67ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 68ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 69ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 70ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 71ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 72ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 73ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 74ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 75ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 76ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 77ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 78ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 79ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 80ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 81ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 82ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 83ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 84ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 85ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 86ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 87ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 88ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 89ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 90ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 91ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 92ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 93ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 94ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 95ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 96ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 97ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 98ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 99ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 100ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 101ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 102ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 103ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 104ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 105ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 106ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 107ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 108ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 109ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 110ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 111ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 112ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 113ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 114ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 115ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 116ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 117ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 118ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 119ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 120ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 121ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 122ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 123ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 124ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 125ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 126ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 127ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 128ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 129ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 130ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 131ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 132ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 133ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 134ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 135ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 136ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 137ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 138ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 139ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 140ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 141ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 142ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 143ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 144ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 145ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 146ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 147ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 148ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 149ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 150ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 151ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 152ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 153ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 154ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 155ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 156ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 157ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 158ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 159ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 160ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 161ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 162ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 163ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 164ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 165ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 166ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 167ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 168ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 169ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 170ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 171ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 172ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 173ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 174ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 175ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 176ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 177ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 178ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 179ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 180ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 181ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 182ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 183ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 184ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 185ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 186ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 187ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 188ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 189ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 190ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 191ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 192ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 193ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 194ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 195ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 196ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 197ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 198ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 199ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 200ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 201ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 202ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 203ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 204ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 205ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 206ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 207ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 208ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 209ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 210ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 211ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 212ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 213ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 214ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 215ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 216ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 217ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 218ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 219ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 220ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 221ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 222ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 223ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 224ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 225ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 226ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 227ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 228ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 229ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 230ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 231ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 232ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 233ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 234ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 235ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 236ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 237ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 238ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 239ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 240ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 241ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 242ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 243ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 244ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 245ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 246ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 247ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 248ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 249ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 250ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 251ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 252ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 253ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 254ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 255ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 256ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 257ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 258ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 259ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 260ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 261ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 262ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 263ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 264ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 265ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 266ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 267ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 268ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 269ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 270ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 271ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 272ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 273ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 274ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 275ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 276ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 277ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 278ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 279ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 280ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 281ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 282ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 283ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 284ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 285ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 286ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 287ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 288ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 289ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 290ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 291ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 292ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 293ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 294ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 295ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 296ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 297ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 298ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 299ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 300ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 301ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 302ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 303ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 304ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 305ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 306ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 307ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 308ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 309ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 310ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 311ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 312ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 313ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 314ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 315ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 316ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 317ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 318ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 319ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 320ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 321ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 322ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 323ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 324ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 325ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 326ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 327ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 328ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 329ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 330ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 331ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 332ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 333ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 334ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 335ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 336ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 337ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 338ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 339ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 340ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 341ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 342ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 343ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 344ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 345ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 346ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 347ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 348ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 349ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 350ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 351ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 352ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 353ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 354ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 355ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 356ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 357ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 358ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 359ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 360ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 361ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 362ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 363ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 364ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 365ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 366ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 367ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 368ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 369ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 370ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 371ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 372ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 373ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 374ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 375ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 376ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 377ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 378ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 379ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 380ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 381ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 382ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 383ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 384ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 385ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 386ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 387ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 388ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 389ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 390ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 391ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 392ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 393ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 394ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 395ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 396ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 397ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 398ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 399ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 400ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 401ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 402ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 403ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 404ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 405ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 406ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 407ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 408ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 409ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 410ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 411ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 412ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 413ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 414ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 415ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 416ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 417ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 418ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 419ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 420ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 421ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 422ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 423ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 424ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 425ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 426ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 427ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 428ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 429ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 430ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 431ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 432ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 433ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 434ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 435ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 436ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 437ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 438ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 439ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 440ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 441ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 442ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 443ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 444ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 445ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 446ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 447ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 448ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 449ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 450ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 451ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 452ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 453ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 454ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 455ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 456ª convocação: presentes: equivalente a 1/3 da total; 457ª convocação: presentes



Leilão Judicial Eletrônico

Imóveis com deságios de até 50% sobre o valor de avaliação. Aproveite!



Lances a partir de **RS 16.947.751,40**

Avaliação **RS 21.291.144,97**

Galpão Comercial

Imóvel com 439 m² de construção e área de terreno de 36.300 m². Composto por galpão, escritório, oficina e almoxarifado.

1º Leilão
14/05 - 15:30hs

2º Leilão
14/05 - 16:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
2ª Vara Civil de Franca/SP

ID 6296

Galpão Industrial

Imóvel com área de 1.350 m² e 181.500 hectares de área maior. Localizado de frente para Rod. Florindo Rodrigues Martinez.

1º Leilão
~~08/05 - 11:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Antônio José Magalhães
2ª Vara Civil - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

Lances a partir de **RS 1.485.958,04**

Avaliação **RS 2.476.596,73**

Galpão Industrial

Imóvel com 390 m² de construção sobre terreno de 912 m². Localizado a 2 min. de Praia de Enseada e a 13 min. do centro da cidade.

1º Leilão
21/05 - 14:00hs

2º Leilão
04/06 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adilson Antônio Nogueira
3ª Vara de Faltados e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6865

Imóvel Residencial

Imóvel com 390 m² de construção e área de terreno de 390 m². Localizado a 2 min. de Praia de Enseada e a 13 min. do centro da cidade.

1º Leilão
21/05 - 14:00hs

2º Leilão
04/06 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adilson Antônio Nogueira
3ª Vara de Faltados e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 7304

Lances a partir de **RS 650.000,00**

Avaliação **RS 650.000,00**

Terreno Rural

Chacara denominada São Valentim com 25.448 hectares, situada no município de Potironduba/SP.

1º Leilão
~~09/04 - 15:00hs~~

2º Leilão
14/05 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Álvaro Antonio Costa Neves-Buchala
1ª Vara Civil de Potironduba/SP

ID 5028

Lances a partir de **RS 712.260,34**

Avaliação **RS 949.680,46**

Prédio Residencial

Imóvel com 718 m² de construção e área de terreno de 250 m². Composto por 4 casas, situado no Jardim Shangrilá São Paulo.

1º Leilão
~~17/03 - 11:00hs~~

2º Leilão
19/05 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Luciano Fernandes Galvão
2ª Vara de Faltados e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6873 LOTE 1

Lances a partir de **RS 1.574.310,42**

Avaliação **RS 2.099.080,56**

Imóvel Residencial

Imóvel com 390 m² de construção sobre terreno de 912 m². Localizado a 2 min. de Praia de Enseada e a 13 min. do centro da cidade.

1º Leilão
21/05 - 14:00hs

2º Leilão
04/06 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adilson Antônio Nogueira
3ª Vara de Faltados e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6873 LOTE 2

Lances a partir de **RS 2.878.162,71**

Avaliação **RS 5.756.325,42**

Terreno Urbano

Gleba de terras com área de 106.790 m², composto por 50 lotes de terreno integrantes do loteamento Parque das Montanhas, situado no Bairro Caputera.

1º Leilão
21/05 - 14:00hs

2º Leilão
04/06 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adilson Antônio Nogueira
3ª Vara de Faltados e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6458

Lances a partir de **RS 721.018,21**

Avaliação **RS 1.442.036,43**

Imóvel Residencial

Imóvel e edícula com 194 m² de construção e área de terreno de 476 m². Composto por 4 dorms, 3 banheiros, sala, cozinha, área de serviço, piscina e garagem.

1º Leilão
~~08/05 - 09:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 09:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brinco
1ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 7252

Lances a partir de **RS 932.602,92**

Avaliação **RS 1.554.338,21**

Imóvel Residencial

Imóvel no Condomínio Damha II - Residencial Marcia com 238 m² de construção e área de terreno de 390 m².

1º Leilão
~~08/05 - 09:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 09:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brinco
1ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 6657

Lances a partir de **RS 320.905,19**

Avaliação **RS 427.873,59**

Imóvel Residencial

Imóvel com 166 m² de construção e terreno com área de 300 m². Composto por sala, cozinha, 2 dorms, garagem coberta, edícula e café.

1º Leilão
~~08/05 - 09:30hs~~

2º Leilão
29/05 - 09:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brinco
2ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 6540

Lances a partir de **RS 1.597.667,50**

Avaliação **RS 2.282.382,15**

Imóvel Residencial

Imóvel de 3 pavimentos com 280 m² de construção e área de terreno de 188 m². Composto por 4 dorms, sendo 1 suite, localizado na Vila Prudente/SP.

1º Leilão
~~08/05 - 10:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 10:00

Juiz: Exmo. Dr. Luciano V. Ferraz Oliveira
2ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 7051

Lances a partir de **RS 388.070,69**

Avaliação **RS 646.784,49**

Imóvel Residencial

Imóvel de 2 pavimentos com 186 m² de construção e área de terreno de 200 m². Localizado no bairro Vila Nio em São Paulo/SP.

1º Leilão
29/05 - 09:30hs

2º Leilão
29/05 - 10:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Rodrigo De Aguiar Costa
3ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 7275

Lances a partir de **RS 679.480,98**

Avaliação **RS 1.698.702,44**

Terreno Urbano

Imóvel e terreno com área de 6.894 m². Localizado a 2 min. da Rod. Constante Peruchi e 3 min. do centro da cidade.

1º Leilão
~~08/05 - 10:30hs~~

2º Leilão
29/05 - 10:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Backes
1ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 7288

Lances a partir de **RS 794.437,27**

Avaliação **RS 1.324.062,12**

Prédio em construção

Imóvel no Condomínio Anuá Eco Park Laços, contendo 3 pavimentos com 355 m² de construção e área de terreno de 380 m².

1º Leilão
~~08/05 - 11:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Domingos Duarte Neto
2ª Vara Civil de Mogi das Cruzes/SP

ID 7313

Lances a partir de **RS 371.540,84**

Avaliação **RS 412.823,16**

Prédio Residencial

Prédio Residencial com 130 m² de construção e área de terreno de 250 m².

1º Leilão
~~08/05 - 11:00hs~~

2º Leilão
29/05 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Thiago Rodrigues Berra
1ª Vara Civil de São Paulo/SP

ID 6692

Lances a partir de **RS 347.171,10**

Avaliação **RS 416.605,36**

Imóvel Residencial

Prédio Residencial com 152 m² de construção e área de terreno de 300 m². Composto por dormitório, sala, banheiro, cozinha, lavanderia, quintal e garagem.

1º Leilão
~~08/05 - 11:30hs~~

2º Leilão
29/05 - 11:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
2ª Vara Civil de Franca/SP

ID 7305

Lances a partir de **RS 458.407,99**

Avaliação **RS 916.815,97**

Apartamento

Imóvel com 164 m² no Condomínio Edifício Umuarama. Composto por 3 dorms, sala, cozinha, dependência de empregado, 3 banheiros, área de serviço e vaga de garagem.

1º Leilão
~~08/05 - 11:30hs~~

2º Leilão
29/05 - 11:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Civil de Guarapiranga/SP

ID 6531 DESOCUPADO

Lances a partir de **RS 972.038,08**

Avaliação **RS 1.388.625,83**

Apartamento

Imóvel no Condomínio Parial de São Francisco com 4 vagas de garagem. Localizado a 8 min. do Continental Shopping e 15 min. da Pargina Pinheiros.

1º Leilão
29/05 - 14:00hs

2º Leilão
29/05 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brinco
1ª Vara Civil de São Paulo/SP

Reservamos nos a direito a correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

mercado



Danilo Verpa/Folhapress

Marina Sousa Meu grande momento da vida é o equilíbrio entre maternidade e profissão

Filha mais nova de Mauricio de Sousa assume a liderança de império dos quadrinhos da Turma da Mônica e quer abrir portas para mais mulheres, avançar em novas tecnologias e encarar o desafio da inteligência artificial

ENTREVISTA

Jairo Marques

SÃO PAULO Após ter vendido 1 bilhão de gibis em cerca de 60 anos, a fantástica fábrica de quadrinhos de Mauricio de Sousa, 89, uma das maiores e mais relevantes do mundo, deu início a uma mudança histórica, que começou pelo nome: deixou de ser MSP (Mauricio de Sousa Produções) para se chamar MSP Estúdios.

Mas o movimento que mais vai mexer com a estrutura da gigante das histórias infantis brasileiras é a escolha de Marina Sousa, 40, a filha mais nova do artista, para assumir o comando dos negócios como diretora-executiva. A nova diretoria conta ainda com Fábio Junqueira, Marcos Saraiva —neto de Mauricio— e Mauro Sousa, também filho do ilustrador.

Marina diz viver um misto de emoções ao assumir o cargo ao mesmo tempo que vê os filhos Martin, 5, e Cora, 1, crescerem.

A nova diretora-executiva, que falou exclusivamente à *Folha* pela primeira vez no cargo, diz que diversidade e adoção de novas tecnologias serão pilares da gestão e que a inteligência artificial é o grande desafio da empresa.

*

A personagem que seu pai fez para você nos gibis tem um lápis mágico que abre portas com poder de transformar as coisas. Que portas você está desenhando para a empresa? Antes de qualquer coisa, abriria portas para mais mulheres. O meu lugar aqui na empresa está me mostrando muito a importância de representar as mulheres. Sinto

falta de ter mais mulheres próximas. A troca faz uma diferença gigantesca. Também adoraria conhecer pessoas diferentes das quais convivo. Traria mais diversidade e de uma forma mais rápida, mais simples, com um lápis mágico.

O filme do Chico Bento teve 1 milhão de espectadores. O audiovisual segue como aposta? Com certeza é um caminho, é uma meta. O objetivo dessa nova diretoria é fortalecer a nossa marca e ser uma empresa multiplataforma. No mundo atual, as crianças estão muito conectadas. Precisamos expandir cada vez mais e mostrar mais as nossas turmas dentro da nossa marca, que, agora, é a MSP Estúdios.

Dentro dela tem muito mais do que Turma da Mônica, a gente quer mostrar isso no audiovisual, a forma mais fácil de chegar, de encontrar o nosso público. O [filme] "Chico Bento" só provou que a gente tá no caminho certo. É um universo muito rico, apaixonante. Vem muita coisa pela frente. Em 23 de outubro vai ser lançada a biografia do Mauricio, com o meu irmão [Mauro] como Mauricio de Sousa. A expectativa é gigantesca, já sei que vou chorar horrores. O filme vem com tudo e faz parte da comemoração do aniversário do Mauricio de 90 anos.

Como se equilibra o legado que vem das histórias em quadrinhos, do papel, com a modernidade, com as novas tecnologias? Tenho uma conexão muito forte com o Mauricio, obviamente, é meu pai, e com tudo que ele fez. Fui uma criança que apren-

deu a ler com gibis da Turma da Mônica, como acho que a maioria dos brasileiros. Tenho um afeto muito forte com essa turma. Não tem como isso sair da minha alma. Estou sempre ligada a esse legado. Mas a gente não tem como negar o futuro ou o que está na nossa frente agora. Tenho que fazer tudo com responsabilidade, com cuidado, de pegar o que nos trouxe até aqui e juntar com o que ainda vem pela frente. É um casamento que vai dar certo.

Mas também não existe a preocupação com a proteção do conteúdo? Como tem sido a discussão da inteligência artificial usando o conteúdo do Mauricio? A inteligência artificial é inevitável. A gente não pode simplesmente fechar os olhos e falar que isso não existe, não vai existir, não vamos usar nunca. Temos que aceitar e unir forças dentro de um quadro com muitas regras, com muito respeito a tudo que o Mauricio já fez, aos artistas, aos traços. Tem que regulamentar, mas a gente precisa abrir os olhos e aceitar que esse é o novo desafio nosso. É um grande desafio.

A Turma da Mônica avançou na discussão de diversidade [vários novos personagens criados]. Isso segue como estratégia? Não só continua como nunca estamos satisfeitos e sempre buscamos melhorar. Nossa meta é nunca se acomodar achando que já cumprimos uma cota, que já temos o suficiente. A gente continua aprendendo. Trabalhamos muito nos últimos anos, mas temos que ir atrás de evoluir mais. Sempre estudando, sempre ouvindo, sempre conversando e

Marina Sousa, 40
1985, São Paulo
Diretora-executiva da Mauricio de Sousa Estúdios, formada em comunicação social pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing). Desde pequena faz roteiros, desenha e contribuiu com as produções da empresa. Ela é a mais nova entre cinco filhas de Mauricio, que tem outros cinco filhos homens



Mauricio se inspirou na filha para criar a personagem Marina, da Turma da Mônica
MSP Brasil/Divulgação

tendo na nossa estrutura também a diversidade. Não adianta nada a gente trazer palestrante aqui, ouvir, falar e não agir.

Desafios também estão no streaming, jogos online, metaverso, webtoons? Definitivamente. Acompanhar a loucura que é a rapidez de tudo que é lançado. Está sendo muito desafiador, ainda mais com filhos. Vejo a rapidez com que mudam de interesse. Crio conteúdos para crianças, então, a gente tem que acompanhar. Qual é o interesse? De onde está vindo? Vai se prolongar? Vale a pena apostar nisso?

Não tem como não se adaptar a eles, aos gostos, a como enxergam. A gente tem que estar próximo mesmo das crianças e do público em geral porque não são só elas que se adaptam às coisas ou que mudam de interesses. Todas as gerações são assim. O nosso público são várias gerações. É de 0 a 100.

Você desempenhou vários papéis aqui na MSP e agora é a líder da história. Como isso chega pessoalmente a você? Cresci dentro dessa empresa. Conheço algumas pessoas aqui mais do que conheço alguns familiares. É uma responsabilidade não só pelo poder de estar numa diretoria-executiva, gerir uma empresa inteira, mas é uma responsabilidade ser a filha do Mauricio que todo o mundo viu criança e agora é uma adulta com muitas decisões que precisam ser tomadas. Tenho trabalhado muito na terapia. Divido a diretoria-executiva com meu irmão Mauro, então a gente compartilha nossos anseios, medos, ansiedades, conquistas. Não sou uma líder isolada.

E como esse universo de ser mãe impactou na sua visão do próprio negócio? É o meu assunto preferido. Meu grande momento da vida agora é esse equilíbrio entre a maternidade e a minha profissão. Acho grandioso demais. Trabalho com crianças, trabalho com histórias infantis, com conteúdo infantil e tenho filhos que consomem o que eu faço. É muito louco.

Eu me vejo também me cobrando. "Olha, essa história podia estar melhor." Eu sou a leitora, eu sou a pessoa que produz, eu sou a pessoa que avalia, eu sou a mãe da criança que reclama de algo que precisa melhorar. É um misto de emoções. É uma aventura conciliar as duas coisas. Mas é muito bom, é muito legal.

E como seu pai se sentiu nessa passagem de bastão? Cresci ouvindo do meu pai que eu era a sucessora artística dele. Eu me sinto muito honrada de ter herdado o dom artístico dele e da minha mãe [Alice Takeda, roteirista e artista plástica]. Meu pai não é direto. Ele nunca vai falar que você tem que fazer isso, isso ou isso. Ele conta histórias e você interpreta. Esse é o segredo de conversar com o sr. Mauricio de Sousa. Ele demonstra muita felicidade sempre que a gente se encontra, quando passa pela empresa e vê as novidades surgindo. A minha maior felicidade é poder fazer essa sucessão com ele vivo, com ele aqui do nosso lado, segurando nossa mão.



Marcella Oliveira (dir.) e Priscilla Paladim, ex-companheira e hoje consultora de seu negócio, com a filha, Helena, 6 Adriano Vizoni/Folhapress

Trabalho por conta própria é saída para mães em dupla maternidade

Casais de mulheres LGBTQ+ que empreendem e têm filhos enfrentam preconceitos e falta de recursos; restrição em licença-maternidade é um dos desafios apontados

Cristiane Gercina

SÃO PAULO A maternidade nunca esteve nos planos da empreendedora Marcella Oliveira, 34, até o nascimento da filha, Helena, 6. O desejo de engravidar sempre foi da ex-companheira, ex-sócia e hoje consultora do seu negócio, Priscilla Paladim, 36.

"Priscilla sempre teve um sonho muito grande de ser mãe. Eu já não tinha isso tão aflorado, mas, como me apaixonei, se tornou algo em comum", diz. Tudo mudou ao segurar a filha pela primeira vez. Marcella deixou um emprego com carteira assinada na área de tecnologia da informação, passou a se dedicar à maternidade, especializou-se em marcenaria e, com Priscilla, criou a Tabular, que faz móveis e brinquedos educativos de madeira para bebês e crianças.

"Quando a Helena nasceu, minha vida mudou completamente. Eu não sei explicar, mas olhei para ela e pensei: 'Nasci para ser mãe'. Ela é, de fato, a razão de a Tabular existir", conta.

A criação da empresa foi mais por necessidade financeira do que por opção, como ocorre com a maioria dos empreendedores no Brasil, segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoios às Micro e Pequenas Empresas).

Negócios de mulheres em dupla maternidade enfrentam preconceitos e falta de recursos por serem LGBTQ+. Dados de pesquisa do Sebrae realizada em 2024 com 2.020 brasileiros acima de 16 anos apontam 14,7 milhões de pessoas LGBTQ+ no país. No universo de empreendedores, são 3,7 milhões — 9% dos que empreendem. Para mais de 50%, o empreendedorismo surge como necessidade, seja de renda, seja por não conseguirem se manter no

Situações de preconceito vivenciadas no negócio

Tipo de situação, em %

■ Gays, lésbicas, bissexuais e não binários
■ Transsexuais e travestis

Comentários ou piadinhas maldosas no seu local de trabalho ou nas redes sociais sobre ser uma pessoa LGBTQ+



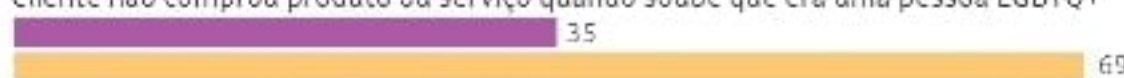
Cliente soube que o dono era LGBTQ+ e começou a desvalorizar produtos e serviços oferecidos



Capacidade e competência questionadas por ser LGBTQ+



Cliente não comprou produto ou serviço quando soube que era uma pessoa LGBTQ+



Durante as negociações com fornecedor, percebeu que as condições oferecidas eram piores do que para empresas de não LGBTQ+



Fornecedor que se recusa a atender seu negócio por ser liderado por uma pessoa LGBTQ+



Fornecedores atrasaram a entrega ou não entregaram produtos sem motivo claro



Recusa de fechar contratos de longo prazo



*A pesquisa ouviu 2.020 brasileiros acima de 16 anos de todos os estratos sociais nas cinco regiões do país entre os dias 8 e 12 de novembro de 2024. A margem de erro é dois pontos para mais ou para menos, com um intervalo de confiança de 95%.

Fonte: Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

mercado formal. Mas empreender sendo LGBTQ+ é mais difícil.

A pesquisa mostra que 39% de gays, lésbicas, bissexuais e não binários disseram ter tido o produto desvalorizado por clientes após saberem de sua orientação sexual. "São muitos os casos de pessoas que não querem trabalhar para eles, não querem comprar deles e não querem fornecer. O negócio está cada vez mais nichado, o que é bom e ruim, porque supre as necessida-

des de uma comunidade, mas fica restrito", avalia Margarete Coelho, diretora de administração e Finanças do Sebrae.

"As pessoas LGBTQ+ empreendem por liberdade, para dizer: 'Aqui eu posso ser eu mesmo', mas muito por necessidade ou por sobrevivência, porque o mercado de trabalho formal não lhes garante plenos direitos, e, quando se trata de um casal de mulheres, isso piora", afirma.

Quando Helena nasceu, Mar-

cella e Priscilla tinham emprego com carteira assinada, mas só Priscilla teve licença-maternidade de 180 dias. Marcella ficou com a "licença-paternidade" de quatro dias e só conseguiu férias cerca de dez dias depois.

"Minha filha nasceu em uma sexta e tive de voltar ao trabalho na terça. Minhas férias foram dez dias depois porque eles queriam que eu marcasse uma data exata, mas ela nasceu de parto natural, não tinha como saber", diz.

A marceneira pediu demissão ao voltar das férias. Sem rede de apoio, precisou cuidar da ex-mulher, que passou por cirurgia após o parto. Priscilla também mudou de área, fez pedagogia, especializou-se em neuropsicopedagogia e, depois da separação, seguiu como consultora da Tabular. Sem renda suficiente, nunca deixou o emprego CLT enquanto eram sócias. "Empreender não é fácil. No início, era uma avalanche de pedidos, eu nem dormia."

A falta de direitos e de visibilidade de mães LGBTQ+ foi o que motivou a escritora e empresária Daniela Arrais a criar o coletivo Dupla Maternidade.

Por serem empreendedoras, ela e a fisioterapeuta Laura Della Negra, mães de Martin, 4, tiveram pouco tempo de licença e, sem contribuir com a Previdência, não receberam o salário-maternidade do INSS. "Essa questão da falta de direitos me joga exatamente quando Martin nasceu. Eu tenho um pouco de ressentimento em relação a isso. Tanto eu quanto Laura tivemos licenças curtas. Minha empresa estava crescendo, minha sócia tinha acabado de ter filho também. Acho que a licença tinha de ser de seis meses para todas", afirma.

A ideia dela é transformar o coletivo em organização social para tentar avançar em direitos.

"Uma das motivações é a decisão de 2024 do Supremo que garante licença de até 180 dias também à mãe não gestante em casais homossexuais — por lei, são 120 dias —, mas só uma, a outra tem direito à licença de quatro dias."

"São violências simbólicas, mas também são práticas", diz Dani, lembrando que a maternidade tira mulheres do mercado de trabalho, com 50% das mães sendo demitidas até dois anos depois do nascimento do filho.

A advogada Priscila Arraes Reino, 52, e sua mulher, a assessora de imprensa Denise Dalfarra, 61, mães de João, 7, e Luísa, 6, também tiveram que adaptar suas rotinas após a chegada dos filhos. Priscila sempre contribuiu com o INSS e conseguiu a licença-maternidade de até 120 dias na adoção dos bebês, que chegaram em momentos diferentes, mas Denise, que não tinha o desejo de ser mãe, não teve esse direito. Mesmo assim, não pensou duas vezes ao ver a companheira sozinha com todo o trabalho quando o primogênito chegou.

Ela deixou para trás sua empresa e, na época, uma campanha eleitoral. Hoje trabalha com a mulher, também empreendedora, com marketing jurídico. "Eu demorei um pouco para mater e para ter uma decisão, não era um projeto ser mãe, mas é um projeto que tomou minha vida."

“

Eu e Laura tivemos licenças curtas. Minha empresa estava crescendo, minha sócia tinha acabado de ter filho também

Daniela Arrais
empresária e escritora

CASAFOLHA

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

A PARTIR DE MAIO

ESTREIA: 15 / 5

PAULO HOFF

COMANDA O CURSO:

Câncer: prevenção e caminhos para a cura

Referência mundial em oncologia, Paulo Hoff é especialista na prevenção e no combate ao câncer. Membro do conselho diretor do Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo), professor titular da USP e presidente da Oncologia na Rede D'Or, ele é um dos médicos mais respeitados e influentes da área.

Assine agora

**e aproveite
a oferta
exclusiva.**

DE R\$ 59,90*
POR APENAS
12x de R\$ 19,90
/MÊS.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL



Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrad
e faça o upgrade de sua assinatura.

CASAFOLHA

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

GRANDES NOMES CHEGAM
PARA SOMAR NA CASAFOLHA.

ESTREIA: 29 / 5

RUY CASTRO

COMANDA O CURSO:

Técnicas para a escrita de não ficção

Um dos mais respeitados jornalistas e escritores brasileiros, Ruy Castro construiu uma carreira marcada por grandes sucessos. Vencedor do Prêmio Jabuti com as biografias de Garrincha e de Carmen Miranda, ele foi eleito imortal pela Academia Brasileira de Letras em 2022.

FOLHA DE S.PAULO

★★★



Projeção mostra como o Senna Tower deve ficar na orla de Balneário Camboriú. Divulgação FG Empreendimentos

Prédio que será residencial mais alto do mundo terá unidade de até R\$ 300 mi

Obra lançada em Balneário Camboriú (SC) deve levar até oito anos

Diego Felix

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC) Projeta-do para ser o prédio residencial mais alto do mundo, o Senna Tower, lançado em Balneário Camboriú neste sábado (10), vai abrigar 18 mansões suspensas, com áreas privativas de 420 m² a 563 m², piscina e jardins, além de um elevador para carros.

Os preços dos apartamentos variam conforme a metragem e o tipo de planta do imóvel, na faixa entre R\$ 28 milhões e R\$ 300 milhões. Os mais caros serão dois triplex na cobertura, e a ideia da FG Empreendimentos é levá-los a leilão, o que pode render valores bem acima do esperado.

O CEO da construtora FG Empreendimentos, Jean Graciola, brinca que os donos de uma Senna McLaren poderão guardar o carro no andar em que forem morar. Além das duas coberturas triplex e das quatro duplex, o Senna Tower terá 204 apartamentos com áreas privativas entre 300 m² e 400 m².

A previsão inicial é investir R\$ 3 bilhões na construção, que terá 157 andares e 228 apartamentos.

Com 550 metros de altura, o arranha-céu vai superar o Central Park Tower (Nova York), com 472,4 metros, e o 111 West 57th Street (Nova York), com 453,3 metros.

O projeto é um marco na expansão imobiliária de Balneário Camboriú, cidade que tem o metro quadrado médio mais caro do país.

Desde o anúncio da torre, feito em setembro do ano passado, a FG já contabilizou o equivalente a R\$ 1,3 bilhão em vendas de unidades. A projeção é chegar

aos R\$ 8,5 bilhões em VGV (Valor Geral de Vendas) até a conclusão das obras na barra sul da praia central da cidade —o que deve acontecer em cerca de oito anos.

Graciola afirma que ainda não está definido qual casa de leilões irá tocar a venda, mas a tradicional Sotheby's desponta como potencial parceira no negócio.

Serão seis andares de lazer, com área de convivência, academia, salões de festas.

O prédio incorpora soluções tecnológicas que minimizam impactos bastante comuns em áreas de orla, como ventos fortes. Para resolver o problema, será aplicado um tuned mass damper, contrapeso que serve para ajudar na estabilização do edifício e neutraliza o efeito dos ventos.

O empreendimento também ganhou atenção mundial por carregar a marca Senna no nome.

Inicialmente, a torre se chamaria Triumph Tower e, segundo Graciola, teria 360 metros de altura. O ponto de virada no dese-

nho aconteceu quando, em 2019, Leonardo Senna, irmão mais novo do tricampeão de Fórmula 1, entrou em contato com Graciola.

As primeiras reuniões de Graciola foram feitas com Leonardo e um diretor de marca da Senna Brands. Depois, entrou no circuito Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, e o negócio foi fechado definitivamente em 2020.

O contrato da parceria foi assinado já no ano seguinte. O projeto final está aprovado desde 2023, porém havia um acordo de sigilo absoluto até que o negócio pudesse ser anunciado ao público.

O conceito do empreendimento é assinado pela artista plástica Lalali Senna, sobrinha de Ayrton e conselheira no instituto da família. Ela aplicou à arquitetura do prédio uma narrativa baseada na "jornada do herói" e que carrega princípios amplamente divulgados em seus anos como piloto.

O repórter viajou a convite da FG Empreendimentos

Prédios mais altos



Copom e o modo petista de governar

O ajuste no fim de 2026 promete; cada vez mais 2026 se parece com 2014

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV), é doutor em economia pela USP

Na quarta (7), o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a Selic de 14,25% para 14,75%. Afirmou que, "para a próxima reunião, o cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação".

Muito provavelmente, até a próxima reunião estará mais clara a desaceleração da economia mundial em consequência da guerra comercial. Além dos efeitos defasados do aperto monetário sobre a atividade econômica, o Copom poderá alegar a situação mundial como mais um motivo para interromper o ciclo de elevação da taxa Selic.

A grande dificuldade do Copom será construir uma narrativa para iniciar, em algum momento do segundo semestre do ano, um ciclo de redução. O Copom prevê que a inflação de preços livres termine o ano em 5,3%. O IPCA de abril, divulgado na sexta (9), apontou que os preços livres subiram 5,8% nos últimos 12 meses. Será que haverá sinais de moderação da inflação nos próximos meses?

O modo petista de governar é forçar a economia a operar além dos seus meios. Gera uma queda insustentável do desemprego. Os salários se elevam acima da produtividade, a inflação de serviços se eleva

O modo petista de governar é forçar a economia a operar além dos seus meios. Gera uma queda insustentável do desemprego. Os salários se elevam acima da produtividade, a rentabilidade do setor privado se reduz, as exportações líquidas caem, e a inflação de serviços se eleva. Todos esses fatos têm ocorrido. Por exemplo, em abril, a inflação dos serviços subjacentes fechou em 6,7%.

A dificuldade é que a queda da inflação em 2025 requer alguma desaceleração da economia em razão da redução da demanda agregada. Se a desaceleração ocorrer somente por se ter atingido o limite da capacidade produtiva, a inflação não se reduzirá: teremos a economia andando de lado, com inflação ainda em elevação.

A janela para a queda da demanda está estreita: no primeiro semestre, de fato a execução fiscal tem reduzido o gasto. No entanto, a partir do início do terceiro trimestre, com o pagamento dos precatórios e a evolução do novo empréstimo consignado, terá passado a janela em que a demanda se contrairá.

A política monetária fortemente contracionista reduz o consumo de bens duráveis e o investimento. No entanto, na direção contrária temos os estados com caixa para elevar os investimentos, em 2026 teremos eleições, e, mais para o final do ano, o programa MCMV deve ter novo impulso. Adicionalmente, diversos investimentos em infraestrutura, fruto de programas de concessão, têm prazo contratual para entrega. São insensíveis à política monetária. No ano próximo temos a mudança da tabela do IRPF e, é possível, elevação do benefício do programa Bolsa Família, entre outros botões que podem ser apertados para estimular a economia e ajudar a popularidade de Lula em ano eleitoral.

A menos que haja uma forte inversão do ciclo da economia mundial, tudo sugere que caminharemos com juros elevados e economia a plena carga até as eleições. As empresas e as famílias sofrerão muito com a piora de suas dívidas, mas, enquanto a roda da economia estiver girando, a gente vai levando. Quando o ciclo econômico virar —após as eleições, independentemente de quem for eleito, haverá um ajuste fiscal—, a fragilidade do setor privado após período tão longo de aperto monetário cobrará seu preço.

O ajuste da economia no final de 2026 promete. Cada vez mais 2026 se parece com 2014.

colunistas da semana

DOM, Samuel Pessoa / Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher. SEG, Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cúcolo, Michael Viriato. TER, Michael Franca / Cecília Machado, Mauro Zafalon / Lúcia, Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman / Guilherme Bento / Solange Brout, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva. SEX, Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire. SAB, Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Müller Machado

mercado

Não basta o voluntarismo

Os detalhes do desenho da política pública são relevantes

Marcos Lisboa

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia

A política pública importa. Não basta, contudo, a boa intenção. O impacto das medidas depende dos detalhes de seu desenho e de como serão implementadas.

Por vezes, o debate fica polarizado em temas que prometem muito, como maior intervenção do setor público na economia x Estado mínimo, ou a razoabilidade na concessão de incentivos para a indústria nacional.

A pesquisa aplicada, contudo, tem revelado que os problemas são bem mais sutis.

Os estudos sobre a história econômica de diversos países nos últimos séculos mostram que o desenho particular das regras e instituições, incluindo a forma de intervenção do setor público, afetou o desenvolvimento econômico dos países.

As evidências são detalhadas na resenha de Shilag Ogilvie e A. W. Carus, "Institutions and Economic Growth in Historical Perspective" (Instituições e Crescimento Econômico em Perspectiva Histórica), Handbook of Economic Growth, 2014.

Talvez seja útil começar com o exemplo da educação. Pesquisas de especialistas em aprendizado, incluindo economistas, têm revelado a relevância de aspectos sutis no processo de formação das crianças.

O que ensinar em cada idade, como melhor desenvolver habilidades cognitivas (como na alfabetização ou na matemática) e quais são as técnicas mais eficazes para a dinâmica da sala de aula ou para a gestão da escola?

Os economistas contribuem com método e perguntas. Será que alterar a remuneração de professores, tornando-a variável em função da sua presença na sala de aula, afeta o aprendizado dos alunos?

Escolas numa mesma região da Índia são sorteadas: parte passa a ter o novo método de remuneração, as demais preservam o regime usual. Compara-se então o resultado no aprendizado dos alunos. Sim, o novo método de remuneração melhora o aprendizado dos estudantes.



Edson Iki

Dezenas de diretores do Texas são sorteados; para alguns, são oferecidos cursos de gestão, para outros, não. O aprendizado dos alunos melhora no caso de diretores que fizeram curso de gestão? Sim.

Esses são apenas dois exemplos de uma lista imensa de resultados sobre aspectos muito específicos do processo educacional, relatados por Roland Fryer, no texto "Management and Student Achievement" (Gestão e Desempenho dos Estudantes), e por Esther Duflo, Rema Hanna e Stephen Ryan, no artigo "Incentives Work: Getting Teachers to School" (Incentivos Funcionam: Levando Professores à Escola), publicado em 2012 na American Economic Review.

Existem vários métodos de alfabetização. Qual o mais eficaz? Que técnicas na dinâmica da sala de aula reduzem a chance de algum estudante ficar para trás? O livro "Aprendizagem Infantil", publicado pela Academia Brasileira de Ciências em 2011, sumariza resultados da pesquisa aplicada sobre educação e seus impactos.

Qual tipo de apoio às famílias contribui para o aprendizado das crianças, sobretudo no caso dos grupos mais vulneráveis? Esse tipo de apoio deve variar com as condições de cada caso? Como

está a vida dessas crianças, décadas depois? Qual a relevância da educação nos primeiros cinco anos das crianças?

Para quem se interessar por esses temas, vale visitar o site de James Heckman, professor da Universidade de Chicago e Prêmio Nobel de Economia.

Essa é apenas uma amostra das perguntas nas pesquisas sobre gestão da educação. A gestão não é mais fácil em outros temas de política pública.

A regulação de setor elétrico é particularmente difícil. O mesmo ocorre com as regras para o provimento de saúde para a população, apesar dos imensos avanços da pesquisa em medicina.

Alguns países optaram por fazer apostas em políticas de desenvolvimento setorial.

A grande maioria fracassou. Alguns conseguiram bons resultados. Quais as características do desenho da intervenção e dos mecanismos de controle que estão mais correlacionadas com as poucas histórias de sucesso?

Existem muitos exemplos documentados de políticas que fracassaram recentemente no Brasil, como as registradas no livro "Para Não Esquecer", organizado por Marcos Mendes.

Mudanças na tecnologia afetam os mecanismos de intervenção e

No Brasil, não acompanhamos as pesquisas aplicadas. Nosso voluntarismo descuida dos detalhes na implementação da política pública. No meio do caminho, o Estado, com muito poder de intervenção, se torna terreno fértil para ser capturado por grupos de interesse

regulação. A telefonia móvel traz temas distintos da telefonia fixa.

O desenho, as regras de implementação, os mecanismos de controle são relevantes para a eficácia das políticas de transferências de renda.

Detalhes que parecem insignificantes podem afetar a qualidade do programa, como mostram alguns exemplos sistematizados por Esther Duflo no artigo "The Economist as a Plumber" (O Economista como Encanador), publicado na American Economic Review em 2017.

Durante muito tempo, achou-se, no Brasil, que o desafio do desenvolvimento eram os temas da macroeconomia, como câmbio e taxa de juros. Nosso desafio seria desenvolver a indústria nacional e depender menos do exterior.

Mesmo nas melhores universidades em outros países acreditava-se que os temas da microeconomia eram pouco relevantes para analisar o desenvolvimento dos países.

Os detalhes sobre as regras do jogo, incluindo o desenho dos incentivos, da governança e dos mecanismos de controle, teriam apenas impactos localizados sobre a qualidade da política pública.

Essa crença estava errada, segundo as pesquisas das últimas décadas.

Os detalhes sobre as políticas públicas e sobre as regras para a regulação dos mercados explicam boa parte da diferença de renda entre os países. Chad Jones, no artigo "The Facts of Economic Growth" (Os Fatos do Crescimento Econômico), publicado no Handbook of Macroeconomics, em 2016, sumariza resultados da pesquisa aplicada sobre o tema.

No Brasil, contudo, não acompanhamos as pesquisas aplicadas. Nosso voluntarismo descuida dos detalhes na implementação da política pública. No meio do caminho, o Estado, com muito poder de intervenção, se torna terreno fértil para ser capturado por grupos de interesse.

Nossos problemas decorrem das escolhas que fazemos sobre as regras para as relações de mercado e o detalhamento da política pública. Há muito o que podemos fazer para superar as nossas mazelas.

✱

Esta coluna resume a parte final do ensaio que escrevi para o livro "Vozes do Pensamento Brasileiro", a ser lançado pelo Museu Casa Darcy Ribeiro.

Anac retira todos os slots da Voepass em Congonhas e Guarulhos

SÃO PAULO A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) retirou os slots (espaços para pousos e decolagens) da Voepass nos aeroportos da Grande São Paulo até o fim desta temporada, que se estende até 25 de outubro, e os disponibilizou para outras companhias aéreas. A informação consta em comunicado divulgado na sexta-feira (9).

A antiga Passaredo detinha 20 slots diários em Congonhas e 8 em Guarulhos, os dois mais movimentados do país.

O regulador justifica a decisão pelo descumprimento de uma resolução de que cada companhia tenha de manter pelo menos 80% de voos regulares em cada temporada (inverno ou verão) para garantir o controle de seus slots e a continuidade das operações.

A Voepass teve seus voos suspensos pela Anac em 11 de março devido ao descumprimento de exigências operacionais e não conseguiu retomar as atividades desde então. Para se manter em conformidade com a norma de

frequência de voos, a empresa deveria retomar suas atividades até este domingo (11).

Se o índice de uso não é atingido, a empresa também perde o direito de prioridade na alocação desses slots na temporada seguinte, e eles podem ser redistribuídos a outras companhias aéreas.

Em 22 de abril, a Voepass entrou com pedido de recuperação judicial, na tentativa de reorganizar compromissos financeiros e fortalecer a estrutura de capital.

20 eram os slots (espaços para pousos e decolagens) diários da Voepass em Congonhas

8 eram os slots em Guarulhos

Segundo a companhia, a medida é uma continuidade do processo de reestruturação financeira iniciado em fevereiro deste ano e foi necessário após a Anac suspender suas atividades aéreas.

Após o acidente de agosto do ano passado, em Vinhedo (SP), foi implantada uma operação assistida de fiscalização da Anac nas instalações da companhia. A queda do voo 2283, que fazia a rota entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP), causou a morte de 62 pessoas.

Cidade no Peru citada no 1º discurso do papa tenta retribuir carinho a Leão 14

Chiclayo enfeita ruas em homenagem a Robert Prevost, mas teme que ele não volte

Douglas Gavras

CHICLAYO (PERU) “Se vocês também me permitirem, uma palavra de saudação a todos aqueles da minha amada Diocese de Chiclayo, no Peru. Onde um povo fiel acompanhou seu bispo compartilhando sua fé e se doou muito para continuar sendo a igreja fiel de Jesus Cristo”, disse Robert Prevost em seu primeiro discurso como papa Leão 14.

“A gente não sabia como traduzir ‘Chiclayo’, pensamos que era uma expressão em latim”, conta uma produtora de TV americana, que veio à cidade de cerca de 600 mil habitantes no noroeste do Peru, a 770 km de Lima.

Na semana passada, os funcionários da catedral em que Prevost foi bispo gritaram em comemoração quando souberam que ele era o novo papa. “Podem falar o que quiserem, ele é peruano, escolheu o nosso país”, diz a voluntária Dolores Perez, 67, enquanto arruma as flores em torno do



altar de uma capela.

Nos dias após a nomeação, os moradores resolveram retribuir a homenagem feita pelo sumo pontífice em sua primeira fala e enfeitaram a praça principal com cartazes e um telão com fotos de Leão 14 e faixas escritas “Chiclayo foi abençoada”.

Na praça, as comemorações para o Dia das Mães que já estavam previstas para este domingo (11), com músicas típicas e apresentações das crianças da cidade, agora dividem espaço com homenagens ao papa. “É um momento muito especial para todos nós, que orgulho sermos de Chiclayo”, afirma o locutor.

Dizendo estar surpreso e emocionado com a conquista de Prevost, o jornalista Alberto Morales, 65, diz que ao menos os peruanos têm algo a comemorar agora. “Viu a diferença do papa para a nossa classe política?”, questiona, ao apontar uma capa de jornal em que uma imagem de Prevost andando a cava-

lo em um distrito pobre da cidade, quando ela foi atingida pelo El Niño em 2023, divide espaço com uma denúncia de corrupção de políticos locais.

Nascido em Chicago, nos Estados Unidos, o novo papa foi ordenado padre em 1982 e veio em missão ao Peru em seguida. Entre idas e vindas, viveu no país sul-americano por mais de 20 anos. Após ser nomeado pelo papa Francisco administrador apostólico da Diocese de Chiclayo, em setembro de 2015, ele se tornou oficialmente bispo da cidade e obteve a nacionalidade peruana. Ocupou a função até 2023, quando foi nomeado cardeal pelo sumo pontífice argentino.

“Ele costumava brincar com os nomes das duas cidades, dizia que tinha vindo para cá por destino, tendo nascido em Chicago e vindo viver em Chiclayo”, conta a vendedora Lula Botey, 45. “Foi realmente comovente, ele usava suas homilias para invocar a caridade e cobrava que os politi-

cos pensassem no bem comum.”

Nos últimos dias, os moradores da cidade têm compartilhado nas redes sociais diferentes fotos de sua vida na cidade: trabalhando com comunidades carentes, visitando povos indígenas e mantendo uma rotina simples.

“Parte dela era aqui, em uma destas mesas”, conta um dos administradores do restaurante Las Americas, Rodrigo Couto Vasquez, 36. “Ele saía da catedral, aqui ao lado, atravessava a rua e vinha tomar café da manhã ou almoçar. Geralmente comia alguma coisa leve durante a semana. A culinária peruana da nossa região o conquistou.”

“Agora ele tem de vir logo ao Peru, tem de ser a primeira visita dele como papa ou uma das primeiras”, diz o taxista Ronald Méndez, 41, expressando uma preocupação de muitos moradores da região: que Leão 14 não repita com o Peru o que ocorreu com o papa Francisco, que não chegou a visitar a Argentina durante o seu pontificado.

Em um comunicado à imprensa, o atual bispo da cidade, Edinson Farfán Córdova, parece tentar diminuir essa apreensão. Ele disse que o Peru nunca saiu do coração do pontífice. “O papa é nosso irmão, que passou por estas terras, trabalhando em Chulucanas, Trujillo e Chiclayo. Ama profundamente o nosso país.”

Sumo pontífice explica nome escolhido e visita túmulo de Francisco

André Fontenelle

ROMA É mesmo Leão 13 a principal inspiração por trás do nome de papa escolhido pelo cardeal americano Robert Prevost. Leão 14 deu a explicação em encontro com cardeais do mundo inteiro, neste sábado (10), pouco antes de fazer suas primeiras visitas fora dos muros do Vaticano, uma delas ao túmulo de Francisco.

Como se especulava, o nome é antes de tudo de uma homenagem ao italiano Vincenzo Gioacchino Pecci, papa de 1878 a 1903, lembrado pela preocupação com os problemas sociais de seu tempo.

“São várias as razões, mas a principal é porque o papa Leão 13, com a histórica encíclica ‘Rerum novarum’, abordou a questão social no contexto da primeira grande Revolução Industrial [iniciada no século 18]”, afirmou o papa no discurso que fez aos cardeais.

Outra hipótese relacionava o nome ao frei Leão, braço-direito de São Francisco de Assis, o que seria referência à forte ligação do novo papa com seu antecessor.

“Rerum novarum” (latim para “coisas novas”), de 1891, é considerada o texto basilar da doutrina social da Igreja. Condena a exploração da classe operária da época, mas ao mesmo tempo diz que o socialismo não é a solução.

Leão 14 deu a entender que enxerga um paralelo com as ameaças atuais ao emprego, entre elas a inteligência artificial (IA). “Hoje, a Igreja oferece a todos a riqueza de sua doutrina social para responder a outra revolução industrial e aos desenvolvimentos da inteligência artificial, que trazem



O papa Leão 14 reza em frente ao túmulo de seu antecessor, Francisco, na basílica de Santa Maria Maior, em Roma. Midia do Vaticano/AFP



A principal é porque o papa Leão 13 abordou a questão social no contexto da Revolução Industrial

papa Leão 14 sobre a razão pela qual escolheu esse nome

novos desafios para a defesa da dignidade humana, da justiça e do trabalho”, afirmou.

O jornal italiano Il Messaggero conjecturou neste sábado que o papa escreverá uma encíclica sobre a IA, uma “Rerum novarum” dos dias de hoje.

“Deu para perceber a preocupação dele”, disse à Folha o arcebispo de Manaus, dom Leonardo Steiner. “A inteligência artificial provavelmente vai diminuir o número de trabalhadores, as carteiras assinadas. Vamos viver de

quê? Por outro lado, ele também ressaltou a importância da IA.”

Dom Leonardo contou que, depois de discursar, o papa deu a palavra a alguns cardeais —eram mais de 200 presentes ao encontro, que durou cerca de duas horas. “Depois fez questão de ficar lá e cumprimentar um por um. Esse é um grande sinal de que será um papa próximo”, contou.

À noite, Leão 14 fez uma visita ao túmulo de seu antecessor. O novo papa foi à basílica de Santa Maria Maior, em Roma, e de-

positou uma rosa sobre a lápide de Francisco. Depois de cerca de meia hora ajoelhado em oração diante da tumba, Leão 14 deixou a igreja em uma van, saudando da janela do veículo os fiéis.

Neste domingo (11), às 12h locais (7h de Brasília), o papa recita o Regina Coeli (“Rainha dos Céus”), oração do período pascal, da sacada central da Basílica de São Pedro. Na segunda-feira (12), recebe em audiência os profissionais de imprensa que cobriram o funeral de Francisco e o conclave.

mundo sucessão no vaticano



O papa Leão 14 após reunião com cardeais no Vaticano neste sábado (10) Mídia do Vaticano/AFP

Leão 14 terá de lidar com alto custo de pensões e Vaticano insustentável

Novo papa terá sob tutela patrimônio próximo dos US\$ 5 bi, com ao menos 5.000 imóveis e 4.000 empregados diretos

Gabriel Barnabé

SÃO PAULO O Vaticano se financia única e exclusivamente por doações e compras de seus seguidores. Uma vez que não recolhe impostos — e mesmo se o fizesse, seus pouco mais de 800 moradores não sustentariam tanta coisa — a Santa Sé depende de dízimos, ofertas e receita dos itens litúrgicos e museus.

No território central do catolicismo, são mais volumosos os montantes advindos do óbolo de São Pedro — uma coleta anual que envolve todas as dioceses do mundo e, geralmente em junho, convoca os fiéis a apoiar as obras de caridade do papa e, claro, o funcionamento da Igreja.

É nesta segunda categoria que reside um dos maiores desafios que Leão 14 enfrentará. Em 2023, as doações arrecadaram algo próximo de € 103 milhões. Destes, € 13 milhões — ou 12,6% — foram destinados à caridade. Os outros € 90 milhões foram usados em despesas burocráticas da Santa Sé.

“É preciso considerar que o Vaticano é um grande negócio em termos financeiros, mas também imobiliários”, afirma o vaticanista italiano Roberto Cipriani. Segundo os dados mais recentes, a Igreja tem, somente nos arredores italianos da sede, algo em torno de 4.000 imóveis; ao levar em conta toda a Europa, o número é próximo dos 5.000 — destes, cerca de 20% geram receita principalmente com aluguéis.

Também em 2023, de quando são os relatórios mais atualizados, a Cúria fechou o ano com um déficit operacional na casa dos € 83 milhões. É também pa-

ra cobrir esse buraco, segundo Cipriani, que o óbolo de São Pedro tem sido usado.

É importante, segundo ele, delimitar algo crucial: as dioceses espalhadas pelo mundo são financeiramente independentes do Vaticano e têm uma gestão descentralizada. Na prática, isso significa dizer que as autoridades católicas de cada país — ou respectivas subregiões — gerem os próprios recursos.

Com esse pano de fundo, é difícil estabelecer a riqueza total sob o guarda-chuva do catolicismo apostólico romano. Somente na tutela de sua repartição central, no entanto, o valor é estimado em US\$ 5 bilhões — sem considerar valores imensuráveis das grandes basílicas e de suas obras de arte.

Os números são, hoje, públicos devido especialmente à intensa reforma promovida por Francisco que, entre outras decisões, determinou a publicação de relatórios financeiros mais transparentes.

As mudanças do último papa foram, inclusive, estruturais. O pontífice argentino reorganizou a gestão de patrimônio da Santa Sé e alocou toda a sua supervisão — incluindo o IOR (Instituto para as Obras de Religião), conhecido como Banco do Vaticano — sob a APSA (Administração do Patrimônio da Sé Apostólica).

Cipriani, que é professor emérito da Universidade Roma Tre, classifica as ações de necessárias e afirma que a decisão acertada “evita alguns escândalos e alguns maus usos do dinheiro que já houve no passado”. Ele se refere

US\$ 5 bi

Riqueza sob o guarda-chuva do catolicismo apostólico romano sem considerar valores das grandes basílicas e de suas obras de arte

5.000

Número de imóveis da Igreja Católica em toda a Europa

4.000

Quantidade de pessoas empregadas por órgãos do Vaticano

€ 83 mi

Tamanho do déficit operacional na Cúria romana, com base nos dados de 2023

ao escândalo da compra de uma propriedade de € 350 milhões em Londres, que resultou na condenação do cardeal Angelo Becciu — que foi impedido de participar do conclave por esse motivo.

A realocação do comando de patrimônio para a APSA não foi bem recebida em todas as repartições internas da Igreja. Houve forte atrito entre os então presidentes do banco e do órgão gestor.

Segundo Cipriani, a relação se abrandou quando o papa Francisco pediu ao presidente [da APSA] que telefonasse para o presidente do IOR no aniversário dele, como uma maneira de melhorar o comportamento, um símbolo de amizade.

As mudanças, por outro lado, não foram simbólicas: o atual presidente da APSA, o arcebispo Giordano Piccinotti, agora é responsável tanto pela gestão dos ativos financeiros — que, por determinação de Francisco, devem ser investidos e apresentar rendimento, mas sem caráter especulativo — quanto imobiliários. Nestes campos, em 2023, a APSA apresentou um lucro de € 45,9 milhões — destes, € 37,9 milhões foram destinados à Cúria Romana, a missão do papa.

Esses resultados, para Cipriani, comprovam que “as coisas estão ficando cada vez melhores, mesmo que o orçamento oficial final ainda não esteja em boa situação”. Na conta geral, segundo ele, ainda falta equilibrar o principal problema: o alto número de funcionários e ainda mais alto gasto com pensões.

São cerca de 4.000 pessoas que trabalham para os órgãos do Vaticano e, entre esses, cerca de 2.000 são só na Cúria Romana — número três vezes maior que todos os funcionários dos museus da cidade-estado, por exemplo.

Leão 14, enquanto líder de toda essa estrutura, precisará evoluir as soluções — em maioria iniciadas por Francisco — que diminuíam o custo de funcionamento da Santa Sé, supram a necessidade do pagamento de pensões e, acima de tudo, honrem as doações enviadas com destino à caridade. “Acho que uma gestão mais atenta pode proporcionar uma situação melhor”, conclui Cipriani.

Revelações de cardeais ajudam a montar quebra-cabeças do conclave

André Fontenelle

ROMA Pouco a pouco, os 133 cardeais que escolheram Leão 14 revelam detalhes que permitem montar parte do quebra-cabeças da eleição que define os rumos da Igreja Católica.

O cardeal de Toamasina, em Madagascar, Désiré Tsarahazana, cometeu indiscrição sobre a mais confidencial das informações do conclave: o número de votos obtidos por cada cardeal.

Na saída do encontro do papa com os cardeais neste sábado (10), Tsarahazana disse a jornalistas italianos que Robert Prevost teve “bem mais de cem votos”, sendo que 89 eram necessários para atingir os necessários dois terços dos eleitores. Quebrar o sigilo sobre a contagem de votos é passível até de excomunhão, segundo a “constituição apostólica”, documento que rege o conclave.

Outros jornais trouxeram detalhes novelescos. Segundo o *Il Messaggero*, o cardeal filipino Luis Antonio Tagle, um dos favoritos a suceder Francisco, estava sentado logo atrás de Prevost nas votações na Capela Sistina.

Tagle afirmou que o americano lhe perguntava como se comportar. E que, no quarto escrutínio, que o elegeu, Prevost estava “respirando fundo” e aceitou uma bala oferecida pelo próprio Tagle.

O francês Dominique Mamberti contou ter ficado surpreso com a escolha do nome Leão 14. Ele descreve o rosto do americano ao aceitar ser papa.

“Ele estava emocionado. É natural: estava acontecendo uma mudança total em sua vida. Mas estava sereno quando pronunciou a fórmula com a qual aceitou a eleição.”

A versão dele coincide com a de Parolin: “Fiquei impressionado com a serenidade que transpirava do rosto [de Prevost] em momentos tão intensos e, em certo sentido, dramáticos, porque mudam totalmente a vida de um homem.”

Outro cardeal francês, Jean-Paul Vesco, de Argel, afirmou ter havido um momento em que todos os cardeais “sentiram que era ele”: “Eu sabia que o Espírito Santo estaria lá. Não saberia dizer em que momento. Foi uma evidência nos votos que eram expressados.”

O arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer, revelou à *Folha* que achou o conclave deste ano “mais sereno” que o outro de que participou, 12 anos atrás, quando Francisco foi eleito após a renúncia de Bento 16. “Após o papa Francisco, a Igreja recolheu unanimidade maior do que no pós-Bento 16, que renunciou em um momento de muita turbulência. Portanto, um clima de bem maior serenidade”, analisou.

Mulheres guiam Igreja herdada pelo papa, mas apenas homens a governam

Como cardeal, Prevost não se mostrou disposto a romper barreiras clericais que mantêm católicas longe do poder real

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Mulheres tiveram uma missão no conclave que apontou o 267º papa da Igreja Católica: freiras cozinham e arrumaram os quartos dos 133 cardeais — Robert Prevost, eleito pelos pares e feito Leão 14 na quinta (8), incluso.

Na véspera, com fumaça rosa, outras católicas protagonizaram um ato contra o monopólio masculino que dominou a Igreja por quase toda a sua história. Spoiler: elas já foram mais relevantes.

"A Igreja Católica contemporânea se sustenta, em grande medida, pelo trabalho cotidiano e invisibilizado das mulheres", diz a socióloga da religião Tabata Tesser, da USP. "São elas que limpam, organizam, preparam os espaços litúrgicos, cuidam da catequese, acompanham os idosos, articulam as festas religiosas e mantêm viva a dinâmica nas paróquias."

Essas mesmas mulheres, contudo, permanecem impedidas de "chegar lá", afirma Tesser. "Podem ser secretárias dos párocos, mas não suas sucessoras. Podem ter as chaves da igreja, mas não celebrar os sacramentos. Essa contradição revela uma profunda desigualdade de gênero alicer-

çada por uma teologia institucionalmente masculinista."

O Código do Direito Canônico diz: "Só o varão batizado pode receber validamente a sagrada ordenação". Leão 14 já disse que o aval para ordenar sacerdotisas não resolveria o problema da Igreja. Poderia inclusive "criar um novo", afirmou em 2023, ainda na pele cardinalícia.

Kate McElwee, ativista e leiga católica que coordena a Conferência de Ordenação de Mulheres, explicou por que seu grupo soltou fumaça rosa nos arredores do Vaticano. Se a branca sinaliza a eleição de um papa, e a preta mostrava que os votantes de batina ainda não haviam chegado a um nome, a cor culturalmente atribuída ao feminino denunciava o que McElwee considera "um pecado e um escândalo".

A manifestação, disse, "era um sinal de esperança de que a Igreja possa trabalhar rapidamente para trazer as mulheres como iguais", enquanto olham para o futuro do catolicismo e se perguntam: "Há um lugar para mim aqui?"

Já houve mais. Nos primórdios do cristianismo, na chamada igreja primitiva, elas "tinham um papel muito importante", ainda



Uma freira reza durante missa em homenagem ao recém-eleito papa Leão 14, em Callao, no Peru. Connie Franco/AFP

que ainda escanteadas do centro do poder, diz o vaticanista Filipe Domingues, professor da Pontifícia Universidade Gregoriana.

Jesus se cercou de apóstolos homens, é verdade. "Mas as primeiras que encontram Cristo ressuscitado são as mulheres, como Maria Madalena", diz Domingues. "Primeiro ele se apresenta a elas."

Corta para o século 21: Francisco descartou a inclusão delas no diaconato, que tem por função auxiliar no trabalho clerical — não celebra missas, por exemplo. É uma das ordens sagradas restritas aos homens. As outras são o episcopado (bispos) e o presbitério (sacerdotes em geral).

Em 2024, em entrevista à rede CBS News, o papa argentino respondeu se achava que uma menina que cresce católica hoje tem alguma chance de entrar no clero algum dia: não. "Mas as mulheres sempre tiveram, eu diria, a função de diaconisas sem serem diaconas, certo?", disse na ocasião.

Sob o papado de Francisco, algumas mulheres ganharam postos de destaque no Vaticano, algo "sem precedentes", afirma a socióloga Tesser. "Entre os nomes mais notáveis está a irmã Raffaella Petrini, a primeira mulher a assumir a secretaria-geral do Governatorato do Estado da Cidade do Vaticano, cargo equivalente ao de vice-governadora."

Outra figura é Simona Brambilla, autoridade máxima sobre as ordens religiosas masculinas e femininas. Já a freira Nathalie Beccart teve um inédito direito a voto num sínodo.

É um avanço, mas nenhuma reviravolta estrutural, diz Tesser. "A abertura para a participação feminina em instâncias administrativas e consultivas não tem se traduzido em inclusão nos debates sobre reformas profundas, como celibato clerical ou ordenação de mulheres, temas excluídos tanto do pontificado de Francisco quanto das expectativas para o governo de Leão 14."

Francisco testou limites da escuta dentro de estruturas de poder

Análise

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Enquanto grande parte da atenção ao intenso papado de Francisco estava voltada para suas declarações sobre homossexualidade ou ateísmo, para sua condenação dos conflitos armados ou seu ativismo contra a crise climática, um tema muito mais específico, de natureza quase técnica, provocava polêmicas idênticas ou até maiores dentro da hierarquia católica.

O nome parece quase um trava-língua: o Sínodo sobre Sinodalidade, cujos processos, segundo determinação do papa, deveriam se estender até 2028.

Já em seu primeiro discurso, Leão 14 fez questão de defender uma Igreja sinodal que seguisse o programa apontado por Francisco — mais um motivo para que a vertente tradicionalista do catolicismo torcesse o nariz para ele.

A realização de sínodos, a rigor,

é quase tão antiga quanto o próprio cristianismo. O termo, com o significado de "caminho conjunto" ou "caminhar juntos" em grego, foi empregado durante muito tempo para designar reuniões locais ou regionais de bispos, com o objetivo de discutir questões doutrinais ou pastorais importantes.

Quando esse tipo de encontro abrangia, ao menos em tese, todos os bispos, o termo mais empregado era concílio. É o caso do célebre concílio Vaticano 2º (1962-1965), que abriu a Igreja a aspectos importantes do mundo moderno, como o diálogo interreligioso.

A predominância dos concílios e da própria atuação do papado fez com que a tradição sinodal ficasse relativamente submersa no catolicismo durante séculos. Foram justamente as reformas do concílio Vaticano 2º, porém, as responsáveis por recriar parcialmente essa prática ao estabelecer o chamado Sínodo dos Bispos. As



Já em seu primeiro discurso, Leão 14 fez questão de defender uma Igreja sinodal que seguisse o programa apontado por Francisco. [...] Ao se tornar papa em 2013, Jorge Bergoglio deu início a medidas que revitalizaram o aspecto parlamentar do Sínodo dos Bispos (para seus críticos, teriam tornado o órgão algo excessivamente instável)

reuniões sinodais periódicas passaram a funcionar como um órgão de debate e consultivo, com o objetivo de auxiliar o papa a enfrentar questões prementes.

Ao longo das décadas, porém, a crítica recorrente ao Sínodo dos Bispos é que ele se tornou um simples carimbador de decisões já formatadas pelo papa e seus colaboradores mais próximos na Cúria (a burocracia da Santa Sé).

Ao se tornar papa em 2013, o argentino Jorge Bergoglio deu início a medidas que revitalizaram o aspecto parlamentar do Sínodo dos Bispos (ou, para seus críticos, teriam tornado o órgão algo excessivamente instável). Nas duas sessões do Sínodo da Família, no começo de seu pontificado, por exemplo, Francisco destacou a virtude da parrhêsia (termo grego que poderia ser algo próximo de "liberdade de expressão").

O Sínodo da Família também iniciou uma prática intensifica-

da com o Sínodo sobre Sinodalidade: a consulta ampla a leigos católicos de paróquias de todo o mundo. Além disso, as questões da consulta indagavam sobre como promover a atuação de grupos como as mulheres.

A fase de discussão do Sínodo sobre Sinodalidade, que se encerrou em outubro de 2024, teve como membros votantes do documento final tanto leigos quanto mulheres (nessa última vez, pela primeira vez na história católica), além da presença de bispos e sacerdotes. E o papa adotou esse documento final como parte de seu magistério oficial, em vez de produzir seu próprio resumo e interpretação dos resultados.

Embora o documento de 2024 não traga nada de revolucionário, críticos tradicionalistas de Francisco atacaram o processo sinodal em si, em especial a abertura à participação de leigos, como elementos de confusão na Igreja.

mundo

A neve de 'O Eternauta' é a do esquecimento

Série toca em ferida aberta sobre mortos e desaparecidos da ditadura argentina

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da Folha em Londres e em Buenos Aires, onde vive

Toda distopia carrega traços do mundo real. Com "O Eternauta" não é diferente. A série da Netflix carrega os mortos das ditaduras argentinas.

A série de ficção científica estrelada por Ricardo Darín, baseada na HQ "O Eternauta", não marcou os argentinos apenas por sua qualidade técnica. Para boa parte do público local, ela toca em uma ferida aberta: a da última ditadura militar e da história pessoal de seu autor, Héctor Germán Oesterheld.

O que para muitos espectadores estrangeiros pode parecer apenas uma distopia gelada ambientada em Buenos Aires, para os argentinos é também um espelho da violência que o país viveu — e de uma família que ousou resistir com palavras e imagens.

Oesterheld não foi apenas o maior roteirista de HQs da Argentina. Foi também pai de quatro filhas, todas desaparecidas entre 1976 e 1978, junto a seus companheiros e dois netos por nascer. Ele próprio desapareceu em 1977, depois de se engajar na guerrilha Montoneros. A única sobrevivente da família foi Elsa Sánchez, sua mulher, que passou a vida buscando respostas e criando dois netos salvos do horror.

Nos anos 1960, os Oesterheld viviam num chalé em Beccar, cercados por livros, desenhos e longas conversas sobre arte, literatura e política.

As quatro filhas de Héctor cresceram num ambiente intelectualmente fértil, em que se discutia desde quadrinhos até revoluções. Essa casa viva e criativa se transformaria também num ponto de ebulição política: as meninas se engajaram na militância estudantil e social, e o próprio Héctor, encantado com a paixão e os argumentos das filhas, acabou se envolvendo com os montoneros. Sua escuta atenta e seu idealismo o levaram da ficção ao front ideológico, num movimento que selaria o destino de toda a família.

Veio, porém, a repressão. Levou primeiro uma das meninas, depois outra, até que as quatro desapareceram. Héctor foi sequestrado em 1977, após anos vivendo na clandestinidade. Um dos netos, Martín, passou por um centro de tortura, mas sobreviveu.

Na clandestinidade, Oesterheld escreveu uma segunda versão de "O Eternauta", ainda mais sombria e politizada. Na nova trama, a protagonista leva o nome de guerra de sua filha assassinada, Maria. Se antes a história falava de uma nevasca tóxica e de um herói coletivo que resiste a uma invasão invisível, agora ela passa a expor o luto. Como se, diante da impossibilidade de enterrar suas filhas, o pai as resgatasse em forma de personagem.

"O Eternauta" resgata algo essencial para os argentinos: a capacidade de imaginar o futuro. Em tempos de invernos simbólicos — como os que vivem hoje sob um governo que despreza a memória e sabota políticas de direitos humanos —, esse exercício de ficção vira também um gesto de resistência. A narrativa de um país congelado, tomado por uma força invisível, ecoa como uma metáfora cruel e como advertência: o apagamento da história começa com a censura, mas triunfa no esquecimento.

Não é à toa que as Avós da Praça de Maio retomaram essa ideia com potência: "Você está assistindo 'O Eternauta'? Então talvez seja hora de procurar sua verdadeira identidade". Pode ser que alguém que esteja assistindo à série e tem dúvidas sobre sua origem decida buscar a entidade e descubra ser mais um neto recuperado, entre os mais de 500 que foram roubados.

O que para muitos espectadores estrangeiros pode parecer apenas uma distopia gelada ambientada em Buenos Aires, para os argentinos é também um espelho da violência que o país viveu

Índia e Paquistão anunciam acordo de cessar-fogo, mas já se acusam de violações

À beira de uma guerra aberta, países tiveram diálogo mediado por EUA e outros; nível de tensão, no entanto, permanece alto na região

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Horas depois de chegarem muito perto de sua quarta guerra direta, Paquistão e Índia anunciaram um cessar-fogo neste sábado (10), após quatro dias de combates matarem 66 pessoas de ambos os lados, segundo informações dos adversários históricos.

O que poderia trazer tranquilidade à região, no entanto, durou pouco, e os dois países agora se acusam de violar o acordo que fizeram horas antes.

A repórteres, o secretário de Relações Exteriores da Índia, Vikram Misri, acusou o governo paquistanês de quebrar o acordo. "Nossas Forças Armadas estão dando uma resposta adequada e apropriada a essas violações", afirmou.

A diplomacia paquistanesa, por sua vez, disse que "permanece comprometida com a fiel implementação" do cessar-fogo acordado com a Índia e que suas forças "estão lidando com a situação com responsabilidade e moderação". Depois, devolveu a acusação ao outro lado.

A confirmação do acordo inicial ocorreu depois de o presidente americano, Donald Trump, correr para anunciar a novidade em sua plataforma, a Truth Social. Segundo ele, a trégua foi alcançada após "uma longa noite de negociações mediadas pelos EUA". "Parabéns a ambos os países por usarem o bom senso", escreveu.

À Geo News, no entanto, o chanceler do Paquistão, Muham-

mad Ishaq Dar, afirmou que dezenas de países estavam envolvidos no esforço diplomático, colocando a trégua na conta de Arábia Saudita e Turquia, por exemplo, além dos EUA. Misri, o chefe da diplomacia de Nova Déli, disse que o acordo foi negociado entre o chefe de operações militares do Paquistão e seu correspondente indiano durante uma conversa telefônica. De acordo com ele, ambos se reunirão novamente na segunda-feira (12).

Para isso, porém, a trégua precisa durar até lá. A notícia do cessar-fogo foi recebida com alívio em ambos os lados da fronteira, e o Paquistão afirmou que seu espaço aéreo havia sido totalmente reaberto. Horas depois, no entanto, moradores e testemunhas da agência de notícias Reuters relataram ter ouvido explosões e visto projéteis e clarões no céu de Srinagar e Jammu, principais cidades da Caxemira indiana.

As violações não são exatamente uma surpresa, levando em con-

ta o grau de tensão na região nas últimas semanas. Apenas horas antes do acordo, uma trégua nos piores confrontos em mais de 20 anos entre as duas potências nucleares parecia distante.

O conflito quase virou uma guerra aberta neste sábado, quando os países lançaram ataques contra as instalações militares um do outro. A tensão aumentou — e acendeu sinais amarelos em todo o mundo — quando o Exército paquistanês anunciou que o órgão responsável por supervisionar armas nucleares se reuniria. O governo de Islamabad voltou atrás, mas o lembrete do potencial atômico estava dado.

"Respondemos porque nossa paciência chegou ao limite. Se eles pararem aqui, também consideraremos parar", disse o chanceler paquistanês. Já a comandante da Força Aérea indiana, Vyomika Singh, afirmou que seu país também poderia diminuir a tensão, contanto "que o Paquistão retribuísse".

Antes do amanhecer deste sábado, as hostilidades quase chegaram à capital do Paquistão e a Rawalpindi, cidade a cerca de dez quilômetros de distância que abriga o quartel-general do Exército. Autoridades da região da Caxemira administrada pelo Paquistão relataram que pelo menos 11 civis morreram durante a noite em bombardeios indianos.

A questão mobilizou a comunidade internacional, que solicitou moderação a ambas as partes. Com Reuters e AFP



Nossas Forças Armadas estão dando uma resposta adequada e apropriada a essas violações

Vikram Misri

secretário de Relações Exteriores da Índia, ao acusar o Paquistão de ter violado acordo de cessar-fogo



Migrantes carregam pertences em estação de trem em Jammu, na Caxemira Money Sharma / AFP



O presidente Lula (PT), a primeira-dama, Rosângela da Silva, e a comitiva brasileira são recebidos em Pequim Ricardo Stuckert/Divulgação/PR

Após Moscou, Lula busca resultados mais concretos em viagem a Pequim

Presidente e comitiva numerosa fazem nova visita de Estado à China, após impacto do unilateralismo de Trump; encontro com Xi está previsto para ocorrer na terça-feira

Nelson de Sá

PEQUIM O presidente Lula (PT) pousou em Pequim por volta de 23h38 deste sábado (10), horário local, 12h38 no Brasil, vindo de visita controversa à Rússia, pelo respaldo dado a Moscou num momento crítico da Guerra da Ucrânia. Traz com ele uma delegação numerosa, em busca de resultados mais palpáveis na China. Entre outros ministros, o chefe da Casa Civil, Rui Costa, que já havia passado a semana anterior no

país, viajou ao Brasil e volta agora. Porém, segundo o Ministério das Relações Exteriores, de 48 acordos em discussão, apenas 16 teriam sido fechados até agora por Costa. O Itamaraty, que não faz parte da força-tarefa da Casa Civil sobre a questão, avisou que parte dos acordos deve ficar para a cúpula do grupo Brics em julho, no Brasil, quando Lula e o líder chinês, Xi Jinping, devem se reencontrar. Enquanto ministros, autoridades e empresários buscam ações econômicas, a visita de Estado se

volta paralelamente para a articulação estratégica entre os países. "A visita de Lula oferece espaço para a imaginação, porque há desafios e incertezas globais, especialmente o unilateralismo do governo Donald Trump, que teve um enorme impacto na ordem global", diz Zhou Zhiwei, do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, em Pequim. Ele sublinha a interação ativa dos dois países nos últimos dois anos, desde a visita anterior de



A visita de Lula oferece espaço para a imaginação. O unilateralismo de Trump teve enorme impacto na ordem global

Zhou Zhiwei
doutor em política internacional

Lula, logo após tomar posse. Entre os resultados que espera, no âmbito estratégico, está um novo consenso para "salvaguardar a paz mundial", o ambiente comercial e o multilateralismo.

O assessor especial da Presidência, Celso Amorim, que acompanha Lula na viagem, também critica a adoção pelos EUA de um "sistema ruim, em que não há negociação multilateral, mas uma série de negociações bilaterais".

Amorim afirma que o grupo Amigos da Paz, criado por China e Brasil para reunir países em defesa de alternativas para a Guerra da Ucrânia e outros conflitos, terá que voltar a buscar saídas.

Tanto Lula quanto Xi, na visita de ambos a Moscou, citaram o grupo como plataforma para, no dizer do líder chinês, "trabalhar na direção de uma solução política para a crise" na Ucrânia. O próprio Trump disse na última quarta-feira (7) que pediria ajuda à China para mediar o conflito.

A visita de Estado de Lula, inclusive encontros com Xi e o premiê Li Qiang, está marcada para terça-feira (13), mesmo dia em que acontece o Fórum China-Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe).

Além de Lula, estarão no evento os presidentes sul-americanos Gustavo Petro (Colômbia) e Gabriel Boric (Chile). O presidente argentino, Javier Milei, chegou a anunciar no ano passado que viajaria à China para a Celac, mas não voltou ao assunto, e a expectativa é que o país não participe nem sequer com seu embaixador.

Nesta segunda (12), Lula participa de novo seminário empresarial China-Brasil. Também participam os ministros Simone Tebet (Planejamento), Carlos Fávaro (Agricultura), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos).

Presidente defende ida à festa de Putin e vê críticas como pequenez

José Henrique Mariante

MOSCOU O presidente Lula (PT) defendeu na manhã deste sábado (10), em Moscou, sua presença na festa montada por Vladimir Putin para celebrar os 80 anos do fim da Segunda Guerra. O líder russo transformou o evento em uma demonstração de força, com inegável formato de propaganda, para justificar a invasão da Ucrânia.

Segundo Lula, as críticas da comunidade internacional, sobretudo na Europa, são uma demonstração de pequenez. "A Europa deveria estar festejando no dia de ontem. Porque quem estava em guerra era a Europa. A França deveria estar festejando. A Alemanha deveria estar festejando no dia de ontem porque, graças ao que aconteceu em 1945, o nazismo que tomava conta da Alemanha foi derrotado."

Para um país que perdeu 26 milhões de jovens na guerra, disse o petista, não cabia crítica à Rússia por fazer a comemoração que foi feita. "Eu não vejo por quê."

Lula completou o comentário dizendo que a exploração política do evento era importante e que, independentemente disso,



Os líderes Friedrich Merz (Alemanha), Emmanuel Macron (França), Volodymyr Zelenski (Ucrânia), Keir Starmer (Reino Unido) e Donald Tusk (Polônia) durante visita a Kiev Gleb Garanich/Reuters

"a posição do Brasil é muito sólida", em referência à proposta de paz para a Guerra da Ucrânia elaborada com a China. O presidente contornou com a observação o fato de que Putin manipulou a lembrança da vitória soviética em 1945 para justificar sua operação militar especial, o eufemismo que usa para a guerra que trava no país vizinho desde 2022.

Dos cerca de 30 chefes de Estado e governantes convidados para a festa, Lula era um dos poucos

eleito democraticamente. Questionado sobre o fato, o presidente preferiu sublinhar que o discurso do Brasil sobre o conflito na Ucrânia continua o mesmo. "Nós trabalhamos, queremos e torcemos para que essa guerra acabe. E essa guerra só pode acabar se os dois quiserem. Se um só quiser, não vai acabar."

Voltou também a pedir o fim da guerra em Gaza, "um genocídio de um Exército muito bem preparado contra mulheres e crianças



Nós torcemos para que essa guerra acabe. Só pode acabar se os dois quiserem. Se um só quiser, não vai acabar

Lula (PT)
presidente da República

a pretexto de matar terroristas".

Na quinta (8), o pleito de Lula pelo fim do conflito na Europa ganhou projeção internacional com a publicação de uma entrevista na revista New Yorker. "Liguei para Putin e disse: 'Putin, acho que está na hora de você voltar à política. Ponha um fim a isso. O mundo precisa de política, não de guerra. Você faz falta.'"

No dia seguinte, o presidente assistia ao tradicional desfile militar na Praça Vermelha que trazia, entre veículos da Segunda Guerra, drones que são despejados sobre a capital ucraniana.

No momento em que Lula falava com a imprensa, os principais líderes europeus faziam visita surpresa a Kiev. O francês Emmanuel Macron, o alemão Friedrich Merz, em seu quinto dia como premiê, o polonês Donald Tusk e o britânico Keir Starmer apresentaram um plano de cessar-fogo incondicional de 30 dias com início imediato, na segunda (12).

O ato foi acompanhado da ameaça de sanções econômicas maciças, o que o Kremlin classificou de confrontação.

Leia mais sobre a viagem de Lula a Moscou na pág. A20

mundo



Detentas na penitenciária feminina El Buen Pastor, em Bogotá, na Colômbia. Andres Bo/Harm Reduction International

Lei colombiana permite que mães presas por tráfico troquem cadeia por serviço comunitário

Criada em março de 2023, medida é considerada a primeira política criminal com foco em gênero na Colômbia

DIAS MELHORES

Cláudia Collucci

BOGOTÁ (COLÔMBIA) Neste domingo (11), a colombiana Patrícia Cortez, 22, e a filha, de um ano e sete meses, vão passar o primeiro Dia das Mães em liberdade. A criança nasceu na cadeia feminina El Buen Pastor, em Bogotá, quatro dias após Patrícia ter sido presa, junto com a mãe, por tráfico de drogas. Em setembro do ano passado, as três deixaram a prisão.

"Meu pai é morador de rua, e minha mãe vendia milho na feira, mas não era o suficiente para alimentar oito filhos. Ela começou a vender drogas e eu, tolamente, a acompanhava", contou à *Folha*.

Até o fim de abril, Patrícia, a mãe dela e outras 141 mulheres tinham sido beneficiadas por uma lei do presidente Gustavo Petro que permite que mulheres chefes de família presas por crimes relacionados a drogas e a pequenos furtos cumpram suas penas fora da prisão em troca de serviço comunitário não remunerado.

No poder desde 2022, o esquerdista Petro considera um fracasso a chamada guerra às drogas, liderada pelos EUA há décadas, e aposta em uma abordagem mais centrada na prevenção ao consumo. Em paralelo, ele é alvo de acusações graves sobre sua vida pessoal, por parte do ex-chanceler Álvaro Leyva, que afirma que o presidente sofre de dependência química, o que comprometeria sua capacidade de governar.

Criada em março de 2023, a chamada Lei de Utilidade Pública é considerada a primeira política criminal com foco em gênero na Colômbia, país que mais produz cocaína no mundo, e tem sido apontada como modelo para a América Latina. A medida busca reconhecer as condições de desigualdades que levam muitas mulheres a cometer delitos.

Para obter o benefício, elas pre-

cisam provar que foram condenadas por crimes relacionados à sua situação de marginalidade e vulnerabilidade socioeconômica. As penas não podem superar oito anos. Também é preciso que haja vagas disponíveis para a prestação de serviços comunitários.

"Pensamos nesse enfoque restaurativo, com a perspectiva de gênero, para reparar mulheres que delinquiram em contextos de pobreza, abuso ou violência machista", afirmou à *Folha* a ministra da Justiça e do Direito da Colômbia, Ángela María Buitrago.

Segundo relatório da ONU, com dados de 2019, cerca de 80% das mulheres presas na Colômbia por narcotráfico ou crimes similares tinham entre um e cinco filhos. Desse total, 60% foram mães antes de chegar à maioridade e apenas 19% concluíram os estudos.

Para Isabel Pereira, cientista política da organização sem fins lucrativos DeJusticia, de Bogotá, há uma tendência latino-americana de criminalizar por tráfico de drogas mulheres mais vulneráveis. "A legislação não distingue os níveis de participação no tráfico de drogas. O chefe da rede criminosa é tratado da mesma forma que a mulher que entrega cigarros de maconha em uma loja."

80%

das mulheres presas na Colômbia por narcotráfico ou crimes similares tinham entre um e cinco filhos

60%

delas foram mães antes de chegar à maioridade, segundo dados de 2019 divulgados pela ONU em relatório

1.250

colombianas presas até o fim de abril preenchiam os requisitos para serem beneficiadas pela nova lei, de um total de 15.681 detentas

A ONG americana Wola aponta que mais de 40% das detentas das Américas foram presas por crimes relacionados às drogas.

Ana Carolina Plata Nieto, 44, condenada a sete anos e quatro meses por tráfico, foi beneficiada pela nova lei há dois meses. Ficou detida por quatro anos e oito meses em uma prisão em Medellín, a 420 km de Bogotá, e, nesse período, não viu os cinco filhos, dois deles menores de idade.

"Somos muito pobres, eles não tinham recursos para ir me visitar, falávamos por telefone. Nesse período, minha família se desintegrou. Meu filho mais velho foi preso [também por tráfico], o outro saiu de casa e uma amiga passou a cuidar dos menores."

Foram 15 meses de espera até conseguir o benefício.

Tanto Ana quanto Patrícia, que falaram com a reportagem na sede da organização DeJusticia, queixam-se da falta de oportunidades de trabalho, agravada pelo estigma de terem sido presas. "É muito difícil conseguir um emprego permanente porque também temos que cumprir 20 horas de serviço comunitário por semana", diz Patrícia, que trabalha como vigia em um estacionamento e presta serviço comunitário no Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar.

A ministra Ángela Buitrago afirma que esse é um gargalo importante na nova lei e que o governo busca novos convênios com empresas para ampliar vagas de emprego. Também disse que estão sendo criados programas educativos e de capacitação profissional nas cadeias com objetivo de preparar as detentas para a reintegração à sociedade.

Das 15.681 mulheres presas até o fim de abril, cerca de 1.250 preenchiam os requisitos para serem beneficiadas pela nova lei, segundo a ministra. Mas, para organizações da sociedade civil que monitoram a aplicação da



Tatuagem, desenho na camiseta e unhas pintadas de presa na cadeia El Buen Pastor, em Bogotá; nova lei permite que mãe detenta faça serviço comunitário. Andres Bo/Harm Reduction International

nova política, há ao menos o dobro de mulheres aptas ao benefício e que não o conseguem por uma série de entraves.

Entre eles, estão a falta de conhecimento da lei, a dificuldade em documentar os casos e as interpretações feitas pelos juízes em relação ao conceito de marginalidade, segundo a DeJusticia.

Para Buitrago, embora nem sempre seja fácil definir a marginalidade para fins de aplicação da lei, há uma compreensão dos juízes sobre o conceito. "Os 143 benefícios concedidos são a prova disso."

Ela explica que a marginalidade tem que estar presente no momento em que o delito foi cometido. "A casualidade é fundamental para justificar a concessão do benefício." Isso significa que a pessoa precisa provar, por exemplo, que não tinha recursos e que a vulnerabilidade extrema a levou a cometer o delito. "Não me parece difícil provar isso", diz a ministra.

Muitas presas reclamaram da demora em conseguir o benefício. A detenta Claudia Avian, 51, condenada a quatro anos e seis meses de detenção por tráfico de maconha, diz que preenche os requisitos da lei, fez a solicitação há um ano, mas ainda não foi atendida.

Ela conta que cuidava sozinha da mãe, uma idosa de 86 anos acamada, da filha, 33, que trata um câncer de colo de útero, e de dois netos, de 13 e 15 anos. A filha também já esteve presa por tráfico e foi libertada devido à doença. "Uma vizinha está olhando a minha mãe e meus netos. Minha filha precisou se internar porque está muito mal. Estou muito apreensiva", relatou, com a voz embargada.

Segundo a ministra, foi feita uma aliança com a Defensoria Pública por meio da qual estão ocorrendo oficinas para a revisão dos pedidos e dos requisitos com a meta de acelerar os processos das presas aptas ao benefício.

A repórter viajou a Bogotá a convite da Harm Reduction International

Criminosos oferecem até R\$ 200 por automutilação em grupos online

Polícia Federal intensifica investigação de comunidades de ódio na internet após indícios de pagamento a jovens; plataforma Discord diz colaborar com as autoridades

Isabella Menon

SÃO PAULO “50tinha por uns corte nos pulsos?”, questiona um usuário em uma comunidade de ódio online. Crianças e adolescentes estão sendo atraídos para práticas de automutilação com a promessa de pagamento.

É o que mostra um relatório elaborado pelas pesquisadoras Letícia Oliveira e Tatiana Azevedo sobre a plataforma de conversas Discord e uma investigação da Polícia Federal. A empresa afirma lamentar o uso criminoso de servidores e que trabalha para coibir esse tipo de ação.

Desde 2023, casos de comunidades de ódio, que incentivam a prática de crimes e de violência, vêm sendo descobertos na plataforma. Nos três primeiros meses de 2025, denúncias sobre o Discord continuaram em alta. De acordo com a ONG Safernet, houve um aumento de 172,5% nas denúncias de janeiro a março se comparadas com o mesmo período do ano passado.

Em uma troca de mensagens em um dos grupos estudados pelas pesquisadoras, os usuários afirmam que um dos líderes está oferecendo dinheiro por “lulz”, termo derivado do “lol”, que em inglês significa “rindo alto”.

A palavra lulz é usada por integrantes desses grupos, chamados painéis, e se refere a uma série de ações danosas que ocorrem nesses servidores por meio de ligações de vídeo com horário marcado e anúncio em outros servidores para garantir mais visualizações.

Lá, jovens são induzidos a diversas violências, como automutilação. Muitas vezes, o usuário é obrigado a escrever o nome dos servidores em partes do



Agentes da Polícia Civil do Rio de Janeiro durante a operação Adolescência Segura, que em 15 de abril desarticulou uma organização que praticava crimes cibernéticos. Fotos Polícia Civil do RJ



Luvas, máscaras e outros materiais foram apreendidos pelos policiais civis durante a operação contra a organização

corpo com objetos pontiagudos, como forma de reconhecimento.

Segundo a PE, a remuneração oferecida a quem participa dos desafios varia de R\$ 30 a R\$ 200.

“Eles escrevem o nome dos servidores ou dos membros do grupo, ou uma letra do nome do grupo. E aí, eles pagam. No rosto, é mais caro, assim como no pescoço. Na perna ou na coxa é o mais barato”, explica o delegado federal Flávio Rolim, chefe da Urcood (Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos de Ódio).

“Quando começar um fluxo financeiro com isso, nós teremos pessoas produzindo e vendendo esses conteúdos”, alerta Rolim.

Segundo o delegado, já foram identificadas transações via Pix e até por meio de criptomoedas.

Casos como esses têm sido alvo de outras investigações. Em

São Paulo, foi criado o Noad (Núcleo de Observação e Análise Digital) pela SSP (Secretaria de Segurança Pública) do estado para investigar mais de perto grupos online que incentivam e propagam crimes. No fim do ano passado, foi deflagrada uma operação para prender e realizar busca e apreensão em investigados.

Em abril, a polícia do Rio de Janeiro deflagrou uma operação contra uma organização criminosa que usava a internet para induzir crianças e adolescentes a propagar crimes de ódio, fazer apologia do nazismo, divulgar fotos de exploração sexual infantil e maus-tratos de animais.

O relatório das pesquisadoras mostra que comunidades têm uma hierarquia definida, sendo o criador daquela panela uma espécie de líder. O acesso é concedido, geralmente, por meio de links que não costumam ser divulgados publicamente a fim de manter apenas integrantes dentro do círculo de confiança.

Porém, pode acontecer de esses links ganharem fama e serem divulgados em outras redes.

É comum que, além de mutilações, meninas sejam vítimas de estupro virtual — sendo submetidas a sessões ao vivo em que são expostas para outras pessoas e obrigadas a mostrar partes do corpo ou introduzir objetos pontiagudos na genitália. Entre outras torturas já observadas estão o consumo de substâncias nocivas, queimaduras, arranhões, espancamento e arrancamento de cabelos.

Procurado, o Discord volta a afirmar que tem política de “tolerância zero” para atividades ilegais e que, assim que toma conhecimento desse tipo de conteúdo, age imediatamente e aplica medidas cabíveis, como o banimento e a derrubada de servidores.

“Reiteramos de forma veemente que esse tipo de conteúdo não tem lugar na nossa plataforma, e seguimos totalmente comprometidos em colaborar com as autoridades locais para ajudar a garantir um ambiente seguro e positivo para todos os nossos usuários no Brasil”, diz a empresa, em nota.

CACs não fazem cadastro obrigatório de 7.584 armas de uso restrito

Raquel Lopes

BRASÍLIA Quase 7.600 armas de uso restrito adquiridas por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) durante o governo Jair Bolsonaro (PL) —e equivalente a 15% do total— não foram cadastradas ou tiveram concluídos os processos obrigatórios de cadastramento na Polícia Federal.

São fuzis, carabinas e pistolas cujo paradeiro não foi comprovado pelos proprietários à PF. Esse arsenal pode, inclusive, estar em circulação nas mãos do crime organizado, segundo alerta de especialistas —eles dizem ver morosidade do governo Lula (PT) para uma ação efetiva de localização das armas.

A arma de uso restrito é autorizada para as Forças Armadas, instituições de segurança pública e pessoas físicas e jurídicas

autorizadas pelo Exército, como os CACs.

Portaria publicada pelo governo Lula, à época em que o Ministério da Justiça e Segurança Pública era comandado por Flávio Dino, determinou que todas as armas devem ser cadastradas no sistema da PE. As de uso restrito precisam passar por uma segunda etapa, devendo ser apresentadas pelo proprietário à polícia.

A medida buscou retomar o controle sobre as armas adquiridas durante o governo Bolsonaro, que incentivou o armamento da população, ampliou o acesso a calibres mais potentes e enfraqueceu os mecanismos de fiscalização.

Segundo dados da Polícia Federal, obtidos via LAI (Lei de Acesso à Informação), foram recadastradas 939.559 armas de CACs —sendo 44.276 de uso restrito. Desse último grupo, 42.848 fo-



Falta de verba atrasa a PF, diz Lewandowski

A Polícia Federal já deveria ter assumido a responsabilidade pela fiscalização dos CAC desde janeiro. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, já disse que não foi possível cumprir o prazo por causa de cortes orçamentários, que impediram a estruturação da PF. Um dos principais entraves é a falta de pessoal, demanda para a qual há dependência da liberação de cargos pelo Ministério da Gestão.

ram apresentadas pessoalmente pelos proprietários, como exigido na segunda etapa do processo.

Mas, até 2022, foram adquiridas 50.432 armas de uso restrito por parte dos CACs, segundo o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, do Exército. Dessa forma, 7.584 seguem sem comprovação de paradeiro, ou 15%.

Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública prevê apreensão da arma e infrações administrativas e penais em casos de ausência de cadastramento. Mas a pasta ainda trabalha em uma norma para dar efetividade à previsão.

Não há definição das medidas que poderão ser tomadas. Uma das propostas em estudo é que o responsável seja alvo de busca e apreensão, e haja abertura de inquérito. Isso ocorreria somente após notificação e prazo de 60

dias para a entrega voluntária à campanha do desarmamento ou a transferência para alguém que atenda aos critérios legais.

A previsão do Ministério da Justiça é que, a partir de julho, a fiscalização dos CACs passe a ser responsabilidade da Polícia Federal —hoje, a atribuição é do Exército. Os dois órgãos trabalham na nova norma para dar efetividade à punição prevista na portaria.

Para Bruno Langeani, consultor sênior do Instituto Sou da Paz, embora o governo Lula tenha restabelecido critérios mais rigorosos para aquisição das armas, o principal desafio ainda está no grande estoque de armamentos em circulação.

O Ministério da Justiça foi procurado e indicou que a PF seria a responsável para falar do assunto. A corporação, por sua vez, não respondeu à reportagem.

MORTES

coluna.obituário@grupofolha.com.br



Arquivo pessoal

GIOVANINA DE ALMEIDA CASTRO (1933 - 2025)

Enfermeira vacinou milhares de crianças

Aposentada carregou por toda a vida um enorme orgulho da sua profissão

Isabela Palhares

SÃO PAULO Nascida em Natividade da Serra, no interior de São Paulo, de um casal que teve 13 filhos, Giovanina de Almeida Castro saiu de casa logo cedo, ainda adolescente, para estudar e se tornar enfermeira. Uma das primeiras mulheres da família a trabalhar fora naquela época, carregou por toda a vida um enorme orgulho da profissão que exerceu.

Aos 15 anos, deixou a pequena cidade no Vale do Paraíba para estudar em um colégio interno na capital paulista. "Ela e o pai eram muito próximos, muito ligados, mas ele fez questão de mandá-la para a cidade grande para estudar e ter uma profissão. E ela foi muito grata a ele durante toda a vida", conta Branca França, filha mais velha de Giovanina.

No colégio, ela se formou enfermeira e se especializou como instrumentadora. Logo começou a trabalhar no Hospital Santa Catarina, na avenida Paulista.

"Ela trabalhava e morava em um alojamento do hospital, então, teve nesse período uma vida muito diferente da que estava acostumada no interior. Ela gostava muito de contar que, nas folgas, pegava um bonde para ir passear no parque Trianon com as amigas", lembra Branca.

Em uma viagem para visitar a família em Natividade, conheceu Urbano Lopes França, que vivia na cidade vizinha, São Luiz do Paraitinga. Assim que se casaram, Giovanina retornou para a cidade natal e teve os primeiros filhos — foram oito.

"Ela parou de trabalhar por alguns anos para cuidar dos filhos, mas aí construíram um posto de saúde em Natividade e fizeram um concurso público para contratar médicos e enfermeiros. Ela prestou e passou."

Apaixonada por crianças, Giovanina foi trabalhar na área de puericultura e passava os dias visitando e atendendo crianças da área rural de cidades vizinhas. "Ela sempre entendeu a importância das vacinas. Na década de 1960, ela saía cedo de casa, vestindo um avental branco, para vacinar as crianças que viviam na roça. Imagine quantas vidas ela salvou."

Giovanina se aposentou em 1977, quando ficou grávida do filho caçula, aos 43 anos. E depois se dedicou com muito carinho e amor à função de vovó Nina, como era chamada. Em 2012, Giovanina voltou a São Paulo para morar com a filha mais velha. Na pandemia, foi uma das primeiras pessoas a serem vacinadas no estádio do Pacaembu. "Ela emocionou a enfermeira ao contar dos dias que também exerceu a profissão. Ela tinha um orgulho profundo de ter trabalhado na área da saúde e um respeito muito grande por esses profissionais."

Com a saúde debilitada em razão da idade, Giovanina foi hospitalizada e morreu no dia 27 de abril, aos 92 anos. Ela deixa sete filhos, 18 netos e 16 bisnetos.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156
 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069.
 Seg. a sex.: 10h às 19h.

Kayapós cobram de governo Lula alternativas de renda após expulsão de garimpeiros

Área indígena é a com mais garimpos ilegais no país e envolve cooptação de moradores, que cobram pelo acesso do maquinário

Vinicius Sassine

BELÉM O início da operação para expulsão de garimpeiros na Terra Indígena Kayapó, no sul do Pará, levou um grupo de lideranças e representantes dos kayapós mebengôkres a cobrarem, junto ao governo Lula (PT), alternativas de fontes de renda no território.

A terra kayapó é a área indígena com mais garimpos ilegais no país. A atividade criminosa envolve cooptação de kayapós, que cobram pelo acesso do maquinário pesado — como máquinas escavadeiras — a áreas onde há exploração de ouro, num cerco a aldeias em diferentes pontos.

Existe uma divisão entre indígenas, muitas vezes numa mesma comunidade. A grande maioria das 55 aldeias da terra kayapó se opõe ao garimpo ilegal de ouro.

O governo federal deu início no último dia 2 a uma operação para desintrusão — expulsão de invasores — do território, em cumprimento a uma determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) vigente desde o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A duração prevista da operação é de 90 dias, com a participação de diferentes órgãos — como Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Exército — e coordenação da Casa Civil da Presidência.

Segundo o governo, essa é a oitava operação de desintrusão desde o início do governo Lula. A mais recente foi realizada na Terra Indígena Mundurucu, no sudoeste do Pará, onde também havia cooptação de indígenas para o garimpo. A expulsão de invasores da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, iniciada há mais de dois anos, segue em curso.

No dia 1º, dia seguinte ao anúncio da operação, uma reunião foi realizada em Tucumã (PA) com cerca de 70 lideranças e representantes dos kayapós mebengôkres que vivem na terra Kayapó.

Servidores da Funai e do MPI (Ministério dos Povos Indígenas) participaram da reunião e ouviram dos indígenas falas favoráveis ao garimpo, com cobrança sobre o que seria planejado pelo governo a partir da expulsão dos invasores.

Um plano de trabalho foi discutido na reunião e ficou acordado com o ministério que reuniões em Brasília, com a participação dos indígenas, vão detalhar projetos possíveis para a região.

Em nota, o MPI afirmou que o plano de gestão territorial da terra Kayapó, aprovado em assembleia geral em 2024, indica os caminhos para as aldeias, com fortalecimento das cadeias



Área de mineração na Terra Indígena Kayapó, no sul do Pará, cuja desintrusão começou no último dia 2

Pablo Porciuncula - 1º.mar.25/AFP

produtivas de castanha, cumaru, sementes, açaí e artesanato; etnoturismo; produção agrícola tradicional, com inclusão em programas de aquisição de alimentos; e sistemas agroflorestais.

A reunião com as lideranças, que representam cinco associações, buscou garantir "o diálogo direto com as comunidades e assegurar que a desintrusão ocorra com pleno respeito aos direitos e às decisões coletivas dos povos indígenas", disse o ministério.

O plano não inclui a atividade de garimpos, segundo Nilton Tubino, assessor da Casa Civil responsável pelas operações de desintrusão. "A ideia é criar uma comissão para ir a Brasília debater e aperfeiçoar propostas."

Segundo Tubino, não houve resistência a ações de destruição da estrutura do garimpo ilegal. Agentes estiveram em pontos de acesso de maquinários, controlados por indígenas, e já houve destruição de motores, acampamentos e balsas no rio Fresco.

Uma parte dos indígenas insiste na ideia de geração de créditos de carbono, mesmo após tentativas

frustradas de empresas com cláusulas contratuais consideradas abusivas. Esses créditos são gerados — e vendidos a empresas interessadas em compensar as próprias emissões de gases de efeito estufa — a partir de iniciativas que evitam o desmatamento da floresta amazônica. A operação faz um pente-fino do garimpo ilegal no território, o que é considerado complexo em razão da cooptação em algumas comunidades.

"Há muitos alertas de garimpos novos", diz Tubino. Segundo ele, são 18 mil hectares de áreas de garimpo, entre ativos e inativos. Na terra yanomami, um território quase três vezes maior, eram 4.000 hectares, conforme o assessor da Casa Civil.

Tubino afirma que existe uma orquestração de fake news na região, onde é forte o apoio a atividades criminosas de garimpo, no sentido de que a operação busca ampliar a área da terra indígena ou mesmo desapropriar terrenos.

A Folha esteve na Terra Indígena Kayapó em 2023, mais especificamente na aldeia-mãe, Gorotire, e na aldeia Turedjam, onde um novo cacique, João Kayapó, tomou posse com a perspectiva de distanciamento do garimpo.

A reportagem, de junho de 2023, mostrou que as duas aldeias estavam cercadas por garimpos ilegais, que chegaram muito próximos das comunidades. A entrada de escavadeiras e caminhões só ocorria mediante pagamento de taxas a grupos de indígenas.

O garimpo destruturou as comunidades e a organização política dos kayapós. Não há compartilhamento de ganhos com toda a comunidade. A água do rio Branco, o mais próximo de uma das aldeias, ficou barrenta, e ninguém pesca mais.



A reunião buscou o diálogo direto com as comunidades e assegurar que a desintrusão ocorra com pleno respeito aos direitos e às decisões coletivas dos povos indígenas

Ministério dos Povos Indígenas
 em nota

Roubos caem 3 anos após dispersão, mas PCC ainda domina cracolândia

Gestão Tarcísio diz acompanhar a movimentação de usuários no centro de SP, e prefeitura afirma ter realizado mais de 137 mil abordagens a usuários em 2024

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Três anos após a megaoperação da polícia e da Prefeitura de São Paulo que desmontou barracas de venda de drogas e dispersou usuários que se aglomeravam na antiga praça (agora parque) Princesa Isabel, no centro, o PCC (Primeiro Comando da Capital) ainda é o responsável pela venda de drogas na região.

A facção continua hegemônica no comércio de crack, cocaína e maconha no perímetro, segundo um delegado que acompanhou as investigações nos últimos anos e pediu para não ser identificado.

Desde o dia 11 de maio de 2022, houve redução da aglomeração de dependentes químicos em um único ponto, que chegou a ter mais de mil pessoas no entorno da praça Júlio Prestes. Hoje, a maior concentração está na rua dos Protestantes, na Santa Ifigênia.

De acordo com a gestão Ricardo Nunes (MDB), naquela rua estiveram, na última terça-feira (6), 107 pessoas pela manhã e 103 à tarde. Há um ano, a média era de 361 e 347 usuários respectivamente na mesma via. Em maio de 2023 a cracolândia estava na rua dos Gusmões. Ali foram registrados 262 dependentes, em média, de dia e 572 ao escurecer.

No entanto, hoje é possível ver grupos com mais de 30 dependentes usando crack na alameda Barão de Piracicaba e na praça Marechal Deodoro. Na primeira via, moradores de um prédio residencial passaram a filmar a algazarra promovida pelos usuários. Outras aglomerações menores pipocam por esquinas no centro.

No quadrilátero formado pela praça Júlio Prestes e, posteriormente, na praça Princesa Isabel, barracas montadas para a venda de entorpecentes marcaram o cenário por anos. Essa geografia, com pensões e casas abandonadas, além da ausência de comércio e de pedestres, favorecia o tráfico, que formou uma espécie de território próprio. Os imóveis serviam de esconderijo para grandes quantidades de drogas.

Para o delegado, o principal fator para a redução de dependentes é o ponto onde eles estão.

A dispersão na praça Princesa Isabel fez parte da Operação Ca-



Usuário consome crack no fluxo da cracolândia, no centro de São Paulo; três anos após dispersão, roubos caíram, mas comerciantes e moradores continuam assustados Danilo Verpa - 12.mar.25/Folhapres

107 usuários estavam no ponto da cracolândia na rua dos Protestantes na manhã de 6 de maio; há um ano, eram em média 361 nesse horário, segundo a prefeitura

23% e 24% respectivamente, foram as quedas dos registros de roubos no primeiro trimestre de 2025 no 3º DP (Campos Elíseos) e no 77º DP (Santa Cecília), ante o mesmo período do ano passado

17% e 19% respectivamente, foram as altas de furtos registradas no mesmo período no 3º e no 77º DP

ronte. A ação, iniciada em junho de 2021, foi realizada em diversas fases pela Polícia Civil. Após a dispersão, em 2022, os usuários se tornaram nômades. Estiveram na rua Helvêtia, na altura da avenida São João; na rua Doutor Frederico Steidel; na rua dos Gusmões; e na rua Vitória. Batidas policiais se tornaram frequentes.

O período pós-dispersão levou a saques, quebra-quebra, roubos e furtos, que se tornaram uma constante. No contra-ataque, lojistas e moradores realizaram diversos protestos. O resultado foi uma alta expressiva de policiais militares e guardas-civis na área. Diante do caos, o poder público tentou levar a cracolândia para o entorno da marginal Tietê, no Bom Retiro, mas sem sucesso.

Temendo o pior, moradores se juntaram. Em janeiro de 2023 surgiu a Associação Geral do Centro de São Paulo, com objetivo de cobrar melhorias na segurança e limpeza da área da cracolândia.

"Os moradores continuam assustados. Há usuários em todas as esquinas", diz o presidente da entidade, Charles Resolve.

Atualmente os atos de vandalismo minguram. Os roubos no trimestre caíram —23% no 3º DP (Campos Elíseos) e 24% no 77º (Santa Cecília) em relação a 2024.

Os furtos subiram 17% no 3º DP

e 19% no 77º DP no trimestre. O número de queixas é menor que em 2023, quando a região sofreu os efeitos da dispersão.

"A situação atual é imensamente melhor do que enfrentamos de 2020/2022, no que diz respeito a número de dependentes químicos e dos índices de furto, roubo e outros crimes. É patente que a Operação Caronte mudou a situação", diz o delegado Roberto Monteiro, idealizador da ação.

A Secretaria da Segurança Pública diz acompanhar a movimentação de usuários de drogas e atuar de forma contínua na região central. "A Polícia Civil realiza investigações que têm resultado na apreensão de entorpecentes e na identificação de integrantes de organizações criminosas", diz a pasta da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A Prefeitura de São Paulo diz ter realizado mais de 1,3 milhão de atendimentos nos Caps AD, exclusivos para o atendimento de dependentes de álcool e outras drogas em 2024. "Somente na Cena Aberta de Uso foram feitas, em 2024, 137.041 abordagens, que resultaram em 15.318 encaminhamentos para serviços de saúde e assistência social municipais e 3.774 para hospitais municipais e a rede estadual de tratamento e acolhimento."

Temporal causa estragos e deixa um morto no oeste de Santa Catarina

RIO DE JANEIRO As fortes chuvas que atingiram Santa Catarina entre a tarde de sexta-feira (9) e a madrugada deste sábado (10) provocaram estragos em diversas regiões do estado, sendo mais afetado o oeste catarinense, onde um homem de 51 anos morreu após ser atingido por uma árvore no município de Palmitos.

O caso foi atendido pelos bombeiros de São Carlos, com apoio das polícias Militar, Civil e Científica. De acordo com as equipes, a vítima foi encontrada sem vida na comunidade de Linha Barra do Palmito.

As cidades de Palmitos e Caibi foram as mais afetadas por ventos intensos e chuvas volumosas, segundo o Corpo de Bombeiros.

Em Palmitos, os bombeiros atenderam 20 ocorrências relacionadas a destelhamentos, quedas de árvores sobre casas, redes elétricas e vias públicas. Cerca de 1.800 m² de lonas foram distribuídos para 50 famílias, e 30 cortes emergenciais de árvores foram realizados.

Na região metropolitana de Florianópolis, bombeiros atenderam ao menos 12 ocorrências envolvendo quedas de árvores que obstruíam vias ou apresentavam risco à população. Segundo a corporação, equipes permanecem mobilizadas em todo o estado. Alécia Sousa

MAR DEL PLATA Engenheiro brasileiro de 32 anos é encontrado morto em praia argentina

RIBEIRÃO PRETO O engenheiro civil Rafael Barlete Rodrigues, 32, de Bebedouro (a 396 km de São Paulo), foi encontrado morto numa praia em Mar del Plata, na Argentina.

O corpo do engenheiro foi avistado em meio a rochas por moradores do bairro Los Acanitados, numa praia no sul da cidade argentina, na última quarta-feira (7). Eles acionaram o serviço de emergência, que foi ao local e constatou o óbito do brasileiro.

A principal hipótese levantada pela polícia é a de que ele tenha se afogado, já que o corpo não tinha sinais de lesões.

O brasileiro, de acordo com familiares, estava havia cinco meses na Argentina e trabalhou nos últimos três meses como voluntário num albergue da cidade. A última vez que foi visto foi na tarde de terça (6).

A família Rodrigues e amigos de Bebedouro iniciaram nas redes sociais uma campanha para arrecadar R\$ 21 mil, valor necessário para que o corpo seja transportado da Argentina para o aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos.

LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!

Inceira-Piso 74x74 Pnd 70180 Ref. Co219m2 Cm 1100 De: 33,90 Por: 26,90 -20% N 7,8	Quartzolit - Cimento-cola Pois/Cerâmicas Interio Cm 20kg - 1000g De: 35,90 Por: 27,90 -22% N 8,8	Quorlux Superled Quor-9w Bivolt 6300k 20031 Cm 100W De: 4,90 Por: 3,90 -20% N 1,7	Survini Survini - Esmalte Base D'água Brilhante 3,0L Branco com corante De: 212,90 Por: 169,90 -20% N 43,8
Cenxi - Engate Flexível Aço Inox Med 1/2 40cm 7545 Cm 1000g De: 37,90 Por: 21,90 -21% N 4,8	Deca - Torneira Lavatório Mesa Matic Smart 1173 CR com inox De: 239,90 Por: 189,90 -20% N 88,8	Blukit-Duchão Maior Pressão P/CS D'água 330001-31 Cm 1000g De: 199,90 Por: 159,90 -20% N 42,8	AMPLD ESTACIONAMENTO: 200 VAGAS / R. ÁTICA, 47 - BROOKLIN SÃO PAULO/SP DIÁRIAS VÁLIDAS DE 11/05/2025 A 17/05/2025 ou enquanto durarem as atividades. Preço 130,00 (incluindo estacionamento). Não acumulam com outras promoções, de temporada e de período. A taxa reserva por período de 30 dias antes da chegada. Cancele até 15 dias antes da chegada. A taxa cancelamento é de 50% do valor da diária. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: De Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 21:00; Sábado, das 08:00 às 21:00; Domingo e Feriados, das 08:00 às 21:00. ACEPTE ***** SAC ***** (11) 5033-2020 VISITE NOSSO SITE: www.NICOM.com.br

Parabéns a todas as mães
roqueiras do Brasil.



cotidiano

Grupo Legendários invade área protegida em MG

Órgão de gestão do parque da Serra do Ouro Branco diz que alertou organizadores sobre irregularidades

Artur Búrgio

BELO HORIZONTE Uma travessia promovida pelo movimento Legendários entre os dias 10 e 13 de abril acessou sem autorização o parque estadual da Serra do Ouro Branco, na região central de Minas Gerais, a cerca de 110 km de Belo Horizonte.

De acordo com o IEF (Instituto Estadual de Florestas), órgão que faz a gestão dessa unidade de conservação, integrantes do movimento também acamparam no local de forma ilegal, já que a atividade é proibida pelo plano de manejo do parque.

Em nota, o IEF também afirmou que o grupo comunicou a intenção de realizar atividades na área protegida com apenas dois dias de antecedência, sem atender ao prazo exigido pelo órgão, e encaminhou documentação incompleta.

Para fazer parte da edição, cada membro teve de pagar R\$ 1.400.

Também em nota por meio de sua assessoria de imprensa, o Legendários La Conquista, responsável pela organização da travessia, disse que o movimento se compromete com responsabilidade social em todas as suas atividades.

Também afirmou ter protocolado ofício no Instituto Estadual de Florestas em 9 de abril.

"O documento comprova que o movimento informou antecipadamente a passagem pelas áreas do Parque Estadual de Ouro Branco e da região de Itatiaia, localizados em Minas Gerais, refor-

çando que se trata de áreas não restritas e fora de zonas de preservação integral", disse a nota.

Moradores e profissionais que atuam na região também questionam métodos de integrantes do grupo. Ian Belo, que trabalha com turismo de aventura na região de Ouro Branco, afirmou que o grupo chegou de madrugada com veículos que fizeram barulho e afetaram uma comunidade de cerca de 150 pessoas. Ele também questionou o impacto da presença de centenas de participantes no parque.

"Quando você coloca, por dinheiro ou não, 400, 300 pessoas em uma montanha, você deve ser questionado. Não importa se é um evento de corrida de montanha, ou de escalada. O reflexo disso é você ter uma dificuldade na gestão do impacto dessas pessoas", afirmou Belo.

Na nota, o Legendários disse que os resíduos encontrados ao longo do trajeto foram reunidos em pontos estratégicos por um grupo e, em seguida, recolhidos pela equipe de logística, "que garante a destinação correta no ponto de descarte da região".

Voltado exclusivamente para homens, o Legendários promove imersões intensas na natureza, com a proposta de oferecer uma transformação profunda.

Cada um que passa pelo programa ganha um número. O legendário número um, dizem os organizadores, foi Jesus Cristo.

O grupo, presente em 18 países, foi criado na Guatemala em 2015 e



Acampamento irregular do grupo Legendários no parque estadual da Serra do Ouro Branco, em MG. Acervo pessoal

chegou ao Brasil dois anos depois. Ao longo de 2025, estão previstos pelo menos 325 eventos, mais da metade em território brasileiro.

O professor Bernardo Machado Gontijo, do Departamento de Geografia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), afirmou que o uso público em unidade de conservação de proteção integral é restrito a algumas atividades.

"[É permitido apenas] pesquisa, ecoturismo e educação ambiental. Nenhum deles se encaixa na atividade dos Legendários, que podem ser considerados terroristas ambientais", disse o professor.

Um frequentador do local chamado Fernando, praticante de corrida de montanha, registrou em fotos montes de lixo deixados da última expedição e que só foram recolhidos pelos participantes no dia seguinte. Ele afirmou que os detritos foram tapados com cal.

"Existem estudos com uma prospecção de quantas pessoas poderiam passar em cada trilha, de acordo com a relevância dela, com as características e preservação. Tem trilhas nas quais podem passar 60 pessoas por dia", disse.

No dia 11, o IEF alertou os organizadores do Legendários sobre a irregularidade da ação e de que ela deveria ser interrompida. Como isso não aconteceu, uma visita foi realizada. "O relatório está em fase de finalização e será encaminhado à administração para a adoção das medidas cabíveis, que podem incluir advertências e autuações", disse o órgão.

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

Formas de pagamento

cartão de crédito, boleto bancário ou pagamento à vista

NEGÓCIOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

PROFISSIONAIS LIBERAIS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

LEILÕES

1º LEILÃO DE CARROS CLASSICOS O ACERVO Rua Dr. Samirio Ferraz 57, Bloco 20 de Maravilhas 2700, Eduardo Celso - Jucesp - 553 - www.lemoimob.com

ACOMPANHANTES

AMANDA Equipe com 40 Anos de Experiência 2654-MT, 5 Jovens e Caríssimos, 553 - FOL 11/3224-4000

EMPRESAS COMPRA/VENDE

LOTÉRICAS Investimento Seguro Rentabilidade: 2% a 2,5% Atibaia, Top, Lucro \$ 27 mil Biquia, Top, Lucro \$ 25 mil Campinas, Super, L\$ 18 mil Campinas, Super, L\$ 36 mil Jundiaí, Top, Lucro \$ 24 mil Jundiaí, Nobre, 23mil, 700mil Jundiaí, Top, Lucro \$ 63 mil Jundiaí, Pqos 800 mil Louveira, Top, Lucro \$ 24mil Macatuba, Preço R\$ 450 mil Paulínia, Lic., Lucro \$ 18 mil P. Venceslau, Pqo., \$ 680 mil S.J. Cpos, Nobre, Pqo., 250mil Sorocaba, Nobre, R\$ 150mil Taubaté, Top, Lucro, \$ 13 mil Votorantim, L\$, 5mil 220mil ZN-SP, Lucro 14mil, \$ 550mil ZN-SP, Shop, L\$ 111mil 420mil ZS-SP, Código Pqo., \$ 250 mil Joinville-SC, Lucro, R\$ 17mil Maracaju-MS, Pqo, \$ 640 mil Pouso Alegre MG, R\$ 980 mil MPUGA (19) 9 9653-2020

IMÓVEIS

INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS

VENDO LOTE EM PRADO/BAHIA Com 1.344 m², à Berra Mar, excelente localização, totalmente plano. Ideal para: Hotel, Pousada ou Casa alto padrão. Preço de oportunidade: R\$ 800.000,00. Parcelamos parte do Valor. Zap com vídeos do local: 31-89517-8212 - Fátima

VENDO APARTAMENTO LITORAL - SANTOS/SP Bairro Marapé Três QUARTOS 87,80m2 FINANCIAMOS - \$ 430.000,00 C/ PROPRIETÁRIO 13 99706-8572

EMPREGOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

EMPREGADOS PROCURADOS

PCD - ÁREAS DIVERSAS RA/ FENOPARTICIPAÇÕES Contrate pessoas com deficiências para diversas áreas. Enviar currículo para: recrutamento@estafilaovestibulopara.org.com.br

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

Mitre Vendas contrata Corretores de Imóveis

Estamos contratando corretores autônomos com ou sem experiência com vontade de crescer e se destacar no setor.

Requisitos:

- Ensino Médio completo
- CRECI ativo (ou interesse em se credenciar)
- Boa comunicação e pro atividade
- Disponibilidade para trabalho externo

Oferecemos:

- Treinamentos constantes
- Estrutura de Apoio (CRM, leads, espaço físico, marketing)
- Altas comissões e possibilidades de ganhos acima da média
- Excelente ambiente de trabalho

Entre em contato pelo WhatsApp (11) 96326-2208

Junte-se a uma equipe de sucesso!

Empresa de ônibus, localizada na Zona Sul de SP, contrata:

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Vagas Para: Motorista Manobrista Fiscal Ajudante Geral

Desejável experiência e disponibilidade de horário. Enviar currículo para o e-mail: treinamento2@wolffsp.com

O Hospital Municipal de Barueri - SPDM, Informa:

Abertura de Vagas para Diversas Áreas Médicas, sendo estas:

Cardiologista • Cirurgião Cabeça e Pescoço • Cirurgião Plástico • Cirurgião Torácico • Cirurgião Pediatra • Cirurgião Vascular • Cirurgião Urológico • Endocrinologista • Cirurgião Oftalmológico • Fisiatra • Pneumologista • Hematologista adulto e pediátrico • Dermatologista • Mastologista • Fonoaudióloga • Psicologia e psiquiatria • Nutrologia • Gestão de Leitos e Gestão da Qualidade e Risco • Anestesiologia • Burocracia • Cirurgião Geral • Oftalmologista • Ginecologista • Obstetra • Urologista • Otorrinolaringologista • Pediatra • Oncologista • Vascular • Psiquiatria • Otorrinolaringologista • Neurologista • Neurocirurgião Nefrologista adulto e pediátrico • Clínico Geral • Proctologista • UTI Pediátrica • Neonatologia • Medicina Fetal • Infectologia • Ecocardiografista. Vaga para Reabilitação, sendo esta: Fisioterapeuta.

VAGAS CLT, SALÁRIO A COMBINAR DE ACORDO COM A CARGA HORÁRIA + BENEFÍCIOS

Interessados encaminhar currículo para o e-mail: recrutamento@hmb.spdm.org.br ou R. Ângela Mirela, nº 354 Barueri SP.

PRÓ SANGUE

HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

DOE SANGUE (11) 4573-7800

Formas de pagamento **cartão de crédito, boleto bancário ou pagamento à vista**

Os anúncios com este símbolo têm fotos, para vê-las digite o código que acompanha o sinal no site folha.com/classificados

classifiedados@grupofolha.com.br

saúde

Pré-natal unificado é proposta contra desigualdade racial na saúde pública

Projeto de lei, que ainda precisa passar por outras comissões antes de ir a votação, quer agrupar nacionalmente protocolos de atendimento e tem apoio de especialistas

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Neste Dia das Mães, uma novidade em discussão no SUS (Sistema Único de Saúde) pode melhorar a vida de gestantes em todo país. Aprovado na Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados, um projeto de lei ainda em tramitação abre a discussão sobre as disparidades no acesso ao pré-natal pela rede pública.

O PL, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), ainda precisa passar por duas comissões da Câmara antes de ser submetido a votação. O texto propõe a unificação nacional dos protocolos de atendimento pré-natal, mantendo a flexibilidade para adaptações regionais.

Para a Febrasgo (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia), se virar, a proposta virá em boa hora.

“Essa padronização busca garantir que todas as gestantes tenham acesso a cuidados de qualidade, baseados em evidências científicas, independentemente de sua localização geográfica”, destaca a médica Lilian de Paiva Rodrigues Hsu, presidente da Comissão Nacional Especializada em Assistência Pré-Natal, vinculada à Febrasgo.

De acordo com Hsu, a entidade apoia o PL 3981/23, que, a seu ver, vem estabelecer diretrizes claras para todos os profissionais de saúde, fortalecendo a atenção primária e permitindo complementações estaduais e municipais. “A adoção de protocolos unificados pode contribuir para a redução da morbimortalidade materna e neonatal”, afirmou a médica.

Os estudos mais recentes mostram que ter baixa renda ou escolaridade e até mesmo a cor de pele da mãe podem ser agravantes de

risco de negligência com gestante e bebê durante o pré-natal.

Segundo levantamento da UFBA (Universidade Federal da Bahia) de 2022, mulheres negras são maioria nos atendimentos no setor público (79,9%) e somente 15,9% dos pré-natais realizados no setor privado. Entre as brancas, 41,1% usaram a rede particular.

O estudo “Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado” foi publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*.

O trabalho revelou, com base em dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2013), que mulheres negras têm 35% menos chance de iniciar o pré-natal até a 12ª semana de gestação.

Foram usados indicadores de

uma assistência considerada adequada pelo Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) e Manual Técnico de Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco.

A pesquisa aponta ainda que as gestantes desse segmento da população têm 49% menos probabilidade de realizar teste de HIV e 28% menos acesso a exames das mamas, se comparadas às de pele branca. Pessoas negras gestantes recebem também menos orientações sobre trabalho de parto, sinais de risco e amamentação.

A servidora pública Mychelle Roberto Veloso, 23, foi mãe aos 18 anos e fez todo o pré-natal pelo SUS. Ela relata ter recebido um bom amparo na UBS.

“Os profissionais sempre foram



Essa padronização busca garantir que todas as gestantes tenham acesso a cuidados de qualidade, baseados em evidências científicas, independentemente de sua localização

Lilian de Paiva Rodrigues Hsu
presidente da Comissão Nacional Especializada em Assistência Pré-Natal



A servidora Mychelle Roberto Veloso, 23, em sua casa, na zona leste paulistana *Natalia Hare/Folhapress*

atenciosos e me ajudaram com dúvidas, [mas] seria interessante mais ultrassons e testes específicos para detecção precoce de doenças”, afirmou Veloso.

Ao ser perguntada sobre relatos de negligência com mulheres negras, a servidora disse acreditar que pode, sim, ter sofrido alguma desconsideração em suas queixas devido à cor da pele: “Não senti tanto acolhimento quando relatava dores nas costas e cabeça”.

O trauma, porém, vem da lembrança do parto, feito na rede pública: “Induziram sem justificativas claras. Não pude expressar minha dor, disseram que eu sustaria outras gestantes”.

O artigo “Desigualdades na cobertura da assistência pré-natal no Brasil”, publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, em 2021, analisou dados de 1.851 gestantes. O estudo da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) identificou que pouco mais de 30% das mulheres relataram ter passado ao menos por seis consultas pré-natais e só 21,7% passaram por todos os indicadores.

Embora não tenha encontrado desigualdades socioeconômicas acentuadas, o levantamento destacou lacunas como a baixa cobertura de exames de mama (36,7%) e que, apesar de 81,4% das mulheres realizarem todos os exames, apenas 36,7% tiveram os seios examinados e 33,4%, todos os procedimentos realizados.

Quanto às características da amostra, 50,8% declararam cor da pele negra/parda e 58,2%, ser solteiras. A maioria possuía ensino médio (54,6%).

Marcelo Vallo, especialista em direito constitucional e público e com atuação na área do direito dos vulneráveis, ressalta que a Constituição inclui o acesso à saúde como fundamento.

“É dever do Estado garantir às pessoas um acesso universal às ações, serviços [em Saúde]. Sem uma lei que unifique esses protocolos, o atendimento pode variar de região para região. Essa nova lei combate situações de desigualdade”, disse o advogado.

Vallo reforça que o pré-natal é um componente dos chamados direitos reprodutivos das mulheres previstos na Constituição.

Casos de demência triplicaram na China em 30 anos, mostra estudo

Acácio Moraes

BARRA MANSÁ (RJ) A taxa de ocorrência de demências, como o Alzheimer, está aumentando mais rapidamente na China do que no restante do mundo, revela um novo estudo publicado na revista científica *PLOS One*. A principal explicação para o fenômeno está na rápida transição demográfica do país, que envelhece em ritmo acelerado, e na alta incidência de fatores de risco para a doença.

Segundo os autores do trabalho, os casos triplicaram no país asiático entre 1990 e 2021, enquanto dobraram no cenário global no mesmo período. A pesquisa analisou mais de três décadas de informações de saúde provenientes do Global Burden of Disease (GBD), base de dados

criada com o apoio da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do Banco Mundial.

Os dados levantados também revelam que os casos são predominantes entre as mulheres, que possuem uma expectativa de vida maior, enquanto a taxa de mortalidade é ligeiramente superior entre os homens.

Ao mesmo tempo em que envelhece, a China enfrenta desafios relacionados a fatores de risco que poderiam ser evitados por meio de políticas públicas em saúde. Entre eles, o açúcar elevado no sangue, principalmente em decorrência do diabetes tipo 2, lidera em número de casos no país, seguido pelo tabagismo e pelo excesso de peso, sobretudo entre homens de meia-idade e idosos, segundo a pesquisa.

Segundo uma projeção da OMS, são esperados 16,5 milhões de casos de demência em todo o leste asiático até 2050, um aumento de 222%. Para a América Latina, esse número é menor, de 3,8 milhões, mas representa um aumento de 363%. Em comparação, na Europa é esperado um aumento de 90,8% dos casos, e nos Estados Unidos e Canadá, 158%.

Um estudo conduzido por pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo) no ano passado aponta que 54% dos casos de demência na América Latina poderiam ser evitados com o controle de alguns fatores de risco. Entre eles, perda auditiva, baixa escolaridade e tabagismo são os mais prevalentes. Esse trabalho também aponta que a incidência no Brasil, de 48,2%, é um pouco me-



14 fatores de risco para demência que podem ser controlados

- 1 baixa escolaridade
- 2 perda auditiva
- 3 hipertensão
- 4 obesidade
- 5 tabagismo
- 6 depressão
- 7 isolamento social
- 8 sedentarismo
- 9 diabetes
- 10 consumo excessivo de álcool
- 11 poluição do ar
- 12 lesões traumáticas cerebrais
- 13 perda de visão
- 14 colesterol LDL elevado

nor do que na região, mas ainda superior à média mundial, que gira em torno dos 40%.

Para Raquel da Costa, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), o crescente número de casos de demência em nações com menor desenvolvimento relativo se deve a dois fatores. Primeiro, com a maior conscientização sobre a doença e com a ampliação do diagnóstico, por conta da chegada de novas tecnologias e técnicas de análise, como os exames de líquido e o uso de biomarcadores, é um dos fenômenos que contribui com o aumento dos casos de demência.

“Mas o que mais nos preocupa são os fatores de risco modificáveis, que continuam mal controlados nesses lugares”, afirma a pesquisadora.

ciência

Neandertais foram os primeiros membros da linhagem humana a criar lanças, usadas para caça

Pesquisadores estimam que armas, encontradas na Alemanha, têm cerca de 200 mil anos, 100 mil a menos do que se pensava

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) As mais antigas lanças produzidas por membros da linhagem humana provavelmente são 100 mil anos mais recentes do que se imaginava e foram feitas por um grupo de neandertais (*Homo neanderthalensis*), segundo uma nova pesquisa.

Se a nova datação estiver correta, a criação das armas no território da atual Alemanha, por volta de 200 mil anos antes do presente, encaixa-se num processo mais amplo de aumento das habilidades de caça dos hominínios (membros do grupo de espécies mais próximas do ser humano), que teriam aprendido a capturar presas de grande porte de forma comunitária e com mais eficiência.

A análise, publicada na última sexta (9) na revista especializada *Science Advances*, foi coordenada por Jarod Hutson, ligado ao Centro de Arqueologia Leibniz, na Alemanha, e ao Museu Nacional de História Natural (EUA).

Junto com colegas de outras instituições europeias, Hutson buscou maneiras mais precisas de datar as lanças de Schöningen, encontradas numa mina de lignita na região da Baixa Saxônia.

Reveladas pela primeira vez nos anos 1990, as dez lanças, acompanhadas de seis bastões pontiagudos, passaram a ser vistas desde então como as mais antigas armas de madeira feitas por ancestrais da humanidade.

Com comprimento que varia de 1,8 m a 2,5 m e, em geral, com ambas as extremidades pontudas, seu formato indica que eram usadas como dardos, ou seja, eram arremessadas à distância contra os alvos. Um só dos artefatos pode ter sido a exceção, sendo usado para ataques "corpo a corpo", segurado por um caçador.



Lanças de Schöningen, encontradas numa mina de lignita (carvão mineral de baixa qualidade) na Baixa Saxônia, Alemanha. Volker Minkus/Minkusimages

Centenas de artefatos de pedra e os restos de mais de 50 cavalos retalhados com eles completam o cenário descoberto na mina de Schöningen, indicando que os equinos podem ter sido abatidos em emboscadas à beira de um antigo lago.

A grande questão, entretanto, é que nada parecido com uma datação direta das lanças tinha sido realizado até agora. As estimativas de idade sugeridas por enquanto, inicialmente de 400 mil anos e, mais tarde, de 300 mil anos, levam em conta a posição das camadas de sedimentos em que as armas foram achadas e a datação de fósseis em outras camadas na mesma sequência de Schöningen.

Hutson e seus colegas tentaram aumentar essa precisão ao datar fósseis achados no mesmo nível que as lanças e que correspondem a antigos organismos soterrados com elas pelos sedimentos do lago. Os mais importantes são partes das conchas de *Bithynia*

tentaculata, um caramujo de água doce — mais especificamente os opérculos, as "tampas" que o animal usa para fechar sua concha.

A datação é justamente uma análise dos componentes das proteínas preservadas nos opérculos, uma técnica conhecida como geocronologia de aminoácidos. O que acontece é que, com a passagem do tempo, reações químicas que alteram a estrutura dos aminoácidos acontecem espontaneamente num ritmo conhecido, e é isso que permite aos pesquisadores estimar quanto tempo passou desde que o animal morreu, possibilitando, portanto, uma estimativa da idade daquela camada.

Foi usando esse raciocínio que os pesquisadores chegaram à datação de cerca de 200 mil anos, período em que os neandertais já tinham adquirido as características clássicas de sua espécie, que os diferenciavam de outros hominínios, e estavam se tornando senhores da Europa Ocidental.

Fundo do oceano, 99,999% desconhecido

Falta de observações diretas precisa ser remediada, dizem cientistas

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Confesso que sou um daqueles sujeitos que torcia o nariz toda vez que alguém mencionava o célebre factóide: "A gente conhece muito melhor a superfície da Lua/de Marte/de Encélado do que o fundo do mar do nosso próprio planeta! É um absurdo, onde já se viu?". Quando alguém dizia isso, eu só conseguia pensar "Tá, e daí?".

Meu desdém vinha do fato de que a pessoa que batia nessa tecla, lá no fundo de seu coração peludo, só queria dizer que gastar tempo e dinheiro com pesquisa espacial é inútil. Não é que ela fosse favorável a investir o orçamento inteiro da Nasa e de outras agências espaciais descobrindo tudo o que se há para descobrir sobre as profundezas dos oceanos, veja bem. Esse tipo de crítica costuma vir de gente que, se lhe coubesse dar a canetada decisória, gastaria os referidos recursos com uma nova Marginal em São Paulo, ou algo que o valha.

Continuo achando que se trata de um falso dilema, e que tanto os céus quanto as profundezas são igualmente dignos da curiosidade e da engenhosidade humanas. Mas, nesta semana, queimei a língua feio ao descobrir o verdadeiro tamanho do nosso oceano de ignorância (sem trocadilho).

Mesmo se mil plataformas de estudo pelo globo comessem a analisar o leito marinho profundo neste momento, num ritmo anual de 3 km² cobertos por ano, o mapeamento completo levaria 100 mil anos

E o número é o que você vê no título desta coluna. Segundo um estudo recém-publicado, conhecemos menos de 0,001% do leito marinho profundo (200 metros ou mais abaixo do nível do mar). É uma área tão pequena que equivale a um décimo do território da Bélgica, país que, como se sabe, já não prima pela vastidão.

A conta, feita por uma equipe liderada por Katherine Bell, da ONG americana Ocean Discovery League, refere-se à cobertura visual do leito marinho, ou seja, aquelas regiões já observadas e mapeadas diretamente por olhos humanos ou câmeras operadas por eles.

Em artigo que acaba de sair na revista especializada *Science Advances*, Bell e seus colegas calculam que, mesmo se mil plataformas de estudo espalhadas pelo globo comessem a analisar o leito marinho profundo neste exato momento, num ritmo anual de 3 km² cobertos por ano, o mapeamento completo levaria 100 mil anos. É o mesmo intervalo de tempo que separa o presente do início da expansão da nossa espécie pelo globo.

Parte da razão por trás da lerdreza quase impensável é a concentração de recursos e interesse para esse tipo de exploração. Dos 44 mil mergulhos profundos (tripulados ou não) analisados pela equipe, 65% aconteceram perto do litoral de apenas três países: EUA, Japão e Nova Zelândia. E 97% dos mergulhos foram feitos por equipes de cinco nações — além das já citadas, a lista inclui ainda a França e a Alemanha.

Apontar isso não é mero decolonialismo oceanográfico. A falta de abrangência dos dados atrapalha um bocado na hora de ter uma noção clara da diversidade de ecossistemas, bioquímica e geologia do oceano profundo.

A vida nesses lugares, embora tenha parentesco com as demais espécies da Terra, é quase um universo biológico paralelo que estamos só começando a entender. Um mundo que, aliás, pode trazer pistas-chave para entender como a vida começou neste planeta, afinal. E com a cobiça da mineração submarina doida para devastá-lo e soterrar tal tesouro para sempre. É hora de mergulhar mais fundo.

Módulo de nave espacial russa lançada em 1972 em missão a Vênus cai no oceano Índico, diz agência

SÃO PAULO Uma parte da espaçonave russa Kosmos-482, lançada em 1972 com destino a Vênus, caiu neste sábado (10) em um ponto do Oceano Índico a 560 km das ilhas de Andamã e Nicobar, a oeste de Jacarta, na Indonésia.

A entrada na atmosfera foi confirmada por especialistas da Roscosmos, agência espacial russa, e ocorreu às 3h24 de Brasília. A descida da do módulo foi monitorada pelo Sistema de Alerta Automatizado para Situações Perigosas no Espaço Próximo à Terra.

Por um problema no bloco propulsor, segundo comunicado da

agência, o módulo não chegou ao seu destino e orbitava a Terra desde o seu lançamento.

A Agência Espacial Europeia (ESA) havia afirmado ser "altamente provável" que o módulo de pouso chegasse à superfície da Terra em uma única peça.

"O módulo de pouso foi feito para suportar as condições extremamente severas da atmosfera hostil de Vênus e projetado para 300 Gs de aceleração e 100 atmosferas de pressão", disse a ESA em um comunicado em 2 de maio.

Kosmos 482 fazia parte da mesma missão da sonda atmosférica

Venera 8. Esta última partiu da Terra em março de 1972 e tinha design e objetivo idênticos, segundo a Nasa. Ela pousou com sucesso em Vênus em julho de 1972 e sobreviveu 50 minutos na superfície do planeta. A missão posterior, lançada quatro dias depois, falhou e a nave se separou em várias peças.

Algumas dessas peças permaneceram em órbita baixa da Terra e se desintegraram. Outras foram parar em uma órbita mais alta. O objeto que caiu no oceano neste sábado era considerado a última peça que faltava da nave.

O medo do brasileiro como visitante

Nossos times ficam submissos, atemorizados, quando jogam fora

Juca Kfour

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi".
É formado em ciências sociais pela USP

A semana foi péssima para os clubes brasileiros que jogam a Copa Sul-Americana.

Em sete jogos, quatro empates, dois fora de casa com Grêmio e Cruzeiro, e três derrotas, todas fora de casa, de Atlético Mineiro, Fluminense e Vasco.

Corinthians e Vitória fizeram o favor de perder pontos em Itaquera e no Barradão.

Mas o que se tratará aqui diz respeito à timidez com que nossos times se apresentam quando jogam como visitantes, coisa que o Flamengo, mais uma vez, demonstrou no empate com o Central Córdoba, na Argentina, e o Inter, na Colômbia, na derrota diante do Atlético Nacional, ambos os jogos pela Libertadores.

Como sempre, há as exceções à regra.

O Palmeiras é visitante indigesto, há 19 jogos invicto como tal, com 16 vitórias, e o São Paulo, nesta Libertadores e na anterior, foi bem fora de casa, embora, no Campeonato Brasileiro, nem tanto.

O Rei Pelé dizia gostar de jogar com torcida contra, para calá-la, e que fazia dos incentivos adversários combustível para superá-los. O que talvez explique ter passado 11 anos sem perder para o Corinthians.

Estudos há que demonstram a vantagem de ser mandante. A torcida a favor, o conhecimento do campo, a pressão na arbitragem, o conforto de estar em casa, tudo isso leva, nos principais campeonatos europeus, ao percentual entre 50 e 60% de vitórias como anfitrião. Tudo bem, faz sentido, daí todos preferem, nos matas-matas, fazer o segundo jogo em casa.

Nada, porém, justifica que o Flamengo jogue em Santiago del Estero como jogou, borrando-se diante de time da terceira prateleira argentina. Ou que Vasco tome de 4 a 1 do venezuelano Puerto Cabello, barba e bigode. Ou, ainda, que o Inter faça o primeiro tempo acoelhado que fez contra o colombiano Atlético Nacional, em Medellín.

Quando se vê o América de Cali jogar em Itaquera sem medo, ou o Nacional de Montevideo virar para cima do Bahia, na Fonte Nova, não há como deixar de perguntar por que os que nos visitam são tão altivos e nós, tão tímidos. Ou somos acometidos de soberba tamanha que quando nos damos conta estamos perdendo?

Ainda mais nestes tempos em que cada grande do Brasil tem hermanos como nunca (e são muito bem-vindos, registre-se, agora que começam a surgir vozes xenófobas incomodadas com a "invasão"), era de se supor que houvesse comportamentos mais corajosos.

A folha de pagamentos do Central Córdoba, estimada em R\$ 2 milhões mensais, equivale a dois Arrascaetas, R\$ 200 mil a mais que o salário de Bruno Henrique, o apostador. Faz sentido disputar seis pontos contra o modesto clube e ganhar apenas um?

Raras leitoras, raros leitores, é grave a crise.

Na Champions...

Para desespero de José Trajano e Sandro Macedo, o PSG foi a Londres, ganhou do Arsenal e o recebeu em Paris para vencê-lo de novo, porque o goleiro Donnarumma estava em noite de Sommer, o goleiro da Internazionale que, para desespero do columnista, parou o Barcelona em Milão. Três a 3 em Barcelona, 4 a 3 na Itália e pronto, a final que dois escribas desta Folha queriam foi para o espaço. Convenhamos: a dupla gunner merecia menos que a culê.

Dupla catalã? Sim! O parceiro, aqui, era ninguém menos que Lamine Yamal.

DOM. Tostão, Juca Kfour
TER. Sandro Macedo, Tostão, Juca Kfour
SEK. No Corê, O Mundo é Uma Bola, Sáb. Mar na Izidro



O mesa-tenista brasileiro Hugo Calderano, em ação nos Jogos Olímpicos de Paris Mathilde Missionneiro - 4.ago.24/Folhapress

Derrotas de chineses podem ocorrer mais vezes, não só a cada 20 anos, diz Calderano

Campeão da Copa do Mundo de tênis de mesa vê atletas atuais do país asiático pressionados por sucesso de geração estrelada

ENTREVISTA HUGO CALDERANO

Daigo Oliva

SÃO PAULO Depois de vencer a Copa do Mundo, Hugo Calderano viu seu nome estourar para fora da bolha do esporte.

Algo parecido havia acontecido em 2024, quando o brasileiro chegou às semifinais das Olimpíadas. Desta vez, porém, há menos de um mês, a euforia foi além, pois ganhou o torneio de forma épica, superando em sequência os atletas que ocupavam as três primeiras posições do ranking. Hoje é ele o terceiro colocado.

A conquista foi a volta por cima após a melhor campanha de um jogador não asiático ou não europeu em Jogos, que no entanto terminou de forma melancólica, sem a conquista de uma medalha. Na semana que vem, a partir do dia 17, Calderano disputará o Campeonato Mundial, neste ano realizado em Doha, no Qatar.

De Ochsenhausen, na Alemanha, onde vive, o brasileiro falou com a Folha sobre as recentes mudanças na carreira e a forma como vê o domínio da China. "Não é de um dia para o outro que os chineses deixarão de ganhar as competições, mas de repente em vez de uma vez a cada 10, 20 anos será a cada dois anos", diz ele.

cê deu uma entrevista muito franca, na qual disse que um mês antes da competição estava muito mal. O que passava na sua cabeça nesse período? Depois das Olimpíadas não foi fácil. Tive uma baixa na motivação, toda a minha equipe técnica mudou, os meus parceiros de treino também mudaram, muitas mudanças aconteceram. Ao mesmo tempo, sabia que essa motivação voltaria, que eu precisava continuar firme. Tentava viver mais no presente, focar o próximo torneio. Nada grave, só não tinha tanta motivação e tanta vontade de me preparar quanto geralmente tenho.

É claro que você tem dúvidas sobre o que vai acontecer na carreira, mas sempre tive a confian-

ça de que, se eu colocasse a minha mente 100% no tênis de mesa de novo, eu voltaria a jogar da melhor forma possível.

Olhando para Paris, nos jogos da semifinal e da disputa do bronze, qual a avaliação do que deu errado? Agente não precisa achar explicação, o meu adversário ganhou os pontos importantes naquele momento e pegou a vantagem. Aconteceu dessa vez, mas em outros jogos consegui a virada, isso faz parte do esporte, foi mérito do suco na partida. Ele jogou o melhor nível da vida dele durante as Olimpíadas, e eu também fiz uma grande campanha nos Jogos. É claro que o jeito daquele primeiro set foi um pouco chato, mas quando você chega à semifinal sempre serão quatro caras muito fortes, e alguém vai ter que ficar de fora do pódio. Na Copa do Mundo foi o inverso. Virou na semi um placar de 3 a 1 para o Wang Chuqin, o atual número 2.

Naquele momento foi importante manter a energia bem alta, porque seria muito fácil pensar "ah, beleza, cheguei à semifinal, tô com uma medalha na Copa do Mundo, vou continuar jogando e, se não der, não deu". Mas segui acreditando que eu reverteria o placar e pensei muito no presente, tentando encontrar soluções, variando mais, porque num jogo de sete games uma tática só não é suficiente contra um cara desse nível.

Continua na pág. A47

Hugo Calderano 28, Rio de Janeiro.

Altura
1,82 m

Participações olímpicas
Três (Rio-2016, Tóquio-2020 e Paris-2024)

Principais resultados não olímpicos
Campeão da Copa do Mundo, de sete torneios da WTT e cinco vezes do Pan-Americano

Próxima competição
Mundial de Tênis de Mesa, em Doha, a partir de sábado (17)

Logo após conquistar a Copa do Mundo, ainda na arena, vo-

ESPORTE AO VIVO Campeonato Brasileiro
17h30 Palmeiras x São Paulo, Globo, Premiere

esporte

Continuação da pág. A46

Você fala mandarim. Teve alguma conversa com os chineses sobre os jogos depois que você venceu? Os atletas chineses são mais fechados, ficam mais entre eles. De vez em quando a gente se cumprimenta, e depois da final eles deram parabéns, mas não teve muita conversa. Mesmo com atletas de outros países a concorrência é muito alta... Eu, pelo menos, não vou me abrir para os meus adversários. Tenho um grupo muito seletivo com quem converso de coisas mais profundas sobre o tênis de mesa.

Quem são essas pessoas? A minha equipe até Paris, o [técnico cubano-brasileiro Francisco Arado] Paco, o [técnico] Thiago [Monteiro] e, entre os jogadores, o Vitor Ishiy, o único com quem me abro 100%. Com ele posso falar tudo o que eu sei.

Há uma discussão, principalmente depois da sua vitória na Copa do Mundo, sobre o domínio mais frágil dos chineses. Qual é a avaliação que você faz da atual geração de jogadores do país? A geração anterior, de Ma Long, Fan Zhendong, Zhang Jike e até Xu Xin, dominou muito. Sem dúvida foi a melhor geração da China, e o que aconteceu foi uma mudança muito rápida. Wang Chuqin tem 24 anos, [o atual número 1 do ranking] Lin Shidong tem 20, e eles já têm essa responsabilidade de serem os caras, de serem o número um. Geralmente a transição é feita de forma mais gradual. E o nível do resto do mundo subiu muito. Há dez anos, eram cinco caras que tentavam brigar e ganhavam uma vez ou outra. Cinco anos atrás, esse número subiu talvez para dez. No top 30, acho que quase todos já ganharam de um chinês top.

Vitórias como a da Copa do Mundo se repetirão mais vezes ou o domínio continuará com os chineses? O domínio continuará, eles ainda são os melhores, ganham a maioria das competições,

dominam o ranking mundial, mas essas vitórias podem ser mais frequentes. Não é de um dia para o outro que os chineses vão deixar de ganhar as competições, mas de repente em vez de uma vez a cada 10, 20 anos será a cada dois.

O que o fez romper a parceria de 15 anos com a sua equipe técnica? Não foi uma decisão tomada após as Olimpíadas ou por causa das Olimpíadas, a gente já vinha sentindo que era um bom momento. E não foi só eu quem decidiu romper, foram as duas partes. Não teria chegado tão longe sem o apoio deles, mas era hora de mudar. Em Macau rolou bem com o Thiago Monteiro, que é o técnico da seleção brasileira, então a gente vai continuar com essa parceria em algumas competições. De repente é bom ir para uma competição com um treinador e para outra com outra pessoa que consiga me acompanhar, mas ainda estou nesse processo de reconstruir a equipe, e é mais importante eu levar o tempo necessário para definir do que tomar decisões equivocadas por querer decidir rapidamente.

Quem será o seu técnico no Mundial? O Thiago vai como técnico da seleção, mas quem ficará comigo será o Paco, que era o técnico da seleção até Paris, e isso já estava combinado bem antes. Tenho certeza de que ele pode me ajudar neste ciclo.

Fiz uma temporada excelente, mas isso tudo é muito cansativo, queria tempo para ter mais liberdade, passar mais tempo no Brasil

Hugo Calderano
sobre a decisão de deixar de jogar pelo Liebherr Ochsenhausen, da Alemanha

Você também vai deixar de jogar pelo Liebherr Ochsenhausen, na Alemanha, ainda que o anúncio da saída diga que você continuará treinando nas instalações do clube. Por que então parar de atuar pela equipe? Na verdade eu não decidi ainda se vou continuar [treinando] aqui. No início vou ao menos manter uma base. Mas em relação à liga, esse ano pós-Jogos foi bem cansativo, participei de muitas competições, e gostaria de ter mais tempo para descansar. Sempre que voltava de torneios tinha jogo da liga alemã. Ok, fui eu quem escolheu isso, porque queria terminar bem com o clube, trazer títulos, e neste ano até tive mais motivação para atuar pelo Ochsenhausen. Já ganhamos a Copa da Alemanha e agora estamos na final da Bundesliga.

Fiz uma temporada excelente, mas ao mesmo tempo isso tudo é muito cansativo, queria mais tempo para ter mais liberdade, me concentrar nos treinos ou passar mais tempo no Brasil. Sempre foi importante voltar ao Brasil e fazer minha preparação. Passar duas semanas lá pode me ajudar na temporada inteira.

Você é muito discreto e, nas redes, na maioria das fotos aparece de uniforme, não se vê muitos registros da sua vida privada. Só que, devido à exposição nas Olimpíadas e na Copa do Mundo e ao namoro com [a também mesa-tenista] Bruna Takahashi, as pessoas querem saber mais de você. Como lida com isso? É natural, e até agora não chegou a um caso extremo. Entendo que as pessoas queiram ter mais acesso ao que eu faço no meu tempo livre, como eu sou, mas não é uma coisa pensada, de ser um cara misterioso ou que não quer mostrar nada. Eu gosto de viver no presente, com as pessoas que estão na minha vida, e não vem à minha cabeça pensar algo como "isso daqui preciso mostrar". É mais a minha personalidade mesmo.

Dualidade humana

Torcedores e dirigentes têm relação ambivalente com os treinadores

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Depois de Dorival Júnior dizer umas mil vezes que a seleção brasileira passava por um processo, a palavra virou moda entre clubes, treinadores, torcedores e imprensa. É um bom argumento para justificar as derrotas. Outra antiga palavra no futebol que não sai da moda é atitude. Em partidas equilibradas, dizem que uma equipe ganhou por causa de atitude e a outra perdeu por falta de atitude.

No futebol, com frequência, sem mudar a maneira de jogar, os times ganham e perdem contra adversários do mesmo nível, por detalhes, técnicos, táticos, físicos, emocionais e também por acasos, uma falha do árbitro, uma expulsão, uma bola desviada, um descuido e tantos outros motivos. Como no final do filme "Match Point", de Woody Allen, a bola parada na rede pode cair para qualquer lado.

As quatro partidas das semifinais da Liga dos Campeões da Europa, duas entre Barcelona e Inter e duas entre PSG e Arsenal, foram equilibradas e decididas nos detalhes. O Barcelona é a equipe que mais encanta pela maneira de jogar e pelos craques que possui, mas lhe falta um zagueiro de mais qualidade, como o brasileiro Marquinhos, da seleção e do PSG.

A relatividade não diminui a importância dos treinadores. Além do excelente elenco e da regularidade da equipe, o Palmeiras tem um treinador, Abel Ferreira, obsessivo pela vitória e com muitos conhecimentos técnicos e táticos. O Flamengo encantou no início da temporada, mas hoje é o Palmeiras que está melhor.

Os torcedores do Botafogo, em vez de criticar tanto o atual técnico Renato Paiva, deveriam lamentar as saídas de Luiz Henrique, Almada e outros. Além disso, o Botafogo superou as expectativas no ano passado, e não haveria nenhuma certeza de que o time manteria a enorme qualidade mesmo se não tivesse perdido nenhum jogador.

Os treinadores têm muitos dilemas nas suas decisões. Só os ignorantes não têm dúvidas. Leonardo Jardim, técnico do Cruzeiro, definiu, pelo menos por enquanto, que não há lugar para jogarem juntos Kaio Jorge, Matheus Pereira e Gabigol. Uma alternativa seria Matheus Pereira atuar da direita para o centro, além de marcar pelo lado, como faz Gerson no Flamengo. Sairia o ponta Wanderson ou o armador pelo lado Christian.

Dorival Júnior, quando tiver a volta de Garro, terá de descobrir como atuar sem pontas, que marcam e atacam pelos lados, como o técnico gosta. Uma opção será jogar com três zagueiros, dois volantes, Garro entre os dois e a dupla de atacantes, além de dois alas que ocupam os espaços pelos lados, na marcação e no apoio. Assim atuam muitos times europeus.

Os treinadores são exageradamente demitidos no Brasil. O Vasco dispensou o pragmático e prudente Carille, que fazia um trabalho dentro do esperado de acordo com a qualidade do elenco, e contratou o ousado e sonhador Fernando Diniz. Não dá para prever o que acontecerá.

Os torcedores, os dirigentes e a imprensa esportiva possuem uma relação ambivalente com os treinadores. Ao mesmo tempo que ficam fascinados nas vitórias, como se eles tivessem a chave dos segredos do jogo, tornam-se decepcionados com poucas derrotas, como se eles fossem vendedores de ilusões.

É a dualidade humana. O futebol brasileiro precisa de ajuda psicológica.



Mirassol vira contra o Corinthians e alcança 2ª vitória no Brasileiro

Reinaldo comemora gol do time do interior paulista no Maião, em Mirassol. Após Memphis perder pênalti e Cacá abrir o placar no fim do 1º tempo, Mirassol virou no segundo tempo com Edson Carioca e Gabriel Joisel Amaral/AGIF



Cardeal norte-americano Robert Prevost se torna o 267º papa da Igreja Católica

IMAGEM DA SEMANA Papa Leão 14 acena para fieis na praça São Pedro logo após ser escolhido na quinta (8) para suceder Francisco; egresso da Ordem de Santo Agostinho, nasceu em Chicago (EUA), naturalizou-se peruano e agora vai liderar mais de 1,4 bilhão de fieis Yara Nardi - 8.mai.25/Reuters

DICAS DO EDITOR

Sérgio Dávila
Diretor de Redação

A semana em que o mundo conheceu novo papa

Além do conclave que elegeu Robert Prevost, Folha abordou convênios do Ministério do Trabalho com ONGs, pedidos de demissão no Masp e índice Gini e entrevistou Herbert Vianna



Acesse o QR Code para se inscrever e ler as reportagens

2ª

Ministério do Trabalho quintuplica verba para ONGs

A **Folha** revela que o Ministério do Trabalho quintuplicou o valor de convênios com ONGs no ano passado. O total chegou a R\$ 132 milhões, sendo que a maior parte veio das emendas feitas por deputados e senadores ao Orçamento federal. A Unisol, organização ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, é uma das campeãs em verba.

Na edição da **Ilustríssima**, reportagem mostra como ficar muito tempo sentado é tão prejudicial à saúde quanto fumar. Segundo a OMS, o sedentarismo vai alcançar o cigarro no número de mortes precoces e evitáveis no nosso século, 800 milhões de pessoas.

3ª

Conheça os perfis dos cardeais apontados como favoritos para ser papa

O vaticanista Edward Pentin criou, com uma equipe de jornalistas e especialistas católicos, o site The College of Cardinals Report, que enumera 12 cardeais que tem mais chance de serem escolhidos. Saiba quem são os favoritos e veja seus perfis aqui.

Recomendo também texto de Silas Marti que detalha o pedido de demissão do alto escalão do Masp, meses depois da abertura do novo anexo.

4ª

Entenda todos os ritos do conclave, da missa ao Habemus Papam

O processo de escolha do novo papa começou nesta quarta-feira (7) com seus ritos e regras definidos. Leia na **Folha** sobre o passo a passo do conclave, a votação e entenda o isolamento imposto aos cardeais que participam da eleição.

De Brasília, o repórter João Gabriel relata que a Câmara aprovou um projeto de lei complementar que prevê ampliar o número de deputados de 513 para 531, além de redistribuir a divisão de cadeiras entre os estados. Roberto Dias

5ª

Desigualdade de renda volta a cair e renova menor nível da série histórica

A desigualdade de renda medida pelo índice de Gini voltou a cair no Brasil em 2024 e renovou o menor patamar de uma série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados nesta quinta (8) pelo IBGE.

De Brasília, a repórter Adriana Fernandes relata que o presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Gilberto Waller Junior, determinou o bloqueio de todos os benefícios previdenciários para o registro do desconto de novos empréstimos consignados. Vinicius Mota

6ª

Nas viagens ao Brasil, o novo papa deixou marcas de serenidade e cortesia

Os repórteres Marina Pinhoni e Eduardo Marini relatam que antes de cancelar sua visita mais recente ao Brasil, o americano Robert Prevost, agora papa Leão 14, já esteve em solo brasileiro em ao menos quatro ocasiões para eventos com ordem dos agostinianos, e deixou marcas de serenidade e cortesia.

Sugiro ainda a leitura da entrevista da repórter Regiane Soares com Herbert Vianna, guitarrista, vocalista e compositor da banda Paralamas do Sucesso. O grupo inicia turnê para celebrar os 40 anos de estrada com apresentação em São Paulo que acontece no dia 31 de maio. Luciana Coelho

FRASES DA SEMANA

“

Não faltam contextos em que a fé cristã é considerada uma coisa absurda, para pessoas fracas e pouco inteligentes (...) que, em vez dela, preferem tecnologia, dinheiro, sucesso, poder e prazer

Leão 14

papa, na sexta (9), na homilia de sua 1ª missa

“

O Canadá não está à venda, e nunca estará

Mark Carney

prêmio do Canadá, na terça (6), na Casa Branca

Nunca diga nunca

Donald Trump

presidente dos EUA, em resposta a Carney

Nunca, nunca, nunca

Mark Carney

em reação a Trump

“

Let's drill, baby (vamos perfurar, baby)!

Magda Chambriard

presidente da Petrobras, na quarta (7), nos EUA, ao defender a exploração de petróleo na Foz do Amazonas

“

Os Paralamas do Sucesso vão tocar até o fim, até em asilos

Herbert Vianna

vocalista da banda, na sexta (9), à **Folha**

“

Essa visita é para estreitar e refazer, com muito mais força, a nossa construção de parceria. O Brasil tem interesses com a Rússia

Lula

presidente do Brasil, na sexta (9), na Rússia

“

Precisamos deixar de idolatrar os ricos e parar de pensar que eles sabem mais

Abigail Disney

neta de Roy O. Disney, cofundador da Walt Disney Company, na segunda (5), à **Folha**

ilustração
de
Luiz Zerbini

A natureza da economia

Em novo livro de série sobre o Antropoceno, José Eli da Veiga contesta a crença no crescimento eterno e outros dogmas do pensamento econômico B4 a B7

➔ Centenário de Rubem Fonseca
é comentado em texto de
Sérgio Augusto e em reportagem
sobre acervo do escritor B14

ilustríssima **ilustrada**

MÔNICA BERGAMO

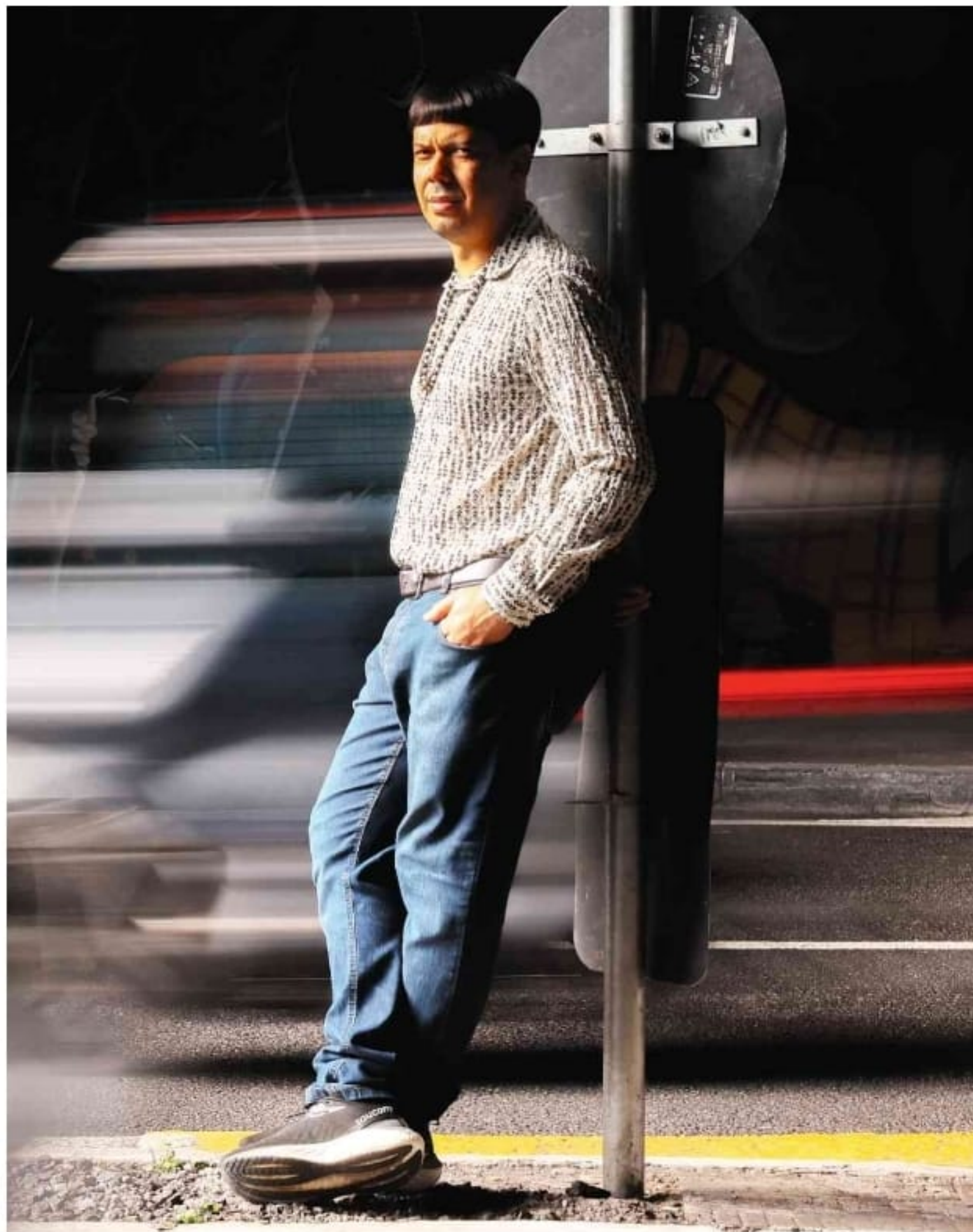
monica.bergamo@grupofolha.com.br

Xadalu Tupã Jekupé

Sou mais bem acolhido no RJ e em SP do que no Rio Grande do Sul, onde nasci

O artista indígena, nascido no extremo sul do Brasil, numa aldeia guarani, começou sua trajetória artística como pichador de muros em Porto Alegre; hoje em dia, premiado no mundo inteiro e com obras em grandes museus, ele ocupa a ciclovia da av. Paulista com painéis coloridos em que mistura pintura com serigrafia

Por Teté Ribeiro



O artista indígena Xadalu Karime Xavier/Folhapress

Leva um minuto para o cérebro se acostumar a ouvir um indígena com sotaque gaúcho. Xadalu Tupã Jekupé, o artista de 40 anos, passou rapidamente por São Paulo no começo do mês, quando veio inspecionar a abertura da 11a Exposição UGT da Paulista. A mostra ao ar livre é promovida pela União Geral dos Trabalhadores como um presente ao seus membros e, de quebra, à cidade inteira, em sua avenida mais movimentada e icônica. Este ano o tema escolhido foi "Cidades: Meio-ambiente e Direitos Humanos".

✱

"Bá, guria, tu já viu a exposição?", ele me pergunta, quando nos encontramos em um café próximo à avenida Paulista, agora com sua ciclovia ocupada por 30 grandes painéis coloridos com muito amarelo, vermelho, preto e imagens que misturam linguagens urbanas, com as dos lambe-lambes, com temáticas tradicionais, como bichos, natureza, sol, lua, divindades. A exposição foi inaugurada no dia 1º de maio, Dia do Trabalho, e fica até o dia 31 deste mês. Ela começa na altura do cruzamento com a rua Augusta e termina na altura da alameda Campinas.

✱

As obras de Xadalu estão expostas do lado esquerdo da avenida, para quem olha no sentido Consolação-Paraíso. O melhor jeito de ver os trabalhos dele é caminhando na calçada contrária à do fluxo de trânsito da Paulista, e, de preferência, sem pressa. "Minha arte é gráfica, com temática indígena e uma linguagem voltada ao barroco jesuíta", explica o artista.

✱

Xadalu me conta que seu nome é, na verdade, um apelido, um nome artístico. O sobrenome, Tupã Jekupé, foi uma escolha consciente, cheia de significados. Tupã se refere ao Deus do trovão e Jekupé remete à sua identidade étnica. Batizado no cartório como Dione Martins da Luz, Xadalu nasceu em uma aldeia guarani no Pampa. Ele fica lá na pontinha mais ao sul do nosso mapa, e se estende até um pedaço do Uruguai e da Argentina. A cidade natal do artista é Alegrete, a 500 km de Porto Alegre. "Nasci à beira de um rio chamado Ibirapuã, num lugar que foi palco de diversas guerras e revoluções no período da invasão colonial", diz.

✱

Sua mãe é gaúcha de origem guarani, sua avó era guarani, seu pai era paraguaio. Mas Xadalu sempre se entendeu indígena. Frequentou a escola pública de sua cidade, depois a de Porto Alegre, e foi alfabetizado em português. "O lugar onde eu nasci era a antiga terra indígena do Araranguá, Território Guarani. Tem diversas pessoas Guarani lá. Esse lugar, principalmente a fronteira oeste, ainda hoje é atacado com o apagamento da cultura indígena", conta ele. Xadalu conhece bem a história de sua terra e de seu povo, e conta num tom de voz sempre calmo, falando baixo e sem nenhum conflito em relação a palavras consideradas, hoje, ofensivas, o processo de apagamento que a cultura de sua família, de seu povo, vem sofrendo desde a chegada dos navegado-

Continua na pág. B3

ilustríssima ilustrada

Os limites do crescimento

[RESUMO] Novo livro de José Eli da Veiga questiona o alcance e os limites do crescimento econômico. A obra argumenta que, em vez de se fixar no PIB, é preciso examinar as bases concretas da formação da riqueza e seus efeitos sobre o bem-estar humano e os ecossistemas, ultrapassando tanto o antigo mito do crescimento quanto as propostas recentes de decrescimento

Por **Ricardo Abramovay**

Professor sênior do Instituto de Estudos Avançados e do Instituto de Energia e Ambiente da USP e pesquisador da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP. Autor de 'Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia'

Ilustração **Luiz Zerbini**

Artista plástico

A utopia que dominou o século 20 e desabou como castelo de cartas em 1989 oferecia o inegável conforto intelectual de transformar de forma inapelável e completa as próprias bases sobre as quais se constituíram as sociedades modernas. Era como recomeçar do zero.

Sistema de preços, lucro, empresas privadas e o que Marx chamou de anarquia da produção seriam substituídos por decisões racionais vindas da inteligência planificadora que, apoiada, em tese, sobre participação social democrática, sinalizaria aos organismos centrais quais seriam as necessidades e os desejos da sociedade.

Esta utopia foi importante inclusive em países democráticos e sua derradeira expressão política foi o governo de "união popular" da França que, na Presidência de François Mitterrand, em 1981, deu início à estatização dos maiores grupos econômicos do país.

A ousadia não durou um ano e, depois de sua reversão, nenhuma força política expressiva, em qualquer lugar do mundo, preconiza o que a esquerda europeia chamava de "nacionalização dos grandes monopólios" como caminho para combater as desigualdades, evitar os desperdícios e usar os recursos materiais e bióticos em benefício da sociedade.

Mas este final melancólico nem de longe suprimiu os valores ético-normativos em que se fundamentou a utopia da esquerda do século 20. Tanto mais que o espetacular aumento da riqueza em todo o mundo, desde o final da Segunda Guerra Mundial, não tardou a revelar seus pés de barro pela destruição em que se assentou de recursos e serviços ecossistêmicos, sem os quais o bem-estar e o próprio dinamismo econômico estavam sob risco crescente.

A utopia do século 21 não é e não pode ser conformista e condescendente. Ela mantém e, sobretudo, expande o que marcou os projetos de emancipação social do século 20.

Sua ênfase é, em primeiro lugar, a expansão das liberdades substantivas dos seres humanos, para empregar a expressão de Amartya Sen, que exerceu influência decisiva sobre os trabalhos vindos dos diversos programas e de diferentes agências das Nações Unidas. A conquista dessa liberdade supõe não apenas direitos humanos, mas exige que se rompa com a noção de que a natureza é apenas um meio, cujo uso ilimitado pode se perenizar, já que sua exaustão será compensada por aquilo que nosso engenho tecnológico é capaz de criar.

Só que, em vez de trazer a marca da

tomada do Palácio de Inverno ou de uma vitória eleitoral que ponha de cabeça para baixo as regras do jogo, a utopia do século 21 assemelha-se a trocar os pneus do carro com o veículo em movimento. Ela não se propõe a suprimir os pilares da vida social (mercados, empresas, lucros), mas a ampliar os bens públicos, reduzir ao mínimo as atividades predatórias da saúde humana e do meio ambiente e promover participação social e inovação tecnológica que contribuam para atingir esse objetivo.

Nada exprime melhor a utopia do século 21 que os 17 ODSs (objetivos do desenvolvimento sustentável), aprovados pelas Nações Unidas em 2015 e que serão revistos em 2030. Apesar da má reputação de que goza o pensamento econômico como sinônimo daquilo que Thomas Carlyle chamou de ciência sombria —que só conseguiria conceber a sociedade como resultado não antecipado de interesses individuais, transformando, na trilha de Bernard de Mandeville, o egoísmo em virtude social—, é exatamente no pensamento econômico que se encontram as fontes mais férteis das quais essa utopia se alimenta.

É o que mostra a impressionante síntese de "O Antropoceno e o Pensamento Econômico", o mais recente livro da trilogia que José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP, acaba de publicar pela Editora 34.

O primeiro volume, "O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra" (2019), discute uma expressão relativamente recente no âmbito das ciências da terra e da vida: o sistema Terra.

O termo tem a ambição de romper com a estreita especialização em que são treinados os pesquisadores das disciplinas que compõem essa área científica diante da urgência de se compreender o fato de que as atividades humanas dos últimos 80 anos não só provocaram alterações na biosfera, mas se tornaram uma força de natureza geológica, interferindo no comportamento do sistema climático e, por aí, nos oceanos, na atmosfera e nos solos. Daí a ideia de Antropoceno.

No segundo volume, "O Antropoceno e as Humanidades" (2023), a reflexão se volta às ciências do homem e da sociedade e alguns dos mais expressivos pensadores sociais contemporâneos são objeto de reflexão.

O livro se apoia em ninguém menos que Darwin —como procurei expor em artigo publicado na Ilustríssima em 2023— para mostrar que, longe da ideia vulgar segundo a qual a evolução biológica pode ser resumida a uma disputa

acirrada em que vence o mais forte, a vida —e a vida social— é composta, antes de tudo, de processos cooperativos apresentados em uma obra decisiva e pouco conhecida do criador da teoria da evolução, "A Origem do Homem e a Seleção Sexual".

Quem imaginou que, no terceiro volume, "O Antropoceno e o Pensamento Econômico", a narrativa se concentraria em como os ajustes no sistema de preços podem contribuir a enfrentar aquilo que Sir Nicholas Stern colocou como a mais importante falha de mercado da sociedade atual —as mudanças climáticas—, a surpresa será imensa.

Longe da imagem caricatural que vê a economia como a disciplina que estuda a alocação de recursos escassos entre fins alternativos e é baseada inteiramente na ideia de que indivíduos racionais e autointeressados se relacionam a partir da sinalização que os mercados transmitem ao que compram e vendem, a ciência econômica da segunda metade do século 20 reserva novidades que o livro de José Eli da Veiga tem a virtude de expor de maneira dinâmica, persuasiva e, como não poderia deixar de ser, polêmica.

A apresentação dos autores mais expressivos do pensamento econômico das últimas seis décadas sobre o Antropoceno gira em torno de duas questões centrais.

A primeira rompe com o dogma básico do pensamento neoclássico, exposto por um de seus mais consagrados expoentes, Lionel Robbins. O autor, referindo-se à relação entre ética e economia, escreveu em 1932: "Infelizmente não parece logicamente possível associar os dois estudos de qualquer outra maneira que não seja a justaposição".

A reflexão dos economistas que se voltaram a estudar o Antropoceno, ao contrário, coloca a ética no coração da economia. Se a vulnerabilidade da biosfera for abordada sob o ângulo puramente instrumental, o resultado será a convicção, que domina o pensamento econômico convencional, de que seu eventual esgotamento pode ser enfrentado por meio de inovações tecnológicas que entregarão à sociedade os serviços que as atividades humanas acabaram por destruir.

Não surpreende então que, para colocar a natureza como finalidade e não como meio, é necessário fazer aquilo que Lionel Robbins acreditava impossível. A abordagem dos mais importantes economistas sobre o Antropoceno supõe, assim, a contestação das premissas epistemológicas (e, de certa forma, on-

tológicas) em que a disciplina convencionalmente se apoia.

Não se trata de negar a importância dos mercados, das empresas e do lucro, mas de mostrar que a compreensão da vida econômica se torna mais fértil caso ela se amplie para incluir a cooperação, a solidariedade e os bens públicos e, mais que isso, a importância de um tratamento dos materiais, da energia e dos recursos bióticos de que depende a oferta de bens e serviços com instrumentos que não se resumem ao que o sistema de preços sinaliza.

É nessa reflexão sobre ética que se apoia a discussão central do livro: para que serve, qual o alcance e quais os limites do crescimento econômico? O decrescimento, a miragem de uma solução unificada e totalizante para enfrentar a destruição a que vem levando a gigantesca riqueza produzida pela grande aceleração, é rejeitada não por sua impossibilidade prática ou por não estarem reunidas as forças político-culturais que poderiam levá-las à prática.

O equívoco da proposta de decrescimento vem do fato de ter se tornado, de certa forma, o outro lado da moeda do mito do crescimento. O decrescimento se abstém de estudar a vida social com base no uso dos recursos materiais, energéticos e bióticos e nos serviços de provisão (na alimentação, na mobilidade, na construção, na saúde) a que esse uso dá lugar. Mais importante que saber se a economia cresce ou não é conhecer como se extraem e transformam os recursos voltados à oferta de bens e serviços e se esses bens e serviços contribuem para melhorar ou piorar tanto a vida social quanto o meio ambiente.

A proposta que decorre dessa análise é que é preciso crescer decrescendo e decrescer crescendo. O aparente paradoxo se explica: por mais importante que seja a virtude do crescimento em criar empregos, arrecadar impostos e estimular inovações, esses atributos serão ofuscados se os bens e serviços em que eles se apoiam forem o tabaco, a destruição dos tecidos urbanos provocada pela massificação dos automóveis individuais (em detrimento do transporte público) e a ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados, vetores da pandemia global de obesidade.

É preciso reduzir ao mínimo essas atividades (decrecer) ampliando aquelas que aumentam a oferta de bens públicos e as que se voltam a regenerar os serviços ecossistêmicos, que, até aqui, o crescimento econômico vem destruindo, como as energias renováveis, os alimentos de qualidade e o fortalecimento das áreas protegidas (crescer).

Em vez de se fixar no PIB, esta medida sintética e, de certa forma, arbitrária, o fundamental é examinar as bases materiais, energéticas e bióticas da formação da riqueza e seus efeitos reais sobre o bem-estar humano e os serviços ecossistêmicos.

Em suma, a riqueza e a diversidade das correntes de pensamento apresentadas em "O Antropoceno e o Pensamento Econômico" são antídotos contra o ceticismo dos apologistas do fim do mundo e contra o cinismo dos que insistem em dizer que não há e não haverá força suficiente para mudar a trajetória destrutiva que leva ao aumento das emissões, à crescente erosão da biodiversidade e a diferentes formas de poluição.

Conhecer o pensamento econômico sobre o Antropoceno é certamente um caminho promissor para evitar essa dupla paralisia. ←

O Antropoceno e o Pensamento Econômico

AUTOR José Eli da Veiga EDITORA 34 PREÇO R\$ 65 (224 págs.)

É nessa reflexão sobre ética que se apoia a discussão central do livro: para que serve, qual o alcance e quais os limites do crescimento econômico?



'Macunaíma 33', em colaboração com João Sánchez Divulgação



'Rio Comprido VIII' (2019) Pat Kilgore/Divulgação

Crescer e decrescer

[RESUMO] Em entrevista ao podcast Ilustríssima Conversa, José Eli da Veiga fala sobre o pensamento econômico frente ao Antropoceno, critica o formato de fóruns multilaterais sobre o clima e diz que a COP30, que será realizada em Belém, pode ser a mais difícil de todas; leia os trechos principais

Por **Eduardo Sombini**

Doutor em geografia pela Unicamp, é repórter da Ilustríssima

Ilustração **Luiz Zerbini**

Nem abandonar a ideia de crescimento econômico nem confiar nela cegamente.

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP, recorre a essa dupla negativa para sintetizar sua análise em “O Antropoceno e o Pensamento Econômico” (Editora 34).

No livro, o intelectual revisita escolas e pensadores à margem do mainstream da economia para sustentar que a disciplina não acompanhou o avanço da fronteira do conhecimento e ainda passa ao largo, por exemplo, da teoria da evolução e da física moderna.

Em razão disso, Veiga argumenta, o pensamento econômico ignora os fluxos de energia e matéria envolvidos no processo de produção, o que faz com que economistas concebam um crescimento eterno e não se preocupem com as condições de vida das gerações futuras.

Na entrevista ao podcast Ilustríssima Conversa, o pesquisador fala sobre as ideias de decrescer crescendo e crescer decrescendo, um caminho do meio entre manter o modelo atual e as propostas de decrescimento da economia.

Veiga também discute o impasse em fóruns multilaterais dedicados à crise ambiental, como as COPs.

Leia os trechos principais da entrevista. A íntegra está disponível em áudio, no site da *Folha* (folha.com/ilustrissima-conversa) e em tocadores de podcast.

*

O pensamento econômico hoje

As principais correntes são aquelas que, no fundo, formam o currículo tradicional de um curso de economia: macro, micro, história do pensamento econômico, um pouco de história econômica.

Será que uma humanidade — a economia não é uma ciência — precisa ser compatível com a física e com a biologia, para não falar de química e geociências? Minha tendência é dizer que é errado ser incompatível.

Tem ramos da economia que avançaram muito, principalmente aqueles afeitos à modelização matemática, mas a economia ainda hoje é absolutamente prisioneira da mecânica clássica e, principalmente, da ideia de equilíbrio. Ignora totalmente a termodinâmica, para começar. Você chega a conclusões muito diferentes a respeito de como pode ser o desenvolvimento se levar em conta ou não a termodinâmica.

O conceito de entropia

Uma das primeiras coisas com que um estudante de economia se defronta é um diagrama do fluxo circular, que explica como funciona o chamado sistema

econômico. Não entra nada nem sai nada desse sistema. Ele ignora a entrada de energia — nós somos uma dádiva do Sol — e, principalmente, todos os resíduos, do outro lado, além da entropia.

O que interessa para um economista na questão da entropia? Quando se usa energia — e nós não fizemos outra coisa que procurar fontes de energia que nos dessem cada vez mais produtividade —, parte dessa energia se dissipa. Permanentemente, estamos perdendo uma boa parte da energia que mobilizamos.

A rigor, a longo prazo, você não pode pensar em crescimento econômico. Você tem que pensar que o futuro da humanidade ou o desenvolvimento vão ter que prescindir do crescimento. Essa é uma conclusão que choca um economista ortodoxo, tradicional. Para eles, é subentendido que o crescimento é uma coisa eterna.

Resultados frustrantes das COPs

Uma das coisas chocantes é notar que a questão da camada de ozônio, que era complicadíssima, teve um arranjo de cooperação internacional que deu muito resultado. Por quê? Como foi o formato?

No início, só se juntaram os que mais eram responsáveis pelo assunto. Eram poucos países que tinham as empresas que faziam o estrago. A partir disso, paulatinamente, foram ganhando adesões à convenção. É difícil encontrar, pelo menos na área ambiental, outra convenção ou outro tratado que tenha tido tanto sucesso.

Quando, em 1988, se criou o IPCC, houve muita pressa, porque a Rio-92 estava marcada e ia ser uma coisa muito importante. Mais importante que mera pressa, havia a conjuntura internacional geopolítica desse período. Ainda se vivia muito daquele entusiasmo e otimismo que surgiu a partir da queda da União Soviética. Hoje, olhando com a facilidade de estar distante disso, parece uma coisa infantil imaginar que você poderia fazer uma assembleia anual de todos os países do mundo e chegar a algum tipo de decisão.

A Convenção do Clima criou uma arena para que houvesse disputas políticas das mais variadas. No início, era sempre o Sul querendo dizer que a culpa era do Norte e que eles tinham que pagar. Depois, foram encontrando algumas saídas e, no famoso Acordo de Paris de 2015, a

ideia é que cada país vai determinar ele mesmo qual é a contribuição que pode dar. Isso foi um grande avanço.

Neutralidade de carbono

No meio disso, cientistas começaram a levantar a ideia de que existem emissões que podem ser, de certa forma, abatas — quando, por exemplo, uma área desmatada é restaurada — e isso levou à ideia de compensação de carbono.

Foi um tremendo desserviço. Quer dizer, tinha um lado bom e um lado ruim. O lado bom é que muitas empresas olhavam para a questão do aquecimento global e viam sempre como um sacrifício ter que reduzir emissões. Isso deu um certo incentivo para que elas não simplesmente banissem a ideia do aquecimento global.

Por outro lado, as empresas que mais emitem acharam o máximo. “Comprar uns créditos de carbono do pessoal que restaura na Amazônia, se a gente for muito pressionado, senão vamos continuar emitindo”. O resultado? É só olhar o que aconteceu.

Do Acordo de Paris para cá, as emissões de CO₂ equivalente não pararam de aumentar. O impacto dos créditos de carbono nem começou a fazer cócegas por enquanto. Conheço muitos colegas que acreditam que, por volta de 2050, haverá neutralidade de carbono.

Quando olho os números, acho que o máximo que se pode dizer é que talvez seja um problema que tenha solução neste século, mas não vai ser desse jeito, com essa convenção.

Um novo modelo para as COPs

O que pode melhor acontecer é que, em algum momento, esse mesmo sistema de COPs descubra que é preciso reconsiderar a própria convenção. Hoje, a gente sabe que 80% das emissões saem de 57 empresas que estão em 34 países.

Se você juntasse esses 34 países em vez de juntar mais de cem uma vez por ano, eles não demorariam para encontrar uma maneira de se comprometer com um esquema de redução.

As COPs poderiam começar a ser reunidas de cinco em cinco anos. É um desperdício de tudo, de dinheiro, de energia. Essas COPs são uma coisa assustadora.

Expectativas para a COP30

Do ponto de vista das negociações diplomáticas, acho que vai ser praticamente mais do mesmo. Sempre aparece alguma coisa que você pode usar para dizer que foi um avanço, mas, no frigor dos ovos, não vai ter nada de significativo nesse plano.

Só que surgiu uma novidade muito importante. No discurso do Lula na Assembleia Geral da ONU, ele fez a sugestão de que nós fizéssemos um balanço ético global.

A ideia é que o balanço seja feito a partir do momento em que todos os países apresentem os seus compromissos nacionalmente determinados, os NDCs, e pouquíssimos países apresentaram. Vai ficar muito em cima da COP, em novembro.

Não vai ser exatamente na COP, mas, com isso, a COP poderá ter desencadeado na sociedade civil uma dinâmica que ainda não existe: a sociedade civil mundial se mobilizar em torno desse balanço ético global e isso gerar uma forma de maior responsabilização e pressão sobre o conjunto dos países. Se eu não estiver muito enganado, vai acontecer algo de muito positivo, mas meio que fora da COP em si, que virou uma espécie de feira anual de lobistas.

Não vai ser muito diferente desta vez — e com conflitos. Tem tanta gente na Amazônia e tantas tendências da sociedade civil muito mobilizadas em torno disso que é provável que seja, de todas as 30, a mais difícil de conduzir.

Crescer decrescendo

Considero essa ideia uma espécie de ovo de Colombo, porque fica um debate entre os decrescentistas e aqueles que dizem: “Quanto mais crescer, melhor”.

No entanto, quando você para para pensar em termos práticos, tem coisas que não podem mais crescer e tem outras que são promissoras e que precisam ter espaço para crescer. Não se trata de dizer, para quem está com a responsabilidade da política econômica, que deva pisar no acelerador ou no freio do crescimento. Ao contrário.

Tudo o que emite e queima energia fóssil demais, o ideal é que decresça. As energias renováveis precisam crescer. É permanente esse caminho do meio.

Tem uma ideia que eu procuro ressaltar no fim do livro: o fundamental é desacoplar. Este é o verbo-chave da mensagem que a gente pode tirar de uma análise sobre o Antropoceno. Desacoplar, fundamentalmente, significa que tenho que procurar ao máximo estimular as atividades que usem menos energias fósseis e que, portanto, emitam menos. Não é o único desacoplamento, mas é o principal.

A viabilidade política da ideia

Na conjuntura atual, diria que é uma inviabilidade. O principal sinal disso é o Trump, mas não está sendo assim na China e a União Europeia está na vanguarda. Para construir a ideia, não posso condicioná-la ao fato de a agenda ser ou não ser realista.

Se não for, eu estiver errado e essa conjuntura extremamente negativa perdurar, pior para vocês que estarão vivos [risos]. ←

A longo prazo, você não pode pensar em crescimento econômico. Essa é uma conclusão que choca um economista ortodoxo. Para eles, é subentendido que o crescimento é uma coisa eterna

THE PALACE

VILA MARIANA

Acesse:



VISITE OS DECORADOS
R. BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 575
11 4118-2295 | THEPALACEVILAMARIANA.COM.BR

Incorporadora: CBR 125 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Memorial de Incorporação prenotado sob o nº 464.343, no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP na data de 28/02/2025. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/04008/24 (CETESB.008551/2024-96). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo SEI 6027.2024/0008347-0. Projeto Arquitetônico: GAAZ ARQUITETOS. Projeto Paisagístico: Benedito Abbud. Projeto de decoração das áreas comuns: Chris Silveira. O empreendimento está localizado na Rua Dona Avelina, nº 294. Incorporadora: CBR MAGIK LZ 20 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Memorial de Incorporação prenotado sob o nº 463.962, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP na data de 21/02/2025. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/04063/24 (CETESB.019353/2024-61). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo SEI 0272024/0012573-3. Projeto Arquitetônico: MCAA

LANÇAMENTO 

o EXTRAORDINÁRIO SE REVELA NA VILA MARIANA

CONDOMÍNIOS INDEPENDENTES

76 M² A 129 M²
2 A 3 DORMS.

139 M² A 177 M²
3 A 4 DORMS.

REALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO

 CYRELA

REALIZAÇÃO

 magikLZ

Arquitetos e Associado, Projeto Paisagístico: Benedito Abbud. Projeto de decoração das áreas comuns: Chris Silveira. O empreendimento está localizado na Rua Bartolomeu de Gusmão nº 521. As perspectivas e plantas são meramente ilustrativas e possuem sugestão de decoração. Acabamentos, quantidades de mobiliários e equipamentos serão entregues conforme Memorial Descritivo do empreendimento. Perspectiva artística da vegetação com porte adulto, que será atingido após a entrega do empreendimento e de acordo com o projeto de paisagismo. Imagens Ilustrativas. Comercialização: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações (Cred: 17592-J); Rua do Rocio, 109, 3º andar - Sala 01 - Vila Olimpia - Cep: 04.552-000.



Altar na capela da festa do Amaro, do povo Pankararé, em Brejo do Burgo (BA) Marcelo Leite/Folhapress

A planta encantada

[RESUMO] O texto a seguir faz parte do livro "A Ciência Encantada de Jurema". O jornalista Marcelo Leite saiu em busca da religião Jurema Sagrada, ou catimbó, a partir de reportagens sobre o psicodélico DMT da raiz da jurema-preta (*Mimosa tenuiflora*)

Por **Marcelo Leite**

Colunista da Folha e autor de livros como "Promessas do Genoma" (Editora Unesp, 2007) e "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (Fósforo, 2021)

A presença de Zé Pelintra nos cultos juremeiros, assim como exus, pombajiras, mestres e mestras que também comparecem em rituais de umbanda, como Ritinha, Luziara e Maria Padilha, impõe uma questão difícil de responder: afinal, a Jurema Sagrada é um ramo da umbanda ou uma religião separada, autônoma? Quanto comporta de orixás do candomblé, do Xangô?

A dúvida acompanhou muitas visitas a casas e terreiros de Jurema, no Nordeste e fora dele —por exemplo, em Belo Horizonte e Santo André (SP)—, sem que terminasse dirimida de todo. Ao contrário, essa ambiguidade, essa indeterminação de fronteiras, parece revelar algo de essencial a esse complexo nordestino peculiar da religiosidade de matriz ameríndia-africana.

O antropólogo Sandro Guimarães de Salles informa que Zefa de Tiño, como também era conhecida Mestra Jardecilha, foi representante e fiscal em Alhandra da Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba, entidade que abrigou e resgatou a Jurema da perseguição policial. Seu templo abriga ilus, tambores usados para toques de óbvia inspiração africana ausentes de rituais indígenas, em que predominam os maracás.

Nina, filha de Jardecilha, conta que a matriarca recebia Exu. O próprio filho, Lucas, é sacerdote de candomblé, embora pratique os cultos separadamente e se apresente só como Lucas Juremeiro. Ele admite que a "miscigenação" levou à perda de identidade da Jurema —cita o caso da sementação (implantação de semente de jurema-preta sob a pele do iniciado), que não era praticada por indígenas ou no catimbó e terminou assimilada por influência do candomblé.

Com efeito, é usual ouvir de praticantes —como Pai Ciriaco, Dona Raquel e Nayanne, em Alhandra, ou Alexandre L'Omi L'Odó, em Recife— que juremeiro já nasce feito, não carece de ritos iniciáticos e de reclusão, embora outros preconizem a necessidade de batismo, sementação e tombo. No caso específico da umbanda, o argumento contrário à noção de que a Jurema Sagrada seria um ramo seu se esteia no anacronismo: a matriz indígena e nordestina do catimbó que lhe deu origem se perde na bruma das eras colonial e pré-colonial.

A umbanda surgiu no início do século 20, de acordo com o que Luiz Antonio Simas denomina mito de origem: em 15 de novembro de 1908, na Federa-

ção Espirita de Niterói (RJ), o jovem Zélio Fernandino de Moraes foi levado a uma sessão que subverteu ao incorporar um espírito que se anunciou como Caboclo das Sete Encruzilhadas. Em encarnação anterior o Caboclo teria sido um padre jesuíta, Gabriel Malagrida, morto em fogueira do Santo Ofício no século. Depois disso, Zélio fundaria o Templo Espirita Nossa Senhora da Piedade, que se anunciava umbandista, cristão e brasileiro.

A menção à encruzilhada, a caboclos (indígenas), a pretos velhos e a outros elementos do culto assim surgido remete, como assinala Simas, a uma óbvia assimilação de elementos africanos e ameríndios numa mescla que, paradoxalmente, pode também ser encarada como processo de embranquecimento, por meio da imposição da disciplina evolucionista kardecista a uma plêiade de entidades supostamente primitivas, carentes de doutrina.

O amálgama se institucionalizou na forma de federações estaduais de umbanda, que proliferaram a partir de 1939, com a primeira surgindo no Rio de Janeiro. A da Paraíba nasceria em 1966, quando passou a registrar e proteger os terreiros de Jurema anteriores

a ela. Nesse sentido, ao menos em sua forma institucionalizada, é evidente que a umbanda não poderia ser a fonte da Jurema Sagrada. Outra coisa, bem diversa, são elementos da Jurema anteriores à umbanda oriundos da copiosa matriz africana que alguns designam pelo termo genérico de "macumbas".

Desde muito cedo, bem antes do sincretismo urbano, talvez já no século 18 e certamente no 19, ocorriam muitas trocas entre indígenas e africanos escravizados, fosse nos aldeamentos e nas fazendas contíguas mantidas por padres donos de escravizados, fosse nos acampamentos fundados por fugitivos do jugo europeu e nas fazendas de gado do sertão com seus vaqueiros negros.

Das santidades do século 16 ao candomblé de caboclo do 19, há um fio condutor que entrelaça o uso de jurema, cachimbos e maracás com ervas, transes e cultos de ancestrais (eguns) comuns em ritos africanos, como assinala Clélia Moreira Pinto.

Mário de Andrade diria, entre milhares de notas e fichas reproduzidas no volume "Música de Feitiçaria no Brasil" (organizado postumamente por Oneyda Alvarenga), que lhe parecia indiscutível a procedência indígena do catimbó, "o que de mais intimamente nacional deu a nossa religiosidade".

Houve contato com a macumba, não há dúvida, afirma o escritor, porém o forte da mitologia catimbozeira é amazônica, a liturgia tem bastante de ameríndia, e a música no geral adquire um lusitanismo esvaziado de Portugal, quase nada respirando da África (a não ser em produtos francamente africanos, dedicados a mestres afro-brasileiros), "tem uma molenguiça que evoca uma existência tapuia, uma fusão de portuga e ameríndios".

Ao enfatizar os componentes indígena e europeu do catimbó, Mário de Andrade segue as noções de Luís da Câmara Cascudo.

Continua na pág. B17

Continuação da pág. B10

Ele fora anfitrião na viagem que o folclorista de São Paulo fizera a Natal em 1928, quando Andrade fechou o corpo num terreiro.

Cascudo, um pioneiro no estudo da religiosidade que daria origem à Jurema Sagrada de hoje, define o catimbó como caudal resultante de um "amável sincretismo acolhedor entre os 'Mestres do Além', africanos, indígenas, mestiços nacionais", como veios de um mesmo bloco de mármore, ou três águas inseparáveis que correm para o mar.

No entanto, e na medida em que acentua os serviços lenitivos que o catimbó presta à população pobre do Nordeste, ele privilegia os ingredientes europeus das práticas mágicas em torno da planta jurema: "Os processos de feitiçaria, catimbó, bruxaria, no Brasil, são mais de oitenta por cento de origem europeia".

Mais que isso, catimbozeiros estariam respondendo a uma urgência humana de fundo universal, ainda que uma universalidade eivada de eurocentrismo, como se percebe quando Cascudo resume o propósito de seu livro sobre o catimbó, "Meleagro".

"'Meleagro' tenta evidenciar a antiguidade de muitos dos elementos sedutores no catimbó", escreve. Antiguidade de Grécia e Roma, velhice oriental, segredos da Idade Média, não pesariam tanto se não fossem uma continuidade, rio obscuro e teimoso, desaguando na linfa mais moderna das conquistas moderníssimas. Os bruxos do catimbó vivem em todos os países do mundo.

Mestre e mestra são as designações reservadas para grandes catimbozeiros e juremeiros que, em vida, se mostram capazes de operar curas admiráveis, dar conselhos certos e lançar ou desfazer feitiços poderosos. Após a morte, encantam-se como entidades que preservam o título, como Mestra Jardecilha, Mestre Carlos e Mestre Manoel Cadete.

Quando baixam em rituais de Jurema, é mais uma vez para trabalhar, quer dizer, promover curas, prescrever obrigações e dar "recados", como os que recebi de Zé Pelintra, Zé Beibim, Caboclo Aboiador, Malunguinho e Cigana, ou receitas de saúde. Embora se utilize muito a fumaça do cachimbo, prática de evidente origem ameríndia, Cascudo relaciona essa medicina de pobres para pobres menos a pajés e feitiçeiros africanos que a curandeiros e bruxos herdeiros da magia europeia, possuidores dessa outra "ciência".

Ao encantar-se, mestras e mestres passam a viver em outro plano de realidade, em cidades, estados ou reinos específicos. Essa geografia mitológica da Jurema também parece ter evidente origem europeia, pois tais divisões administrativas, por assim dizer, não teriam muito sentido entre indígenas brasileiros e escravizados africanos. A forte contribuição branca para o catimbó se manifesta, ainda, na onipresença do catolicismo popular de origem ibérica, acrescido do espiritismo kardecista ainda no século 19, antes do advento da umbanda.

Essa forma de embranquecimento do catimbó afro-ameríndio, que Cascudo em suas passagens mais gene-

rosas define como fruto de "sincretismo acolhedor", aparece como degeneração entre estudiosos da religião em gerações subsequentes, como Roger Bastide, que enxerga juremeiros como "pobres caipiras" condenados a uma "existência medíocre" e atraídos pelo "orgulho de falar com os encantados": segundo ele, duas psicologias coletivas inteiramente diferentes se marcam no candomblé e no catimbó, a do africano e a do indígena.

Mas, se a mitologia do candomblé é rica e complexa, a do catimbó seria, em sua opinião, pobre e incipiente, porque a antiga mitologia indígena se perdeu na desintegração dos povos originários, na passagem da cultura local para a cultura dos brancos, que estavam dispostos a aceitar os ritos, porém não os dogmas pagãos, na sua fidelidade ao catolicismo. Para Bastide, o catimbó foi concebido mais como magia do que como religião propriamente dita, devido aos elementos perigosos e temíveis e às perseguições da igreja e da polícia.

O fascínio exercido sobre acadêmicos pela suposta pureza africana no candomblé eclipsou por décadas o estudo do catimbó, após os trabalhos pioneiros de Cascudo e Andrade na primeira metade do século 20, que só seria retomado com afinco a partir da década de 1970, sobretudo por autores do Nordeste, como René Vandezande.

Ainda que pouco reconhecida nas universidades do Sudeste, uma escola de estudos antropológicos de catimbó e Jurema surgiu nos anos 1990 com os trabalhos de Rodrigo Grunewald, que

pesquisou as práticas indígenas com jurema entre os atikum da Serra do Umã (PE); e de Luiz Assunção e Sandro Guimarães de Salles, que privilegiaram as relações contemporâneas entre a Jurema e a umbanda, como se pode ver pelos títulos de seus livros, respectivamente "O Reino dos Mestres: A Tradição da Jurema na Umbanda Nordestina" (2006) e "À Sombra da Jurema Encantada: Mestres Juremeiros na Umbanda de Alhandra" (2010). O trio daria origem a uma feira de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre Jurema, parte delas incluída na bibliografia deste livro.

Assunção conta que, ao iniciar sua investigação etnográfica, só conhecia candomblé e umbanda. Percorreu por dois anos o interior de Paraíba, Pernambuco, Piauí e Ceará, quando descobriu algo a mais nos terreiros de umbanda — a Jurema. "Era o que mantinha a casa de pé, o que a movia", disse numa entrevista em maio de 2022, referindo-se às consultas dadas pelos juremeiros, profundos conhecedores de ervas, uma herança indígena:

"Um dos pontos que eu defendo, o principal que eu quis mostrar e fui buscar no sertão, era exatamente que a Jurema sempre existiu como prática ritualística."

A intolerância fez com que ela se fechasse, diz, mas a Jurema também sempre foi, nessa passagem para o universo urbano, uma prática de pequenos grupos, em torno de um mestre vivo em sua comunidade, que atendia as pessoas do grupo. ←

A Ciência Encantada de Jurema

AUTOR: Marcelo Leite. EDITORA: Fósforo

QUANTO: R\$99,90 (336 págs.)

teatro **uol**MAIO/25
Ingressos à venda

DANIEL BOCHA FÉRE
CONRADO CAMUTO TONI PRADO
HÉLICO CARVALHO MACHADO

O MARIDO DA MINHA MULHER
COMÉDIA DE ZEDRA BOMFIM

Sex., Sáb. e Dom., 20h
De R\$60 a R\$150*

INCONSCIENTE WENLE

O MAIOR ESPETÁCULO DE MENTALISMO DO BRASIL

Sáb., 22h
De R\$50 a R\$100*

FINLÂNDIA
JIDDU PINHEIRO PAULA COHEN

Qua. e Qui., 20h
De R\$40 a R\$80*

MARCELLA MUNIZ em
ÁGUA FRESCA PARA AS FLORES

ESTREIA 31/05
Sáb. e Dom., 18h
De R\$60 a R\$140*

Pra Você Lembrar de Mim
com Carino Sacchetti Eduardo Martini

Ter., 20h
De R\$10 a R\$20*

OS SALTIMBANCOS DE CHICO BUARQUE

ÚLTIMAS APRESENTAÇÕES ATÉ 25/05

Sáb. e Dom., 15h
De R\$45 a R\$90*

A PEQUENA SEREIA

Sáb. e Dom., 16h30
De R\$45 a R\$90*

Mágico de OZ

ESTREIA 31/05
Sáb. e Dom., 15h
De R\$45 a R\$90*

Shopping Pátio Higienópolis
Av. Higienópolis, 618 - Terraço
Telefones: 3823-2737

Realização:

CONTEÚDO
TEATRAL

Patrocínio:

Germed

BAIN & COMPANY

BANCO LUSO BRASILEIRO

FOLHA
de São Paulo

uol

*Valor do ingresso variável de acordo com a sessão, meia-entrada e demais descontos. Consulte a bilheteria.
teatrouol.com.br

Alvará do corpo de bombeiros - Validade 22/08/2025; Alvará funcionamento local de reunião (AFLR) - Processo 1020.2024/000487 e Acessibilidade - Processo 1020.2023/0024165-9

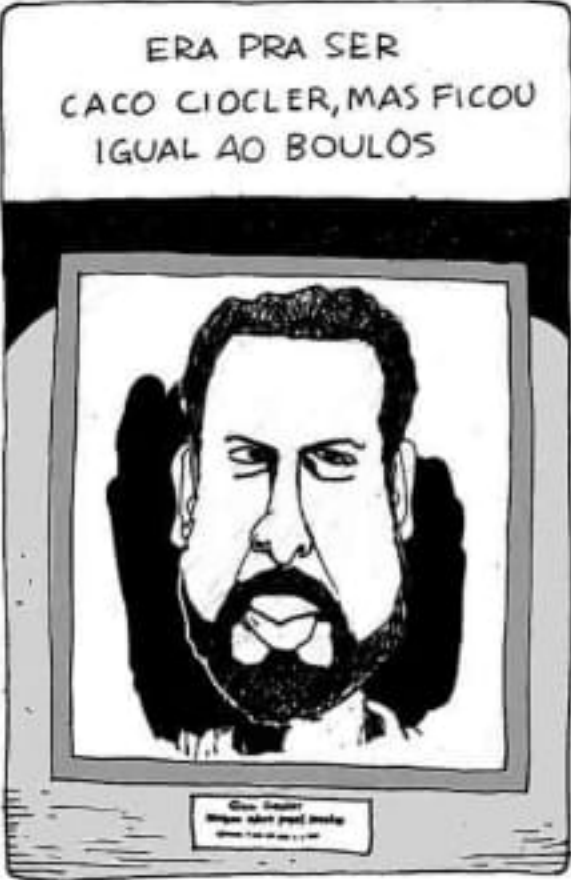
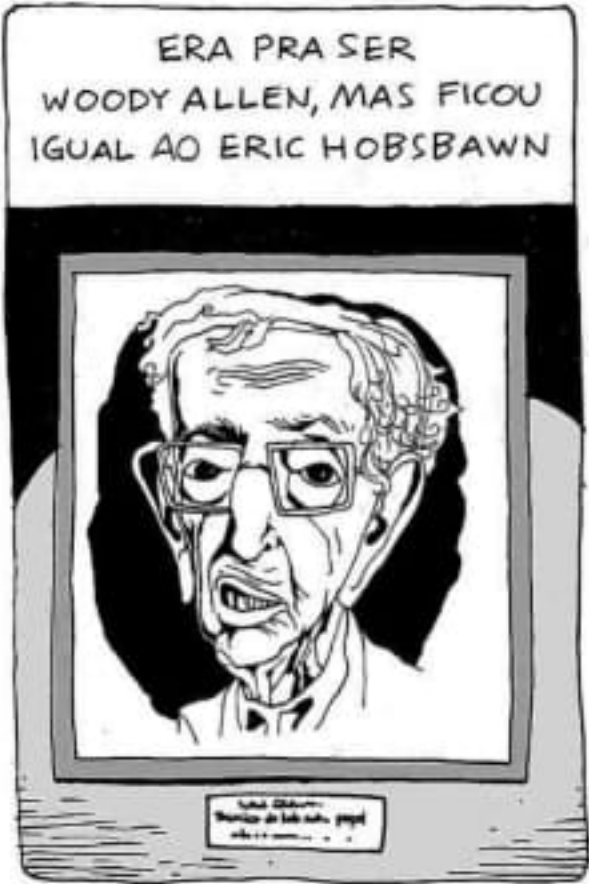


Compre aqui

@teatrouol
teatrouol

QUADRÃO

Ricardo Coimbra



PRIMEIRO SALÃO DA
CARICATURA ACIDENTAL

SUDOKU texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

7							3	
				1	7	6	2	
			8		2			5
	1			9				2
	6						4	
4				8			6	
8			5		9			
	9	3	1	4				
	7							8

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid.

SOLUÇÃO

8	6	7	5	2	9	1	4	3
4	5	2	8	7	1	6	9	3
9	1	6	4	3	5	7	8	2
5	9	4	1	8	7	6	3	2
6	7	1	5	3	4	9	2	8
2	8	5	9	6	7	4	1	3
3	4	6	2	9	8	7	5	1
7	2	9	4	1	6	3	8	5
1	3	8	7	5	6	9	2	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Povo indígena que fundou um império pré-colombiano no território do México atual. 2. Parede que cerca um recinto / Grande camarão de água doce. 3. Elemento de composição: interior, para dentro / Prejudicar. 4. Pianista americano de jazz (1929-1980), importante nome da música mundial. 5. Sem dobras / A UF de Pirenópolis e Goiânia. 6. Tirar saliência angulosa, quina, aresta. 7. Bisbilhotar. 8. Ponto de concentração. 9. Cadeira de sala de espetáculo. 10. Famosa cidade francesa, estação balneária e hidromineral. 11. Salário / Dueto. 12. Luz às vezes observada em torno do Sol ou da Lua / Estado caracterizado por perda da consciência, motricidade e sensibilidade. 13. Impacientar, irritar.

VERTICAIS

1. Microrganismo que é parasita intestinal / (Ingl.) Ela. 2. A Barbie brasileira / (Pal. fr.) Garrafa de vinho ou espumante cujo conteúdo equivale a cerca de seis garrafas comuns da bebida. 3. Um famosa marca de veículos todo-terreno / Cidade do Norte da França. 4. Europa Oriental / Aquele que torna livre. 5. Escavação para dar lugar aos alicerces de um edifício. 6. Que mete medo / Chico Anysio (1931-2012), humorista cearense. 7. Destino, geralmente mau / Polidor. 8. Biquíni muito pequeno / O Art (1910-1956) pianista de jazz. 9. Adaptado à marcha ou à corrida / (Pop.) Caçoar, gozar.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

8. Tanga, Tatum, 9. Cursório, Zóar.
EQ, Libertador, 5. Desaterra, 6. Apovador, CA, 7. Sina, Brunidor.
VERTICAIS: 1. Arneba, She, 2. Susi, Rehobean, 3. Troller, Lille, 4.
10. Biarritz, 11. Soldo, Duo, 12. Halo, Coma, 13. Enervar.
Evans, 5. Liso, GO, 6. Rebarbar, 7. Xereba, 8. Reduto, 9. Poltrona,
HORIZONTALS: 1. Astecas, 2. Muro, Pitu, 3. Eso, Danar, 4. Bill

Morre a curadora da Bienal de Veneza

Nascida em Camarões e criada na Suíça, Koyo Kouoh tinha 57 anos, era diretora executiva do museu Zeitz Mocaa e se sagrou uma figura central no cenário da arte contemporânea africana

João Rabelo

SÃO PAULO A curadora Koyo Kouoh, primeira mulher de origem africana escolhida para dirigir a Bienal de Veneza, que será realizada em 2026, morreu aos 57 anos. O museu Zeitz Mocaa, na Cidade do Cabo, do qual ela era diretora executiva e curadora-chefe, afirmou neste sábado (10) que a morte foi repentina e não divulgou a causa do óbito.

Nascida em Camarões, em 1967, e criada na Suíça, Kouoh era uma figura central na arte contemporânea africana. "Nas últimas duas décadas, Kouoh tornou-se uma das mais proeminentes curadoras e gestoras de arte da África por meio de uma combinação de comportamento descontraído, olhar aguçado, dom para idiomas e um interesse pelos aspectos das artes", escreveu o jornal The New York Times em 2015.

Em nota, a Bienal de Veneza expressou profunda tristeza pela morte da curadora, destacando seu papel na exposição de 2026 e oferecendo condolências à sua família, amigos e a todos que compartilharam com ela uma jornada de pesquisa e pensamento crítico.

No anúncio da nomeação, em dezembro de 2024, o presidente da Bienal, o italiano Pietrangelo Buttafuoco, declarou que a chegada da suíço-camaronesa renovava o compromisso da mostra artística em ser "a casa do futuro".

"A nomeação é o reconhecimento de um amplo horizonte de visão no alvorecer de um dia repleto de novas palavras e olhares. Sua perspectiva como curadora, acadêmica e figura pública influente encontra-se com as

inteligências mais refinadas, jovens e disruptivas", afirmou o presidente.

Kouoh agradeceu ao conselho da Bienal e declarou que estava ansiosa para compor uma exposição que tivesse "significado para o mundo em que vivemos atualmente". Na ocasião, ela ainda acrescentou que "os artistas são os visionários e cientistas sociais que nos permitem refletir e projetar de maneiras só possíveis nesta linha de trabalho".

De acordo com a instituição, Kouoh trabalhava com paixão, rigor intelectual e visão na concepção e desenvolvimento da 61ª edição da mostra. A apresentação do título e do tema da exposição estava prevista para acontecer em Veneza, no próximo dia 20.

Durante sua gestão no Zeitz Mocaa, seu trabalho curatorial se concentrou em exposições individuais aprofundadas de artistas africanos. Nesse contexto, ela organizou mostras com as nigerianas Otobong Nkanga e Mary Evans, os sul-africanos Johannes Phokela e Tracey Rose, por exemplo.

Em 2007 e 2012, Kouoh integrou as equipes curatoriais das edições 12 e 13 da Documenta, em Kassel, na Alemanha. Ela também participou do comitê responsável por escolher o polonês Adam Szymczyk como diretor artístico da Documenta 14.

Entre 2013 e 2017, ela foi curadora do programa artístico da Feira 1-54 de Arte Africana Contemporânea. Desde 2009, atuava como diretora artística do centro de arte Raw Material Company, no Senegal. Kouoh venceu o Grand Prix Meret Oppenheim, o maior prêmio suíço para o mundo das artes.

Bahrein vence o Leão de Ouro na Bienal de Veneza com um projeto contra o calor

SÃO PAULO O pavilhão do reino do Bahrein venceu o Leão de Ouro na 19ª Bienal de Arquitetura de Veneza, na manhã deste sábado. A proposta apresentada pelo pequeno país insular do Golfo Pérsico, "Onda de Calor", propõe soluções para temperaturas extremas em espaços públicos, usando técnicas tradicionais de resfriamento passivo.

A escolha do projeto, que evoca torres eólicas e pátios sombreados, foi feita pelo júri internacional da mostra, composto pelo curador suíço e presidente do comitê Hans Ulrich Obrist, a italiana Paola Antonelli e a sul-africana Mpho Matsipa. Coube ao trio avaliar os pavilhões nacionais e as propostas da mostra central da bienal.

Segundo os vencedores, "a arquitetura deve enfrentar os desafios duplos de resiliência ambiental e sustentabilidade. A solução engenhosa pode ser implantada em espaços públicos e em locais onde as pessoas precisam trabalhar em condições de calor extremo".

Menções honrosas foram concedidas a pavilhões nacionais. A Santa Sé foi premiada por "Ópera Aberta", instalação que transformará uma igreja

desconsagrada em espaço de negociação simbólica e reparação material.

A Grã-Bretanha também recebeu reconhecimento por um projeto que conecta arquitetura, reparações e geologia. A instalação "Canal Café", assinada pelo coletivo Diller Scofidio + Renfro, também levou o Leão de Ouro na mostra principal. O projeto imagina como a cidade de Veneza pode ser um laboratório sobre como viver na água.

O Leão de Prata ficou com a obra "Calculando Impérios", de Kate Crawford e Vladan Joler. A instalação é uma genealogia visual das estruturas de poder e tecnologia desde 1.500, conectando colonialismo e infraestruturas digitais.

Na mostra, uma menção honrosa foi para "Urbanismo Alternativo", de Tosin Oshinowo, sobre os mercados autogeridos de Lagos, na Nigéria. O projeto documenta economias circulares e resilientes em contexto de informalidade.

Já a outra menção foi para a "Capela dos Elefantes", do escritório Boonsem Premthada. Feita com tijolos de esterco de elefante, a construção propõe técnicas sustentáveis e reverência a coexistência entre humanos e elefantes.

Ansiolítico para a politização da vida

Dicas para atravessar a tempestade que reduz tudo a uma batalha simulada de vida ou morte

Vinicius Mota

Secretário de Redação da Folha, foi editor de Opinião. É mestre em sociologia pela USP

A democracia deveria ser chata. O tédio indica que as coisas funcionam bem, políticos e partidos circulam pelas posições de poder quase aleatoriamente e sem solavancos, juizes de que não se sabe o nome fazem o seu trabalho com tranquilidade, e os demais serviços públicos acontecem como o dia sucede a noite. As pessoas tocam a vida sem se ocupar muito do que ocorre nos palácios e nas assembleias.

Há mais de dez anos esse padrão se alterou num punhado de países democráticos. Simulacros de batalhas de vida ou morte impregnaram o cotidiano. Tornou-se hábito denunciar as agendas ideológicas de cientistas, artistas, professores, magistrados, empresários, sacerdotes, esportistas, diplomatas, jornalistas e inseri-las no grande jogo da política. Ganhar eleição virou credencial para bagunçar o coreto institucional e sabotar contratos sociais profundos e longevos.

Como a autoajuda ainda não saiu de moda, arrisco algumas sugestões para atravessar esse período tempestuoso minimizando, quem sabe, as avarias no casco mental.

Brasília é Brasil. Não caia no conto do vigário de que a política se transformou num clube fechado de privilegiados imorais dedicados a esfolar os bons cidadãos na planície. Se você for eleito presidente e seus amigos virarem deputados, senadores e ministros do Supremo, a situação não melhora.

O radical é o conservador de amanhã. A história universal dos agitadores mostra que o espírito da abertura à novidade é espancado tão logo o demagogo molda o governo à sua feição e se cerca de bajuladores. Na oposição a gente faz bravata, disse um sábio político brasileiro. Acredite nele.

Político não é salvador nem exterminador da pátria. A paixonite por um candidato deveria ser encarada e tratada como síndrome aditiva. O ódio mortal também. Em regimes democráticos o pior canalha acerta aqui e ali, e o melhor estadista de vez em quando apronta uma cabeluda. Venere e excre entidades sobrenaturais, não seres humanos.

Política nacional nem sempre salva a lavoura. É mais importante preocupar-se com a instrução que as crianças recebem num raio de 5 km de você do que esgoelar-se pela anistia em Brasília. Governos e burocracias

locais fazem diferença em temas cruciais.

Politizar tudo é artimanha de preguiçosos e néscios. A despeito das opiniões políticas de García Márquez, Vargas Llosa, Nana Caymmi e Aldir Blanc, um universo estético e artístico com códigos próprios envolve as suas obras. Navegar por ele e nele desenvolver afinidades e críticas faz bem à alma, propicia elevação e gozo. O crápula pode ser sublime, e a vestal, cantar como uma gralha. O que uma celebridade afirmou sobre eleições e candidatos não tem valor especial. Ignore.

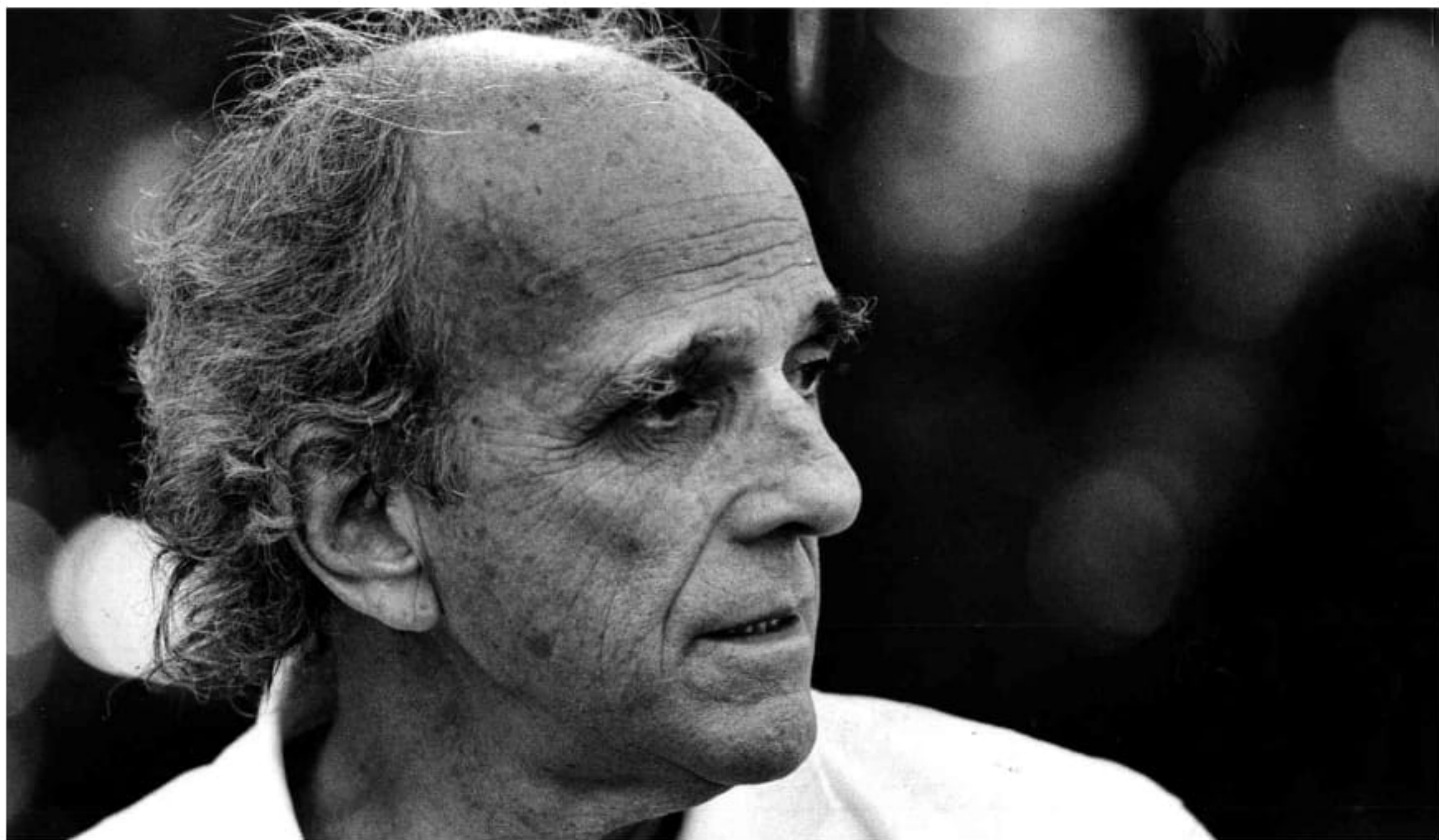
Há menos conspirações do que imagina nossa vã ideologia. Maquinações de vilões para destruir o planeta só abundam nos filmes da Marvel. Empresas farmacêuticas não planejam controlar nossos corpos ou evitar que a natureza sozinha nos cure e nos fortaleça. Falta de vacina e de antibiótico pode matar mesmo, e a melhor opção não estará nos florais de Bach, no leite cru, na cloroquina nem na homeopatia.

Valorize o saber, não os sabichões. Procure ser menos conclusivo e mais especulativo ao abordar um campo de conhecimento que mal arranha. Amplie suas informações, aprenda sobretudo a fazer as boas perguntas e a tomar distância de quem posa de profeta para anunciar novidades radicais.

Política é teatro cívico. Os papéis se invertem, inimigos viscerais se tornam aliados, as derrotas e as vitórias nunca são totais nem irreversíveis. Faça como um político, não odeie a ponto de não negociar; não ame a ponto de não contrariar.

Converse com quem você acha que detesta. Teclar é fácil, quero ver dizer barbaridades de uma pessoa na frente dela, num papo individual. Provavelmente vocês descobrirão que estão mal informados sobre as convicções de cada um, que há preocupações e defeitos comuns e que não vale a pena gastar tanta energia com política. Ouça, repense, proponha.

ilustríssima ilustrada



O escritor Rubem Fonseca, em foto de 1987 Folhapress

No hidrante com Rubem Fonseca

[RESUMO] Um dos principais escritores brasileiros, Rubem Fonseca (1925-2020) faria cem anos neste domingo. No texto a seguir, o jornalista Sérgio Augusto relembra a convivência de décadas com ele, os frequentes almoços no centro do Rio e as infindáveis e saborosas conversas sobre livros e filmes

Por **Sérgio Augusto**

Jornalista e escritor, autor de livros como "Este Mundo É um Pandeiro", "E Foram Todos para Paris", "Lado B", "As Penas do Ofício" e "Cancioneiro Jobim"

Em algum ponto da década de 1980, a Folha me encomendou uma entrevista-perfil com Rubem Fonseca (Zé Rubem para os íntimos), que, como eu previa, tirou o corpo fora. Nem para os mais íntimos, Zé Rubem franqueava o verbo para falar de si, de seus livros, de literatura e muito menos dos outros.

Tive de me virar como o jornalista norte-americano Gay Talese fizera com Frank Sinatra, numa legendária e seminal reportagem para a revista Esquire. Impossibilitado de entrevistar o cantor, recluso por conta de uma gripe violenta, Talese montou seu texto a partir de confidências de amigos e parceiros do artista, a que deu o título de "Frank Sinatra está gripado".

Copiei-lhe o método, mas resisti à tentação de dar ao meu texto o fatalmente hermético título de "Zé Rubem nem sequer estava gripado".

Havia já uns 20 anos que nos conhecíamos. Com ele trocava ideias a rigor suficientes para não depender de depoimentos alheios. Quase sempre falávamos de filmes e leituras. Ênfase no cinema, para o qual escreveu roteiros e sobre o qual publicou anônimas resenhas na Veja.

Era capaz de atravessar a noite con-

versando fiado sobre filmes, diretores e atores admirados ou detestados. Cometemos a insânia de passar cerca de uma hora maldizendo a pieguice do filme "Dodeskaden" (1970), de Kurosawa, numa esquina do Leblon; ele de pé, eu sentado, pateticamente, num hidrante.

Compartilhávamos novidades e descobertas literárias com o mesmo júbilo de crianças trocando figurinhas. Raras vezes recomendei-lhe um autor que, apesar de estreante ou quase isso, já não conhecesse pelo menos de nome. Cheguei a Donald Barthelme por seu intermédio. Em troca, apresentei-o à primeira e híbrida ficção de Susan Sontag ("I, Etcetera"). Fiquei devendo.

Na época, Kafka, Pound, Faulkner, Hemingway, Fitzgerald, Poe, Philip Roth e Conrad pareciam não ter competidores à altura em sua valhalla literária. Mas tinham, sim —inclusive gente da terra, como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Cony, Drummond ("um dos três maiores poetas da língua, com Camões e Pessoa"). Achava a obra de Rosa definitiva. "Pode morrer amanhã sem susto", dizia. Sua tese levaria só quatro anos para começar a ser testada.

Frugal à mesa, para não comprometer a saúde e, sobretudo, a silhueta, o atlético Zé Rubem jamais dispensava um bom vinho. A comida em si o apetecia bem menos que a conversa e o charuto com que invariavelmente arrematava o repasto, quase sempre coroado com um queijo da Serra da Estrela

Com frequência almoçávamos no centro do Rio, pois lá ganhávamos o nosso pão: eu, como de hábito, numa Redação de jornal; ele nos escritórios da Light, onde chefiava o departamento de relações públicas.

De uma feita, ainda preso a uma reunião de diretoria, pediu à secretária que me desse algo para distrair enquanto o esperava, e entregou-lhe uma edição em capa dura de "Finnegans Wake", de James Joyce. Pegadinha mais sofisticada e esotérica do que aquela, só Godard talvez encaixasse numa de suas comédias.

Até por fidelidade às nossas raízes lusas, íamos muito a restaurantes portugueses. Frugal à mesa, para não comprometer a saúde e, sobretudo, a silhueta, o atlético Zé Rubem jamais dispensava um bom vinho. A comida em si o apetecia bem menos que a conversa e o charuto com que invariavelmente arrematava o repasto, quase sempre coroado com um queijo da Serra da Estrela.

No final da vida, praticamente só lia poesia. Os versos que mais o encantavam eram depois afetuosa e laconicamente distribuídos, por e-mail, aos amigos mais chegados. Boa parte do florilégio trazia a assinatura da portuguesa Sophia de Mello Breyner, outra declarada paixão literária.

Por iniciativa do editor Álvaro Pacheco, quase viramos parceiros num projeto de traduções de romances pornográficos de elevado esmero literário, que naufragou quando eu já estava quase na metade de "Black Book", de Lawrence Durrell. Cogitamos de outras aventuras em dupla, que tampouco medraram.

No final das contas, sobraram-me duas transações com Zé Rubem que resultaram frutíferas. Fiz a ponte entre ele e o cineasta Walter Salles, e o romance "A Grande Arte" virou filme; colaborei como pude para que Zé Rubem entrasse num almoço com a agente literária Carmen Ballcells como editado da Francisco Alves e dele saísse apalavrado com a Companhia das Letras.

Quem quiser detalhes, é só ler o recém-lançado ensaio de memória de Luiz Schwarcz, "O Primeiro Leitor". ◀

A Confraria dos Espadas

[RESUMO] Documento desconhecido a que a Folha teve acesso indica que Rubem Fonseca pediu demissão de seu posto no Ipês, grupo empresarial que apoiou o golpe de 1964, em 9 de abril daquele ano, poucos dias após a tomada de poder pelos militares. Naquela data, foi instituído o AI-1, que permitiu a cassação de mandatos da oposição. Duas décadas depois, Rubem Fonseca afirmou ter integrado ala democrática da organização e que dela se afastou após o golpe, o que é contestado

Por **Maurício Meirelles**
Repórter especial da Folha

Nove de abril de 1964 foi um dia tumultuado, para dizer o mínimo. Os militares tinham acabado de tomar o poder e, naquela data, com o Ato Institucional Número 1, suspenderam inúmeras garantias democráticas. Na lista de cassados em seguida constavam nomes como João Goulart, Leonel Brizola e Rubens Paiva. Era o início de uma ditadura que duraria 21 anos.

No mesmo dia, o escritor Rubem Fonseca —executivo da Light, mas nos primeiros passos de sua carreira literária— redigiu uma carta ao presidente do Ipês (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), organização empresarial que tinha participado da conspiração contra João Goulart.

“Meu caro [Haroldo] Poland”, bateu o autor à máquina, “venho pela presente solicitar minha demissão da Comissão Executiva do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Levam-me a isso razões particulares a que não posso deixar de atender”.

No documento, o autor também defende que o Ipês continue se dedicando a uma agenda de “reformas de base”.

A missiva está entre as centenas de papéis no acervo do escritor, a que a Folha teve acesso. O material, hoje em cerca de 60 caixas, foi encontrado pela filha de Rubem Fonseca, Bia Corrêa do Lago, no apartamento do pai depois da morte dele, em 2020.

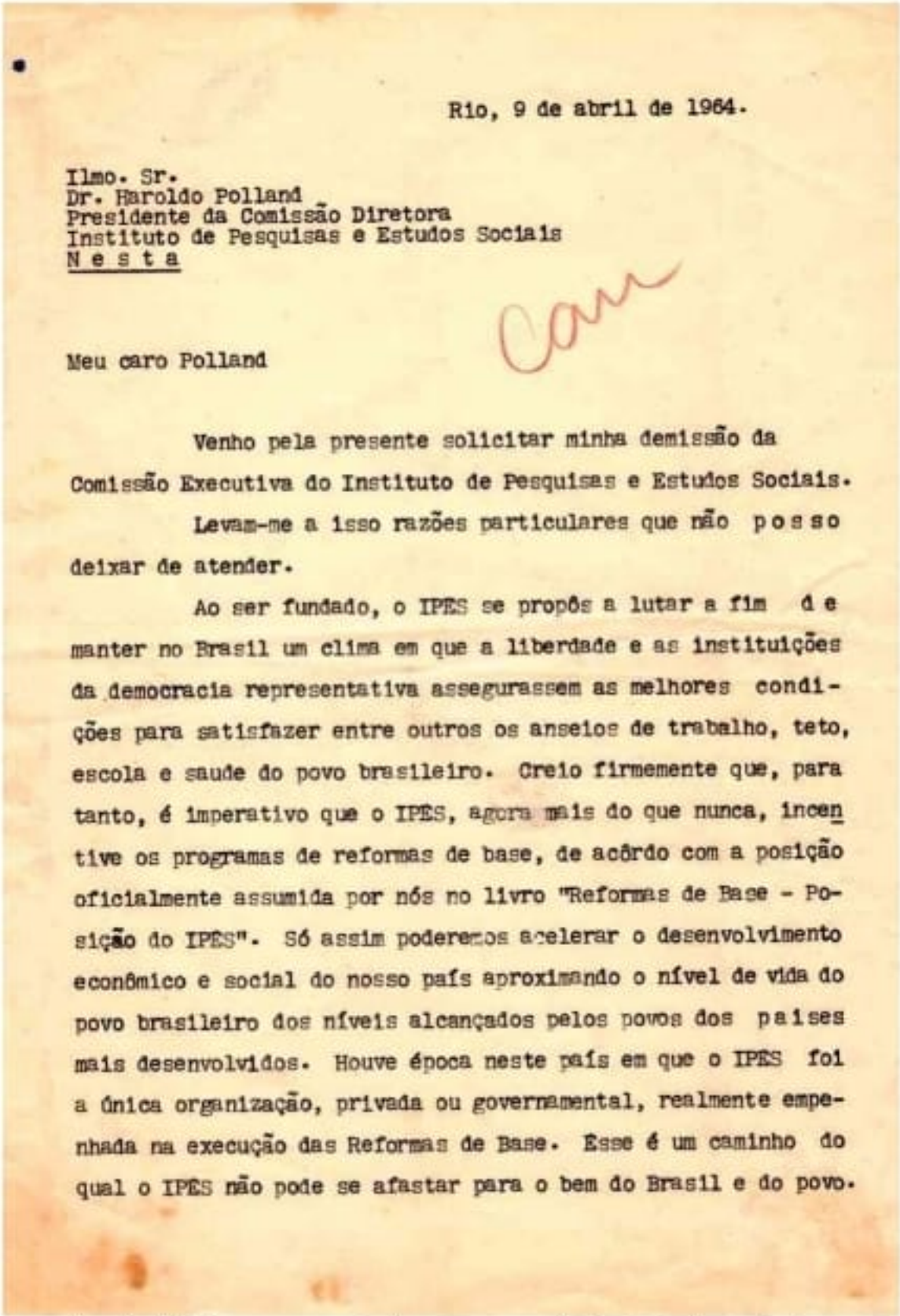
Ao que tudo indica, o documento só está preservado ali. A reportagem fez uma busca nos arquivos do Ipês, no Arquivo Nacional, mas não encontrou uma cópia da correspondência.

A carta acrescenta um novo elemento a uma controvérsia que marcou a biografia de Rubem Fonseca, uma das mais notórias vítimas da censura no regime militar. Nos anos 1980, pesquisas revelaram que ele havia integrado a cúpula do Ipês —o que, como consequência, poderia torná-lo cúmplice das articulações pelo golpe de 1964.

A participação no Ipês, aliás, foi um dos poucos assuntos sobre os quais Rubem Fonseca falou na imprensa. Em um texto de 1994 na Folha, por exemplo, ele dizia que havia dois grupos dentro do instituto: um golpista e outro reformista e democrático, ao qual ele pertencia. Também disse ter se afastado da organização depois do golpe.

A carta de demissão parece dar lastro à versão do escritor sobre seu afastamento. “A carta não me surpreendeu, mas fiquei feliz de a ter encontrado”, diz Bia Corrêa do Lago, acrescentando que o documento reforça o que ouvia em conversas privadas com o pai.

Foi em 1981 que a participação de Rubem Fonseca no Ipês, então como dire-



Carta de 9 de abril de 1964, na qual Rubem Fonseca pede demissão da Comissão Executiva do Ipês, organização que apoiou o golpe militar de 1964 Reprodução

tor da Light, empresa de distribuição de energia que financiou o instituto, veio à tona pela primeira vez. Naquele ano, saiu o livro “1964 - A Conquista do Estado”, do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, pioneiro ao revelar a atuação dos empresários para derrubar o governo João Goulart —sustentando que o Ipês teve papel crucial nesse processo.

Pela análise de Dreifuss, o instituto se apresentava em público como algo inofensivo, apenas um think tank disposto a auxiliar o país em reformas. No entanto, estava envolvido em ações secretas e produzia peças de propaganda para influenciar a opinião pública.

O Ipês contou inclusive com a participação dos militares. O general Golbery do Couto e Silva, um dos militares mais influentes da ditadura, foi uma das lideranças da entidade. Golbery não só ajudou a traçar a estratégia da organização, mas também coordenou o levantamento de dados sobre brasileiros considerados subversivos.

Quando saiu o livro de Dreifuss, Zé Rubem, como os amigos o chamavam, já era um escritor famosíssimo. Não foi à toa que, de tantos nomes citados na obra, o seu tenha chamado a atenção.

Dreifuss descobriu que ele coordenara o núcleo editorial do Ipês, mas, como a pesquisa não é especificamente

sobre o escritor, não chega a se estender em detalhes da trajetória dele —ou a mencionar um eventual afastamento da entidade.

Logo depois da publicação do livro, Rubem Fonseca publicou um artigo no Jornal do Brasil (uma cópia do texto está preservada em seu acervo). Nele, desenvolve pela primeira vez o argumento das alas reformista e conservadora do Ipês e minimiza o papel da organização no golpe.

O escritor lembra ainda que, quando os militares tomaram o poder, não foi ocupar um cargo no governo federal porque não quis. Diz que, quando o governo comprou a Light, foi um dos primeiros diretores a serem demitidos. E recorda o rumoroso caso de censura a seu livro “Feliz Ano Novo”, em 1975 —o volume de contos só voltaria às livrarias com a reabertura.

A historiadora Heloísa Starling, que foi orientanda de Dreifuss e chegou a pesquisar o Ipês em Minas Gerais, diz ver com ceticismo a explicação de Rubem Fonseca.

Em seu novo livro, ainda inédito, ela dedica um capítulo à entidade empresarial. Na obra, sustenta que a fase final do plano do instituto —aliado a uma facção das Forças Armadas— era ocupar o Estado.

“O Ipês é o braço empresarial do golpe, não há ala democrática lá. É como o que vemos hoje, usavam o discurso da democracia para subverter a democracia. Mas não acho que Rubem Fonseca estivesse interessado na ocupação do Estado”, diz ela.

“Várias pessoas participam ativamente e depois se arrependem. Os efeitos dos atos institucionais podem ter funcionado de gatilho para uma compreensão maior. Podemos calçar os sapatos do morto nisso.”

Já nos anos 2000, outras pesquisas sugeriram que Rubem Fonseca fosse o autor dos roteiros dos filmes do Ipês, produzidos por Jean Manzon, lendário fotógrafo de revistas brasileiras.

Mas esses estudos apoiam a acusação em evidências frágeis, enquanto trabalhos posteriores afirmam que os filmes do instituto eram iniciativa principalmente da unidade de São Paulo e que o papel do escritor neles foi superestimado.

Contudo, historiadores têm apontado documentos no acervo do Ipês, no Arquivo Nacional, que parecem contradizer a carta de demissão.

Por exemplo: em 27 de março de 1968, Haroldo Poland, presidente da entidade, comunica numa carta a Rubem Fonseca que o autor foi reconduzido, por unanimidade, para o Conselho Orientador do instituto; chama-o de “caro amigo dr. José”. Além disso, a ata de dissolução da organização, em 1972, tem a assinatura do escritor.

Segundo Bia Corrêa do Lago, o pai continuou oficialmente no quadro do Ipês porque era executivo da Light, mas se afastou do dia a dia da entidade.

“Ele deixou de ir às reuniões do Ipês. Como a Light ainda estava ligada ao instituto, ele continuou ligado de alguma maneira, mas sem ações na prática”, diz ela, acrescentando que o pai era contra a deposição de João Goulart e que está contratando uma pesquisadora para investigar os arquivos do instituto.

A filha do autor vem trabalhando no acervo do pai para uma fotobiografia em celebração do centenário dele. Ela afirma que os papéis permitem um olhar abrangente sobre as posições políticas do escritor —inclusive com uma atuação de juventude contra o Estado Novo de Getúlio Vargas. Segundo Bia, o homem que surge dos documentos tem credenciais democráticas. ←

ilustríssima **ilustrada**

MULTITELA

Sean Penn vive motorista interessado na história de seus diversos passageiros**Papai**

Max, 16 anos

Sean Penn interpreta um motorista de táxi com genuíno interesse nas pessoas, enquanto Dakota Johnson vive a passageira que pega seu táxi no aeroporto. Enquanto andam pelas estradas e ruas de Nova York, ela acaba revelando a sua vida para ele como em uma sessão de terapia, e a dinâmica entre os dois vai se transformando até ela chegar ao seu destino. "Papai" é escrito e dirigido por Christy Hall em seu filme de estreia.

Younger

Prime Video, a partir de terça-feira, 13

Uma mulher de 40 anos recebe novas oportunidades na vida depois que ela passa a viver uma mentira, a de que ela é bem mais jovem. A plataforma exibe as cinco primeiras temporadas de mais um sucesso criado por Darren Star. Tudo o que ele realiza na televisão dá certo, caso de suas séries "Emily em Paris", "Sex and the City" e "Barrados no Baile".

Garbo: Where Did You Go?

Netflix, a partir de quarta-feira, 14

Com encenações e imagens de arquivo, o documentário sobre a atriz Greta Garbo conta desde a infância pobre e ascensão como estrela de Hollywood até sua aposentadoria voluntária no auge da fama, aos 36 anos, em 1941.

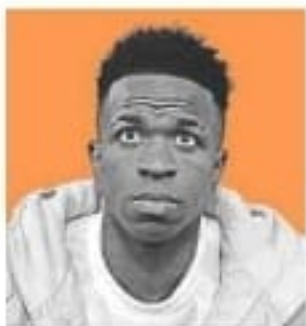
Próximo!

Netflix, a partir de quinta-feira, 15

Na segunda temporada do seriado turco, a advogada Leyla, papel de Serenay Sarikaya, segue a sua vida após deixar Ömer, vivido por Metin Akdülger, no altar. Morando em outro lugar e com novos amigos, ela acaba cedendo às investidas de um novo amor, num novo relacionamento que vai acabar afetando profundamente a vida de Ömer.

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com

**Baila, Vini**

Netflix, a partir de quinta-feira (15)

O documentário sobre o jogador Vini-cius Jr. cobre desde o início de sua carreira no Flamengo e seus jogos com a seleção brasileira até seu ano mais difícil —2024—, quando sofreu uma lesão e foi uma voz atuante contra o racismo nos estádios na Espanha, onde integra o time do Real Madrid. Mas também foi um ano de vitórias, quando sua equipe conquistou a taça da Uefa Champions League e ele foi eleito o melhor jogador do mundo pela Fifa. Vini cita Cristiano Ronaldo e o jogador de basquete LeBron James como inspiração. O filme é dirigido por Andrucha Waddington, de 'Vitória', e inclui depoimentos de amigos e grandes esportistas, como Neymar, o técnico Carlo Ancelotti, Benzema, Rodrygo, Courtois e Roberto Carlos

O Presidente Surdo

Apple TV+, a partir de sexta-feira, 16

Documentário sobre um protesto histórico que ocorreu na Universidade Gallaudet em 1988, nos Estados Unidos, no qual estudantes exigiram um presidente surdo após o conselho de administração nomear um presidente ouvinte. O movimento, que durou oito dias, levou à nomeação do primeiro presidente surdo da universidade.

Long Bright River

Max, 16 anos

Amanda Seyfried interpreta a policial Mickey Fitzpatrick, que patrulha um bairro na Filadélfia severamente atingido pela crise dos opioides. Quando uma série de assassinatos acontece em sua área, ela relaciona sua história pessoal ao caso e começa a procurar pela irmã, que é viciada e desapareceu. Minissérie dividida em oito episódios.

Amor em Little Italy

Globoplay, 16 anos

Os amigos Nikki e Leo cresceram juntos no bairro de Little Italy, em Nova York, mas uma briga feia entre os seus pais fez com que os dois se separassem. Nikki se tornou uma chef talentosa em Londres e, quando é obrigada a voltar por causa de seu visto, reencontra Leo e os dois se apaixonam. Comédia romântica com Emma Roberts e Hayden Christensen.

Especial se Joga nos 90 Dias

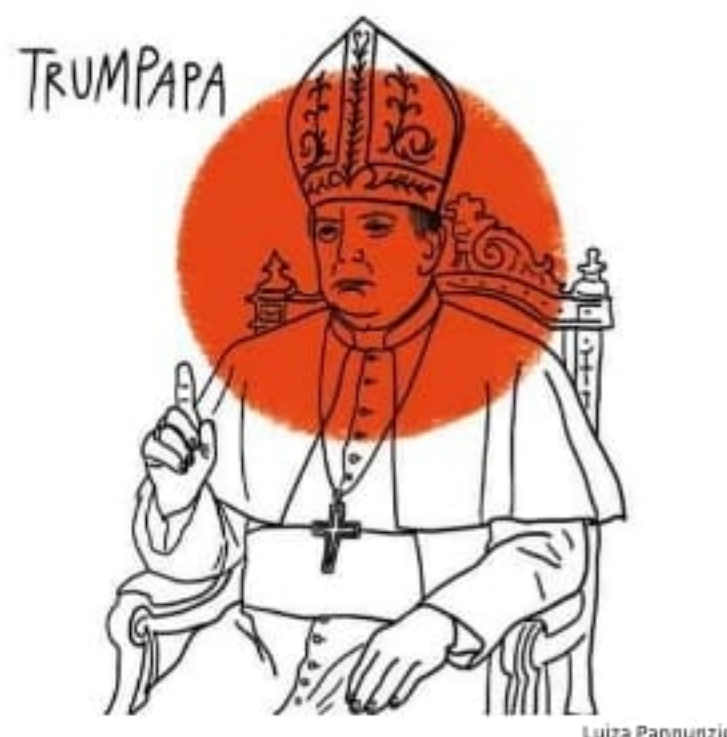
Max e H&H, 19h, 16 anos

A nova temporada de "90 Dias na Cama: Antes dos 90 Dias" tem sessão comentada pela dupla de comediantes Miá Mello e Leandro Ramos, que dissecam —com humor— os momentos mais insanos do reality de relacionamentos.

Canal Livre

Band, oh, livre

O ex-presidente Michel Temer discute a crise de confiança na Previdência e a busca por um nome para disputar o Palácio da Alvorada nas próximas eleições.

**'Trumpapa'**

Quando a fumaça branca saiu, tive o receio de que a Igreja tivesse escolhido o americano

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca de Inferno'

Quando me disseram que o novo papa era um americano, tive um pequeno calafrio. Eu tinha visto a publicação da conta oficial da Casa Branca no Twitter em que Donald Trump aparecia vestido de papa, numa montagem que havia sido feita por ferramentas de inteligência artificial.

Para os leitores que estejam numa hemeroteca, daqui a dois ou três séculos, consultando jornais sobre o passado, talvez seja importante explicar que, no ano de 2025, era absolutamente normal que o presidente dos Estados Unidos fizesse coisas desse tipo.

Por isso, quando a fumaça branca saiu, tive receio de que a Igreja pudesse ter achado que era uma boa ideia nomear Trump papa. Amigos meus ridicularizaram o meu sobressalto, dizendo que apenas um completo lunático consideraria plausível que Trump fosse eleito papa.

"Por quê?", perguntei.

"Bom, é casado. Onde já se viu um papa casado?"

"No século 9º. O papa Adriano 2º era casado. Tinha mulher e filha. Viviam com ele, no palácio de Latrão, até serem assassinadas por Eleutério, irmão do antipapa Anastácio 3º."

Donald Trump já insinuou que pode ficar na Presidência para um terceiro mandato, o que a Constituição americana proíbe. Onde já se viu papa ter mais de um mandato?

"Hum... Sim, mas Trump não é padre. Onde já se viu um papa que não é padre?"

"No século 12. O papa João 19 não era padre. Era irmão do papa Bento 8º. Quando este morreu, ordenaram João 19 à pressa para que ele pudesse ocupar o cargo."

"Hum... Mas Trump não tem quaisquer princípios. Seria capaz de vender o papado. Onde já se viu um papa que vende o papado?"

"No século 11. Bento 9º vendeu o lugar ao seu padrinho, o papa Gregório 6º."

"Hum... Mas Trump foi acusado de assédio sexual. Onde já se viu papa acusado de crimes sexuais?"

"Também no século 11. O mesmo Bento 9º. Por causa das suas violações, São Pedro Damião o descreveu como 'um demônio do inferno'."

"Hum... Certo. Mas Trump já insinuou que pode ficar na Presidência para um terceiro mandato, o que a Constituição americana proíbe. Imagine que ele faria o mesmo no Vaticano. Onde já se viu um papa fazer vários mandatos?"

"Novamente, no século 11. Outra vez Bento 9º. Foi papa três vezes. Na primeira vez, foi expulso de Roma, na segunda vendeu o papado e na terceira o recuperou por ter se arrependido de tê-lo vendido."

"Hum. Não me admira que você não tenha tantos amigos assim."

Ira! faz show sem briga política em São Paulo após polêmica em Minas

Ivan Finotti

SÃO PAULO Seis semanas após o incidente que opôs o cantor Nasi e parte do público de um show do Ira! em Minas Gerais, a banda retornou à sua casa, São Paulo, para dois shows de sua turnê nacional em comemoração aos 20 anos do álbum "Acústico MTV: Ira!".

Tudo correu bem na apresentação desta sexta-feira, com o público cantando na pista da casa Vibra São Paulo, o guitarrista e compositor Edgard Scandurra tocando seu fino e vibrante violão elétrico e o vocalista Nasi fazendo caretas a cada estrofe e fumando quatro cigarros em cima do palco.

A política se fez presente, sim, mas espontaneamente. Foi após a quarta canção, "Dias de Luta", quando a plateia passou a gritar "sem anistia" repetidas vezes. Depois de alguns segundos, Nasi afirmou apenas "vocês me representam" e cantou a música seguinte.

Assim, o vocalista pôs panos quentes na situação. Em 29 de março, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, não foi assim. Naquela ocasião, ocorreu a mesma manifestação do público,



Nasi, do Ira!, em show em São Paulo
Giu Pera/Divulgação

que bradou "sem anistia". No entanto, uma minoria dos presentes respondeu vaiando a maioria que gritava.

Nasi tomou as dores da maioria e fez um discurso contrário a quem vaiava, dizendo que "tem gente que nos segue e é reacionário, tem gente que é bolsonarista, mas isso não tem nada a ver, gente, então por favor vão embora da nossa vida! Vão embora e não apareçam nos shows, não comprem nossos discos".

A reação trouxe consequências à banda. Uma produtora contratante cancelou shows do grupo em quatro cidades da região sul, em Jaraguá do Sul e Blumenau, em Santa Catarina, e Caxias do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Nesta sexta, limitar-se ao "vocês me representam" foi uma resposta estudada e adiantada por Nasi há duas semanas, quando o artista gravou um vídeo no qual afirmou respeitar os conservadores de direita, desde que dentro dos limites democráticos.

Mas o empresário do Ira!, Valadão Júnior, disse que, apesar do prejuízo, houve aumento de interesse. "Dobramos a venda em Porto Alegre e esgotamos diversos outros shows." Foi o caso das duas apresentações paulistanas.